

ANA PAULA LIMA TIBOLA

A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E A DOUTRINA DE  
SEGURANÇA NACIONAL  
(1949-1966)

Passo Fundo, julho de 2007.

ANA PAULA LIMA TIBOLA

A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E A DOCTRINA DE SEGURANÇA  
NACIONAL  
(1949-1966)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Luiza Setti Reckziegel

Passo Fundo  
2007

À memória de meu pai, que me deixou faltando tão pouco  
Aos meus filhos Pietra e João Marcelo

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar à minha família pelo apoio e auxílio fundamental durante esse período de trabalho. Em muitos momentos vocês todos (vôz, vós, tios, tias, primos) foram mães dos meus filhos, preenchendo a atenção que eu não tinha como dar.

Ao Marcelo e a CAPES pelo financiamento do curso.

A minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Luiza Setti Reckzieguel pela presença, que foi muito além do seu trabalho de orientação.

Aos professores Dr. Adelar Heinsfeld e Dr. Eduardo Svartman pelas sugestões, apontamentos e, principalmente pelas dúvidas que provocaram quando da qualificação dessa dissertação. As sugestões da banca foram imprescindíveis para a continuidade do nosso trabalho.

Aos professores da graduação, em especial a professora Ironita, essencial na minha formação acadêmica. Estendo esse agradecimento especial ao professor Amantino, que não ensinou apenas lições de História, mas lições de vida.

Ao pessoal do Museu do Comando Militar do Sul. Ao sargento Avelar pela atenção e gentileza, ao soldado Pavinato pela paciência e ao soldado Luis Fernando, que chegou da guerra me trazendo um marcador de texto.

Ao João, que esteve me auxiliando no momento difícil que coincidiu com o final da redação.  
Sem você eu não conseguiria.

Finalmente, aos meus colegas e amigos, principalmente pelas risadas nos momentos de descontração que foram muitos. E pela interação de conhecimentos é claro.

A todos, meus sinceros agradecimentos.

A porta da verdade estava aberta, mas só deixava passar  
meia pessoa de cada vez.

Assim não era possível atingir toda a verdade,  
porque a meia pessoa que entrava  
só trazia o perfil de meia verdade.  
E sua segunda metade  
voltava igualmente com meio perfil.  
E os meios perfis não coincidiam.

Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.  
Chegaram ao lugar luminoso  
onde a verdade esplendia seus fogos.  
Era dividida em metades  
diferentes uma da outra.

Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.  
Nenhuma das duas era totalmente bela.  
E carecia optar. Cada um optou conforme  
seu capricho, sua ilusão, sua miopia.

(Carlos Drummond de Andrade)

## RESUMO

Este trabalho trata da visão de um grupo de militares que se destacou no interior das Forças Armadas. Esse grupo foi responsável pela criação da Escola Superior de Guerra (ESG), um núcleo de estudos estratégicos que se destinou a pensar estratégias de segurança e desenvolvimento para o Brasil. Os militares que se aglutinaram na ESG formularam a Doutrina de Segurança Nacional (DSN). A finalidade da DSN era estabelecer critérios de atuação para que o Brasil alcançasse e mantivesse os Objetivos Nacionais que deveriam ser a razão última do Estado Nacional. Os principais Objetivos Nacionais, que a Escola chamou de Objetivos Nacionais Permanentes (ONP) eram a Segurança e Desenvolvimento. A doutrina da Escola encontrava fundamento no conceito de guerra total, uma guerra que envolveria todos os setores da sociedade e, por isso, dependia de todo o potencial da Nação. A guerra total caracterizava o embate entre as duas potências que haviam iniciado um conflito ideológico no pós-Segunda Guerra Mundial: a União Soviética e os Estados Unidos. É a partir do pensamento da ESG que se analisa a ação dos militares na conjuntura em que se deu o Golpe Militar de 31 de março de 1964. Em 1964, a atuação dos militares da ESG se orientou pela DSN. Com base na doutrina é que se percebe as relações Brasil/URSS e Brasil/EUA, tanto na conspiração golpista quanto nos rumos do primeiro governo militar. Os reflexos dessas relações eram percebidos pelo comportamento dos esguianos frente às políticas de governo no Brasil. O trabalho mostra a ojeriza da ESG pelos regimes que considerava personalistas, populistas e demagógicos, além da constante preocupação com a infiltração comunista. A intervenção se deu quando a ESG considerou que o governo João Goulart se distanciou no limite máximo da política de governo proposta pela DSN. Com a derrubada de João Goulart, o governo que se estabelece, representado pelo militar e esguiano Humberto de Alencar Castelo Branco conduz uma política que procurou se ajustar aos moldes da DSN. Dessa forma, o governo Castelo Branco, pautou suas medidas internas, bem como as relações exteriores do país, na doutrina da ESG.

Palavras-chave: ESG, Doutrina de Segurança Nacional, Golpe de 1964.

## ABSTRACT

This work deals with the vision of a prominent group of military inside the Armed Forces. This group was responsible for the creation of the Escola Superior de Guerra (ESG – Portuguese for Superior School of War), a nucleus of strategical studies destined to design programs for security and development of Brazil. The military who were agglutinated in the ESG formulated the Doutrina de Segurança Nacional (DSN – or National Security Doctrine). The purpose of the DSN was to establish performance criteria so that Brazil could reach and keep the National Objectives that, according to them, should be the main goal of the National State. The main National Objectives, that the School called *Objetivos Nacionais Permanentes* (ONP – Permanent National Objectives) were Security and Development. The doctrine of the school found bedding in the concept of total war, a war that would involve all the sectors of the society and, therefore, who depended on the entire potential of the Nation. The total war characterized the shock between the two powers that had initiated an ideological conflict in the post-World War II era: the Soviet Union and the United States. Following ESG's line of thoughts, we could analyze the military actions in the conjuncture that lead to march 31<sup>st</sup> 1964 *coup d'état*. In 1964, the actions of that group of military strictly followed the DSN. Based on the doctrine we can understand the Brazil/USSR and Brazil/USA bilateral relations, both in the coup-minded conspiracy and through the first military government. These relations are reflected in the “esguians” behavior concerning core politics ahead of the Brazilian state. The work shows the group's aversion for regimens considered to be personalists, Populists and demagogical, and also the persistent concern with communist infiltration. The intervention took place when ESG considered that João Goulart's government was being driven away from DSN's proposals. With Goulart's deposition, the government that is established is now headed by an ESG military - Humberto de Alencar Castello Branco – whose policies tried to fit to the principles of DSN. This way, the government Castello Branco has based its internal measures, as well as the foreign affairs of the country, in the doctrine of the ESG.

Keywords: ESG, National Security Doctrine, 1964 coup d'État.

## LISTA DE SIGLAS

ADESG – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra  
AMAN - Academia Militar das Agulhas Negras  
CEMCFA - Curso de Estado-maior e Comando das Forças Armadas  
CGT - Comando Geral dos Trabalhadores  
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil  
CSG - Curso Superior de Guerra  
DFSP - Departamento Federal de segurança Pública  
DSN - Doutrina de Segurança Nacional  
EMFA - Estado Maior das Forças Armadas  
ESG – Escola Superior de Guerra  
EUA - Estados Unidos da América  
FA - Forças Armadas  
FEB – Força Expedicionária Brasileira  
HC - Hipóteses de Conflito  
HCA - Hipóteses de Conflito Armado  
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática  
IME - Instituto Militar de Engenharia  
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais  
IPM - Inquérito Policial-Militar  
OG - Objetivos de Governo  
ONA - Objetivos Nacionais Atuais  
ONP - Objetivos Nacionais Permanentes  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PCB - Partido Comunista do Brasil  
PSD - Partido Social Democrático  
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro  
SNI – Serviço Nacional de Informações  
TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca  
UDN - União Democrática Nacional  
UNE - União Nacional dos Estudantes  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

Introdução .....	8
I – ESG E ORIGENS: A modernização das Forças Armadas.....	19
1.1 - O profissionalismo alemão .....	25
1.2 - A missão francesa .....	27
1.3 - Góis Monteiro e as bases da doutrina esguiana .....	30
1.4 - A americanização das Forças Armadas .....	31
II – ESG E DOCTRINA: Fundação da Escola e desenvolvimento da doutrina esguiana .....	35
2.1 - Fundação e estrutura de funcionamento .....	40
2.2 - A doutrina da ESG .....	42
2.2.1 - Objetivos Nacionais.....	46
2.2.2 - Poder Nacional .....	50
2.2.3 - Política Nacional.....	53
2.2.4 - Estratégia Nacional .....	54
III – ESG E O GOLPE: O governo João Goulart e a Doutrina de Segurança Nacional .....	58
3.1 - Política de Governo x Política Nacional .....	62
3.2 - A ameaça aos Objetivos Nacionais no governo Jango .....	77
3.3 - Potencial Nacional x Poder Nacional em 1964 .....	81
3.4 - Golpe: a estratégia militar da Estratégia Nacional .....	88
IV – ESG NO PODER: O governo Castelo Branco e crise de sucessão .....	94
4.1 - O Brasil e a Guerra Fria .....	100
4.2 - A Guerra Revolucionária no governo Castelo Branco .....	105
4.3 - Sai a ESG, mas os militares continuam .....	110
Considerações Finais .....	114
Bibliografia .....	118

## INTRODUÇÃO

Atualmente, existe um revigoreamento da história política<sup>1</sup>, onde o político passou a ser discutido, a partir de novas abordagens, novas fontes, novos objetos, mas incluindo a temática do Estado. Em relação às fontes, diferentemente do que propunha a história tradicional, os limites transpassam os documentos oficiais e passaram a considerar novos elementos como, por exemplo, no caso de algumas obras, entrevistas<sup>2</sup> com os atores da história.

A partir da discussão acerca da história política, lançaram-se novas propostas aos trabalhos que tratam do político. Alguns autores chegaram a se referir a uma “Nova História Política”. Entendemos, no entanto, que essas novas propostas trazem na verdade um retorno do político à história. Segundo Márcia Mansor D’Alessio e Maria de Lourdes Mônico Janotti:

“Poder-se-ia dizer ainda que o político é a dimensão da história que abriga as relações diretas e ideais do viver coletivo; é a instância do real onde se organizam com mais nitidez as experiências coletivas. Os homens vivem há séculos dentro de um espaço político institucionalmente delimitado -- o Estado -- de cujo aparato jurídico, que se desdobra em vários segmentos, depende em grande parte a vida das sociedades. A questão política se manifesta também informalmente -- como mostrou Foucault - no exercício do poder detectado em diferentes relações sociais.”<sup>3</sup>.

Ocorreu o contato da história com outras disciplinas, como a antropologia e as ciências sociais. No que se refere à temática militar, percebem-se tais aspectos com os estudos realizados a partir da década de 1990, destinados a produzir uma história militar com uma nova roupagem. Em 1994 foram viabilizadas pelos pesquisadores do CPDOC as memórias dos militares sobre o regime militar que se instaurou no Brasil em 1964. Observamos nesse trabalho a história oral, que passou a ser praticada nos estudos do político. Essas memórias,

---

<sup>1</sup> Sobre o debate acerca da história política e suas novas propostas ver: RÉMOND, René. (org.) *Por uma história política*. – 2 ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

<sup>2</sup> Não é nosso objetivo entrar na discussão que envolve a “história oral”, o que nos interessa aqui, é validar a importância das entrevistas feitas com militares que viveram o período que estamos estudando. Em que pese nosso trabalho propor uma análise a partir da visão militar, esses testemunhos nos são imprescindíveis.

<sup>3</sup> D’ALESSIO, Márcia Mansor; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. *A esfera do político na produção acadêmica dos programas de pós-graduação (1985 -1994)*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: n. 17, 1996.

que resultaram de entrevistas realizadas com um grupo de militares, foi editada a obra “Visões do Golpe”<sup>4</sup>.

Com a publicação da obra “Visões do Golpe”, foi dada voz à versão dos militares para a intervenção na política a partir de 1964. Para este trabalho os autores Celso Castro, Gláucio Ary Dillon Soares e Maria Celina D’Araújo selecionaram um grupo de militares que não foram atuantes no Movimento de 1964, mas que foram os responsáveis pela duração da ditadura. Segundo os autores esse tipo de testemunho se deu porque

“Foram eles [jovens e médios oficiais de 1964] que passaram a ocupar, nos anos subseqüentes, os principais cargos nos órgãos de informação, importantes funções de assessoria, comandos e até ministérios. (...) foram eles que viveram a ‘abertura’ e que, já na reserva, acompanharam a avaliação negativa e, segundo seu entender, injusta, que a sociedade passou a fazer das Forças Armadas após essa experiência de poder.”<sup>5</sup>

É a história militar pelos militares. Não a partir de documentos oficiais, mas sim, a partir da memória. É a história do Brasil, e porque não dizer história política renovada, utilizando-se de novas fontes e de novas abordagens, interagindo com outras disciplinas. Trata-se de um tema já bastante explorado pela historiografia, o *Golpe de 1964*, mas que procura analisar a visão dos militares.

Segundo Lucília de Almeida Neves Delgado<sup>6</sup>, a produção historiográfica sobre o movimento de 1964 pode ser sistematizada em grupos de interpretações. Entre eles, a autora destacou as *Interpretações Estruturalistas e Funcionais* que entende os conflitos como resultado da estrutura econômica, “caracterizado por programa de industrialização dependente

---

<sup>4</sup> Segundo um dos autores da obra: “Para conhecer a visão dos militares a respeito de sua experiência de poder, a principal fonte é a trilogia organizada por D’Araújo, Soares e Castro (1994a, 1994b, e 1995), que incluiu entrevistas com militares que ocuparam importantes posições no período, principalmente nos órgãos de repressão. Além disso, é indispensável a consulta a *Ernesto Geisel*, longa entrevista concedida a D’Araújo e Castro (1997) por um dos mais importantes personagens desse período. Para a atuação dos militares durante a transição de 1985 e no início da Nova república, ver D’Araújo e Castro (2001). D’Araújo e Soares (1994) reuniram artigos de acadêmicos que oferecem análises sobre aspectos políticos, econômicos e sociais do regime militar. Uma visão do governo Geisel através dos documentos de seu arquivo pessoal está em D’Araújo e Castro (2002). Para um balanço analítico do trabalho desenvolvido no CPDOC sobre a temática militar, ver Serbin (2003). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. Nota 4.

<sup>5</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do Golpe: a memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004; p. 10.

<sup>6</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “1964: temporalidades e interpretações” IN: REIS FILHO, Daniel Araújo; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (orgs.) *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. São Paulo: Edusc, 2004.

e baseado na concentração de renda”, fruto do modelo desenvolvimentista; as *Análises que privilegiam a versão conspiratória*: onde as forças conservadoras e reacionárias, entre elas a ESG, os grandes proprietários, o capital estrangeiro, o empresariado nacional e a UDN, se uniram para derrubar o governo, visto que temiam perder seus privilégios e, finalmente as *Interpretações que destacam as idéias de ação política conjuntural e de falta de compromisso com a democracia*: nessas interpretações a radicalização política, tanto da esquerda, quanto da direita foi fator decisivo na configuração do golpe. Ou seja, o golpe viria só não se sabia de onde.

Nessas análises, sejam as que se caracterizam pela curta duração, bem como as que se caracterizam pela longa duração, ou seja, tanto as análises estruturais quanto as conjunturais não apresentam uma distinção entre os interesses civis e militares. Entendemos que o ocorrido em 1964 foi uma ação militar, onde a participação civil tem que ser considerada, mas não como fator decisivo para a intervenção.

Se partirmos da perspectiva da ESG, a tomada do poder em 1964 pode ser entendida como a aplicação de uma estratégia militar. O objetivo dessa estratégia seria a manutenção da ordem que estava sendo ameaçada por uma guerra ideológica, travada entre dois blocos distintos: o ocidental capitalista e o oriental comunista. Existia por parte dos militares uma preocupação com a Segurança Nacional, base da doutrina da ESG. É esse aspecto que tentaremos destacar no presente trabalho.

Existe, segundo Lucília de Almeida Neves Delgado, uma interpretação que destaca a idéia de ação política conjuntural e de falta de compromisso com a democracia. Entretanto, o discurso dos militares dá ênfase à preocupação com a democracia, sendo ela um dos princípios filosóficos da doutrina da ESG. É em nome de uma democracia que tomam o poder de João Goulart.

A atenção dada aos militares recentemente, sobretudo em decorrência dos 40 anos do “golpe” de 1964, nos motivou entrar num campo da história cuja amplitude carece de atenção. A idéia inicial era analisar a atuação do III Exército<sup>7</sup>, situado no Rio Grande do Sul, em dois momentos distintos: em 1961, na Campanha da legalidade e em 1964, na queda do

---

<sup>7</sup> Atualmente Comando Militar do Sul.

governo João Goulart. O problema centrava-se na disparidade do posicionamento do III Exército frente a duas situações: em 1961 garantiu a presidência a João Goulart, mas em 1964, participou do golpe que o derrubou. Essa análise estabelecia algumas variáveis como o posicionamento de Goulart, a radicalização da esquerda e o comportamento da sociedade civil.

Entretanto, se conduzida dessa forma, a pesquisa seguiria um modelo já utilizado por muitos trabalhos. Ou seja, estudar os militares a partir da ótica civil. Na busca pelas respostas a esse problema, nos deparamos com uma idéia que até então não considerávamos. No primeiro momento, entendíamos o movimento de 1964 como um golpe civil-militar que acabou com a democracia vigente, onde a direita cooptava as Forças Armadas para se manter no poder. A leitura do autor Gláucio Ary Dillon Soares nos levou a repensar essa questão.

Para Gláucio Ary Dillon o golpe foi essencialmente militar. Ou seja, em 1964 os militares tomam o poder guiados pelas próprias convicções de grupo. O autor aponta a desordem e o caos, assim como o anticomunismo – que “domina o pensamento militar desde o fracasso da revolta comunista de 1935” – como fatores importantes da ação militar. Segundo Gláucio Ary Dillon Soares:

“Na medida em que o golpe foi dado pelos militares e o regime daí resultante foi dirigido pelas Forças Armadas e exercido em nome delas, as interpretações anteriores ao fim do regime, sem acesso as fontes militares, insistiram na interpretação economicista, mas adotando uma segunda linha de defesa, segundo a qual o golpe teria sido dado pelos militares *em nome* das elites econômicas. Esse é um dos erros mais crassos do marxismo vulgar: supor que há grupos ou instituições que não agem em defesa de seus próprios interesses, e sim dos interesses de outra classe ou de outros grupos a que estariam subordinados.”<sup>8</sup>.

Para Gláucio Ary Dillon Soares, “o papel dos militares na transformação política (...) foi seriamente subestimado”, isso porque ele considera que existe uma “tradição arraigada no Brasil, e nem por isso menos equivocada, de ver nos militares os executores, dos projetos políticos e econômicos de outras classes”. Essa argumentação nos pareceu importante e passamos a nos interessar mais pela instituição militar enquanto ator político, que age por seus próprios interesses e não manipulados por aspirações civis.

---

<sup>8</sup> SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A Democracia Interrompida*. Rio de Janeiro: FGV, 2001; p. 351.

Novas leituras começaram incorporar nossa bibliografia básica. Entre elas as que tratavam da instituição militar. A partir dessas leituras percebemos que o problema era mais complexo do que parecia e que ultrapassaria os limites da atuação do III Exército. O problema da secessão nas Forças Armadas não se referia somente ao III Exército e sua relação com a cúpula militar. Os embates ideológicos se davam dentro da instituição como um todo. A concepção simplista que dividia as Forças Armadas em duas linhas distintas, “entreguistas” e “nacionalistas” não era mais suficiente à explicação do problema.

Deparamos-nos com um grupo fechado que age e pensa conforme seus próprios interesses, mas, que, apresenta em seu interior diferentes posturas. Nesse sentido, passamos a entender que nosso trabalho seguiria a linha de Edmundo Campos Coelho, que representa a interpretação dos movimentos militares a partir da análise organizacional da atuação do Exército na política. Ou seja, que considera a autonomia e a capacidade de articulação dos militares, guiados pelos interesses do grupo.

Denominado “Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira”<sup>9</sup>, a obra de 1976, produzida por Edmundo Campos Coelho é presença indispensável na revisão de literatura de trabalhos que pretendem estudar os militares no Brasil. O livro reeditado em 2000 mostra sua atualidade e orienta nosso trabalho, pela sua tese central. Concordamos com o autor quando este diz que:

“(…) passados vinte e seis anos, continuo a subscrevê-la [a tese] integralmente nesta nova edição. Permaneço fiel à idéia de que as Forças Armadas são antes de tudo *organizações* e que vê-las por esse prisma ainda é a melhor maneira de entender seu comportamento.”<sup>10</sup>.

A outra proposta, não menos importante do que de Edmundo Campos Coelho e cujo principal expoente é o autor René Armand Dreifuss, defende um caráter instrumental da atuação das Forças Armadas na política. Os militares agiriam em conjunto com civis, cujos interesses estabeleciam relações orgânicas. Para este autor, os militares “entreguistas” teriam, juntamente com associações de extrema direita, tramado e executado um golpe contra a democracia vigente. Dreifuss traz a idéia de que os militares “golpistas” fazem coro com a

---

<sup>9</sup> COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

<sup>10</sup> Idem; p. 18.

elite civil a qual representariam. Esse autor não distingue as organizações militares de associações como IPES, IBADE e outros institutos de direita que atuavam no mesmo contexto. É como se os militares, independente de seus interesses castrenses, fossem usados como massa de manobra. Fariam parte de uma mesma classe reacionária – daí a tese do golpe de classe – só que de farda. Escapa dessa análise toda uma dinâmica peculiar dos militares, cujos princípios são, muitas vezes, exógenos ao mundo civil. É um exemplo de quando “não se ajusta a teoria aos fatos: ajustam-se os fatos à ‘teoria’”<sup>11</sup>.

Definido o referencial teórico, começamos a fazer o exercício de analisar as ações dos militares a partir do pensamento deles. A pergunta era: *O que os levou a tomar o poder?* Diante desse problema já levantado por alguns autores surgiu outra questão: *O que fez com que muitos militares leais ao presidente aderissem ao movimento que o derrubou? E ainda: De que maneira as diferentes correntes militares se comportaram imediatamente após o golpe?* Essas questões não se resolvem sem que tentemos entender como, e a partir de que, os militares pensam. Veremos que, mesmo divididos em seus posicionamentos, os militares podem se organizar quando surge algum risco à instituição e aos valores do mundo castrense.

A primeira hipótese que levantamos para a adesão dos “legalistas” ao golpe foi a questão do comunismo. O próprio texto de Gláucio Soares traz isso. A ingovernabilidade do governo Goulart preocupava os militares, sobretudo pelo “perigo” da infiltração comunista. Conforme avançávamos nas pesquisas bibliográficas acerca da questão militar, percebíamos os elementos que fundamentavam os seus ideais. Durante esse percurso nos deparamos com a Escola Superior de Guerra (ESG) e com ela, a Geopolítica.

Falar em geopolítica é falar dos seus conceitos básicos – Estado, Espaço e Poder – bem como referenciar seus principais teóricos: Ratzel, Mahan, Mackinder e Kjellén. Entretanto, o presente trabalho, no que se refere à geopolítica, está atrelado à Escola Geopolítica brasileira. Mais especificamente à geopolítica do general Golbery do Couto e Silva, já que estamos analisando a ESG e a doutrina da Escola.

---

<sup>11</sup> COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000; p. 38.

A ESG foi criada num momento de afirmação dos estudos da geopolítica no Brasil. Em clima de guerra, onde, segundo os militares da ESG, estava em jogo a integridade dos Estados Nacionais. Para fins desse trabalho a geopolítica será constantemente mencionada, pois consideramos referencial teórico fundamental no pensamento da ESG, nosso objeto de estudo. Assim como ocorrido com a história política, a geopolítica sofreu duras críticas no ambiente acadêmico<sup>12</sup>.

Essa área do conhecimento foi considerada “arma do fascismo”. Nesse sentido, falar em geopolítica era se aproximar de pensamentos totalitários, ações imperialistas cujos objetivos centrais seriam a dominação do outro, justificada pela própria teoria. Analisar os principais elementos da geopolítica, ou seja, espaço e poder torna-se imprescindível na produção de um conhecimento que se destine tratar das práticas estatais. Segundo o general Meira Mattos:

“O desprestígio da Geopolítica como ciência vem de sua apropriação pelos adeptos do Gen. Karl Haushofer que, depois do advento de Hitler, apoderaram-se do Instituto de Munique e transformaram a Geopolítica em um pretexto científico para justificar as teses do expansionismo nazista. A teoria do *lebensraum* – espaço vital – que dominou o espírito geopolítico da Alemanha nazista foi responsável pelo seu descrédito como ciência.”<sup>13</sup>.

O contato com a geopolítica nos abriu um campo de análise que dificilmente encontramos na historiografia. Procuramos abarcar no presente trabalho as influências da geopolítica. Para isso, redefinimos o problema. Nesse sentido, propomos uma análise do pensamento da ESG frente à conjuntura em que se deu a ação militar de 31 de março de 1964, responsável pela queda do governo João Goulart.

Entendemos que a ESG merece estudos que analisem a sua importância em um dos momentos decisivos na história do Brasil, e porque não dizer da história mundial. A Escola formulou uma doutrina que acabou por guiar a atuação dos seus representantes no cenário nacional. A partir do binômio Segurança e Desenvolvimento, se desenvolveu a Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Em 1964, desencadeou-se um conflito que refletia um embate da esfera mundial. Foi uma guerra ideológica entre as duas potências mundiais, que dividiram o mundo entre ocidental-capitalista e oriental-comunista. Era a Guerra Fria.

---

<sup>12</sup> A geopolítica atualmente, a exemplo da história política, passa por um processo de renovação.

<sup>13</sup> MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e Destino*. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979; p. 4.

A nossa intenção é analisar as variáveis que motivaram a ação que se transformou em intervenção direta. Essas variáveis constituirão os pontos que deverão ser observados no decorrer dos capítulos. As variáveis se basearão na doutrina da ESG, e se relacionarão com o contexto da Guerra Fria, daí a importância de se entender a geopolítica.

A ESG reunia um grupo de militares mais intelectualizados dentro das Forças Armadas. Fundada em 1949 a Escola aglutinou os representantes da Cruzada Democrática, uma espécie de partido castrense dentro do Clube Militar. A Cruzada Democrática, ligada à União Democrática Nacional (UDN), passou a ser chamada de “ala entreguista” das Forças Armadas. Isso devido a sua posição de alinhamento com os Estados Unidos e a defesa de uma política econômica mais liberal, ou seja, que permitisse a entrada de recursos financeiros estrangeiros no Brasil. Por isso tornou-se recorrente chamar o grupo de oposição, mais chegado aos dois partidos getulistas, de “ala nacionalista”, cujo interesse era uma política externa independente para o desenvolvimento do país.

A nosso ver, as intervenções militares na política nacional, não são episódios estanques. Por isso não existem diversas intervenções, e sim *uma* intervenção constante. O que ocorre quando eles próprios saem dos bastidores e aparecem na cena são ações estratégicas, considerando que os militares não são indissociáveis da máquina do Estado. Nesse sentido, entendemos os ocorridos de 1964 como uma ação estratégica que, por diversos fatores<sup>14</sup>, teve uma continuidade de quase duas décadas.

Logo, não se trata de uma abordagem dos militares somente pela via da intervenção, visto que nunca estiveram alheios aos processos políticos nacionais e, tão pouco são manipulados por elementos externos (políticos civis). O que se pretende é uma abordagem da própria relação dos militares com o Estado e, por conseguinte, com a sociedade, usando como pano de fundo os ocorridos em 31 de março de 1964 e no primeiro governo militar.

Os militares agem por seus próprios interesses institucionais. Ou seja, em 1964 no Brasil refletiu-se o embate entre os dois mundos que se enfrentavam na guerra fria. Entraram em choque os valores militares e os ideais comunistas. Configurou-se, assim, uma intervenção

---

<sup>14</sup> Os planos de continuidade da ditadura não podem ser delegados ao grupo militar como um todo. Uma série de divergências internas marcou o período da ditadura no Brasil. A ESG representa *um* grupo dentro da ordem militar.

direta. Não queremos com isso justificar o Golpe. O objetivo não é julgar o acontecimento e sim entendê-lo, a partir de um dos atores do episódio, os militares.

A idéia não é defender e sim partir do princípio de que os militares podem ser estudados e analisados enquanto instituição. Para isso exige-se o exercício de nos afastarmos de determinados valores civis e considerar o que o grupo a ser analisado entende por ideal. Tarefa difícil, mas necessária. Como citamos acima, traremos ao debate a influência da geopolítica dentro da ESG, pois ela explica os jogos políticos da guerra fria. A partir do discurso da ESG, pretendemos apresentar de que forma a geopolítica está relacionada ao pressuposto que rege a formulação da doutrina esguiana.

É com base na DSN que será analisada a atuação dos militares em 1964. Daí, a contribuição da geopolítica, no que tange os interesses militares frente à conjuntura em que se deu a intervenção. A ESG, através dos cursos que ministrava, procurou disseminar a sua doutrina, insistindo na importância da Segurança Nacional para a projeção do Estado brasileiro no cenário mundial. Como veremos adiante o conceito de Segurança Nacional, presente no Brasil desde o movimento comunista de 1935, se amplia e se intensifica no contexto da Segunda Guerra Mundial. Neste momento houve uma aproximação entre as Forças Armadas brasileiras e as escolas de guerra norte-americanas, em uma época em que a paz mundial, segundo a ESG, estava longe de ser consolidada.

Os estudos da ESG, condensados em seus cursos e publicações, bem como a formulação de sua doutrina podem ser considerados como resultado da influência da concepção geopolítica frente ao contexto mundial. A partir da DSN será possível entender o próprio alinhamento Brasil - Estados Unidos, aparentemente contraditório se considerarmos os discursos da ESG.

Para a análise proposta utilizaremos como fontes primárias os cursos oferecidos pela ESG, depoimentos dos atores envolvidos no golpe assim como os manuais que apresentavam a DSN. Esses documentos aparecerão no decorrer do trabalho com o objetivo de abordar as preocupações que moviam as estratégias militares. Com a interpretação dos cursos e da doutrina nós temos a intenção de estabelecer as possíveis relações da ação militar em 1964 com a DSN. Dessa forma, buscamos analisar a visão dos militares da ESG frente à

conjuntura brasileira em que se deu o golpe de 1964 e como a DSN atingiu os outros grupos militares que atuavam a margem da Escola.

O recorte que escolhemos para analisar essa política dos militares trata do período 1949-1967. Esse período se inicia com a criação da ESG e termina com o fim do governo do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, um representante da ESG. Isso porque, é neste período que emerge e se consolida a ESG, representada por um grupo de responsáveis pela organização do pensamento militar. Esse pensamento será sistematizado pela escola, que se transformará no “laboratório ideológico” das Forças Armadas brasileiras.

Entendemos que a relação dos militares com o Estado é um tema que ainda precisa ser explorado pela historiografia. Existem estudos importantes sobre a atuação dos militares na política, como por exemplo, o trabalho de Alfred Stepan<sup>15</sup>. No entanto, como o próprio título da obra de Alfred Stepan anuncia, esses estudos trazem “os militares na política”. Propomos uma análise da política dos militares. Mais especificamente, da política do Exército, como já dizia Góis Monteiro. Em se tratando de Estado, as ações podem ser consideradas geopolíticas. Para fins de estruturação dessa dissertação, dividiremos a temática da seguinte forma:

O primeiro capítulo procura apresentar o processo de modernização do Exército, pois é desse processo que se origina a ESG. Serão pontuados as principais influências na formação do pensamento militar e os conflitos ideológicos que ocorriam no interior da corporação. A partir da análise desses conflitos percebe-se a existência de diferentes opiniões dentro das Forças Armadas brasileiras. A divergência de opiniões se expressou na formação dos dois principais grupos: “entreguistas” e “nacionalistas”. Veremos incoerência nessa denominação se considerarmos a visão da ESG. Mesmo que nosso recorte parta do ano de criação da ESG, nós perceberemos que a idealização da Escola encontra raízes bem anteriores ao ano de sua criação.

Um segundo capítulo vai tratar, especificamente, da doutrina da ESG. Serão apresentados e analisados os fundamentos doutrinários dos militares. O objetivo é apresentar

---

<sup>15</sup> STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1970.

uma noção do que era a doutrina da DSN. Devido à complexidade da doutrina, que se encontra até os dias de hoje em constante evolução, nós destacamos os conceitos básicos, que ainda regem a doutrina, mas que já estavam presentes na obra do principal teórico da ESG o general Golbery do Couto e Silva. Nesse sentido, a palavra do general nos auxiliará nessa difícil tarefa de interpretação da DSN.

Depois de portarmos uma idéia do que eram os conceitos fundamentais da DSN, passaremos ao terceiro capítulo. Nesse capítulo trataremos de contextualizar o governo João Goulart. Ou seja, mostrar qual o ambiente que se mostrava aos militares e que elementos foram responsáveis para sua ação. A questão principal desse capítulo é entender como se davam as relações entre a DSN e a política do governo João Goulart.

No quarto e último capítulo a idéia é abordar a atuação da ESG durante o governo Castelo Branco, o então primeiro presidente militar. Usando com referencial a bibliografia sobre esse período, serão apontadas as articulações dos militares durante a primeira fase da ditadura, entre 1964 e 1966, ou seja, antes do AI-5. A questão é: *com a vitória dos militares, quais eram as preocupações da ESG?*

## I ESG E ORIGENS: A modernização das Forças Armadas

Compreender a origem da Escola Superior de Guerra depende de romper com o marco de sua fundação que é o ano de 1949. A ESG foi um mecanismo que condensou o pensamento militar cuja trajetória foi marcada por relações de conflitos dentro e fora das Forças Armadas. Nesse sentido, entendemos a ESG como um momento de formalização e organização de idéias – do “mundo de dentro” frente ao “mundo de fora” – que vinham evoluindo já há algum tempo. Logo, problematizar o olhar da ESG sobre a situação do Brasil em 1964, não se limita à percepção dos conflitos internos da corporação. O problema se encontra nas relações das Forças Armadas com a sociedade civil. Relações que foram amplificadas e priorizadas pela ESG.

Analisar o surgimento da ESG exige um histórico do próprio processo de modernização que sofreu o Exército<sup>16</sup>. Desde sua formação até o advento da ESG, as Forças Armadas brasileiras receberam influências decisivas na sua constituição. Essas influências foram moldando um Exército, que iniciara sua história como uma instituição no mínimo desacreditada, até o ponto de transformá-lo no ator político que assume o poder do Estado brasileiro e nele se mantém por duas décadas.

Recentemente foi lançado pela Editora da Fundação Getúlio Vargas o livro “Nova História Militar Brasileira”<sup>17</sup>, uma coletânea de textos sobre estudos militares organizado pelos autores Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay.

Trata-se de uma série de textos que trazem informações inéditas sobre a instituição militar. Os autores procuram mostrar as relações entre a sociedade e as Forças Armadas. Questões como recrutamento e deserção, violência e homossexualismo, entre outras

---

<sup>16</sup> Referimos-nos ao Exército porque é essa a força mais atuante na política. “Quem estuda os militares sabe que eles não compõem um bloco coeso ideologicamente nem têm a mesma visão de mundo. Isso fica mais fácil de perceber em períodos de democracia quando a instituição está restrita aos quartéis. No entanto, no Brasil, dada a permanência política que o Exército alcançou em face das duas outras Forças, foi muito fácil associar militares a Exército. O almirante Mauro César, por exemplo, é enfático a esse respeito, e o brigadeiro Gandra lembra que os governos militares foram governos de generais e que as demais forças foram, na verdade, ‘caudatárias do processo.’” In: CASTRO, Celso; D’Araújo, Maria Celina. (org.) *MILITARES e política na Nova República*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2001; p. 16.

<sup>17</sup> CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

importantes abordagens fazem deste livro fundamental referência para os estudos sobre Exército e Marinha no Brasil. A formação das Forças Armadas no Brasil é algo complexo. Como sugere o próprio livro, “Muito mais trabalhos precisam ser feitos sobre a construção do Exército nacional durante o Império e sobre seu impacto nas províncias”<sup>18</sup>.

Pretendemos, no presente capítulo, lançar as questões que consideramos pertinentes acerca da atuação do Exército no Brasil. Só a partir desse panorama será possível entender o que possibilitou a organização da corporação e o conseqüente surgimento da ESG. Além disso, procuramos responder qual, dentre as diferentes ideologias presentes no interior do Exército, era a representada pela ESG. Não é nosso objetivo escrever a história do Exército, mas pontuar os principais aspectos responsáveis pela transformação interna que culminou na fundação da ESG, nosso objeto de análise.

Os escassos trabalhos que tratam da formação do Exército no Império é um dos fatores que nos dão a impressão de que a corporação só começa a existir enquanto ator político com o golpe em 1889. Depois da Proclamação da República ou Queda da Monarquia, como queiram, o Exército teria passado por um período de obscurantismo e, salvo os movimentos tenentistas, só voltariam a atuar na Revolução de 1930. Não pretendemos elaborar um estudo sobre os militares no Império, já que nosso objeto é a ESG no início dos anos 1950. Entretanto, os ideais que encontraremos na Escola, não surgem no vácuo. Mesmo que a fundação da ESG tenha sido influenciada por uma conjuntura, devido a uma série de fatores atuais, as idéias que começarão a transitar dentro da Escola resultam de um processo longo.

Da mesma forma, acreditamos que as atitudes mais práticas de modernizar o Exército, como ocorreu quando da interação entre Forças Armadas brasileiras e estrangeiras, também surgiram de uma situação conjuntural que foi a Primeira Guerra Mundial. Isso não quer dizer, que a luta por mudanças no Exército não antecedessem à Missão Alemã. Queremos mostrar com, isso que medidas de modernização<sup>19</sup> iniciadas depois da República

---

<sup>18</sup> CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004; p. 31.

<sup>19</sup> As medidas de modernização a que nos referimos são as missões francesas e alemãs, que impulsionaram a profissionalização das Forças Armadas brasileiras. É uma constante nas análises sobre exército essa observação de que a modernização inicia com as missões estrangeiras. Para isso ver: Rouquié, Miyamoto, Jose Murilo de Carvalho. A seguir trataremos também da influência estrangeira.

deponderam de reivindicações que há décadas estavam saindo dos quartéis. Lembremos que o fim do império foi atribuído em parte à famosa “questão militar”.

O que nos interessa nessa discussão é tentar explicar a ligação entre as “questões militares” no pré-1930 e a formação do pensamento militar. Para esse propósito pontuaremos alguns episódios onde atuaram os militares antes da Revolução de 1930. Explicaremos o porquê da escolha desse período com o auxílio de Edmundo Campos Coelho. Segundo o autor:

“O que Huntington chamou de *política de erradicação* descreve com propriedade as atitudes básicas e o comportamento da elite política civil brasileira com relação ao Exército até a Revolução de 1930. A forma particularmente violenta de que se revestiu essa política durante o Primeiro Império apenas acentua a natureza mais dissimulada de suas manifestações no Segundo Império e durante a República Velha. (...) a política de erradicação evoluiu da hostilidade aberta para as formas mais prudentes de marginalização do Exército, no Segundo Império, e de cooptação da liderança militar, na República Velha.”<sup>20</sup>.

A política de erradicação<sup>21</sup>, como veremos a seguir, condiz ao modelo sócio-econômico que será criticado pelos militares. As elites consideravam, no contexto da independência, que os exércitos permanentes serviriam as aspirações absolutistas do Imperador D. Pedro I. O enfraquecimento do Exército e sua posterior substituição por milícias civis era algo necessário e urgente. Os militares, por sua vez, defendiam a idéia de um Exército bem estruturado “na guerra” ou “na paz”. Essas divergências entre civis e militares são debatidas ainda nos dias de hoje. Ou seja, a funcionalidade das Forças Armadas e o investimento nacional na sua estrutura.

A autonomia do Exército, enquanto força militar, era suplantada pela Guarda Nacional. A Guarda Nacional era uma força irregular que servia aos interesses locais. Foi criada durante a Regência Trina Permanente (1831-1835), período caracterizado pela ascensão dos liberais exaltados ou jurujubas. A experiência da Guarda Nacional refletia à própria organização política do Império. Para Nelson Werneck Sodré:

---

<sup>20</sup> COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000; p. 49.

<sup>21</sup> A *política de erradicação* baseia-se na premissa segundo a qual forças militares numerosas e permanentes são uma ameaça: a) à liberdade; b) à democracia; c) à prosperidade econômica; d) à paz. Samuel P. Huntington, *The soldiers and state*. Nova York: Vintage Books, 1964, pp. 155-157. Tirado do Edmundo Coelho.

“Criando a *Guarda Nacional*, em 1831, a classe dominante dos senhores de terras e de escravos ou de servos, numa fase em que travava intensa luta para manter-se no controle do aparelho de Estado, estava forjando o instrumento militar que necessitava, e empreendendo a neutralização das forças armadas regulares, que seriam relegadas a segundo plano, as de terra particularmente.”<sup>22</sup>.

Se pensarmos na estrutura político-econômica do Segundo Império, voltada aos interesses das oligarquias locais, fica claro o predomínio do tipo de organização militar que era a Guarda Nacional. Como o próprio nome diz, a Guarda Nacional era subordinada ao Governo Central. Entretanto, sua estrutura obedecia a critérios que iam ao encontro da convergência entre as milícias e os mandatários locais. Segundo Ricardo Salles:

“... a organização da Guarda Nacional tinha uma relação direta com a estrutura social escravista. Os corpos eram organizados e subordinados a autoridades locais, por sua vez subordinadas aos grandes senhores e proprietários; só eram membros da Guarda Nacional aqueles que tivessem uma renda superior a 200 réis, sendo que não eram obrigados a servir pessoalmente nas fileiras, podendo indicar um substituto.”<sup>23</sup>.

Os arranjos entre governo central e poder local permitiam que os chefes das províncias criassem um aparato militar que obedecesse a seus próprios interesses. Na região platina, por exemplo, a Guarda “Nacional” dos estancieiros do Rio Grande sobrepuja-se ao Exército brasileiro nas questões fronteiriças. Na Guerra do Paraguai o Exército assumiu, pela primeira vez, a sua natural função de defesa do Estado. Segundo Manuel Domingos Neto:

“À Guerra do Paraguai, única mobilização militar verdadeiramente importante contra o ‘inimigo externo’ vivida pela corporação em toda sua história, conferiu-se grande peso. O Exército passou a ser, então, a força mais importante do País. Passou a ser reconhecido como instituição ‘Nacional’. A pós a guerra (Paraguai), os militares passaram a reclamar a condição de ‘defensores da Pátria’ e a ocupar significativo espaço na cena política.”<sup>24</sup>.

Com o fim da guerra o Exército voltou aos precários quartéis disposto a atuar na política do País. Descontentes com a forma com que o governo conduzia o Estado, os militares resolveram reivindicar o papel o qual julgavam ter direito: os defensores da Pátria. Porém, o descaso com a opinião dos militares deixou a corporação em completo desajuste em relação à ordem constitucional vigente, condicionando-lhes a aliar-se aos republicanos civis.

---

<sup>22</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979; p. 117.

<sup>23</sup> SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; p. 57.

<sup>24</sup> DOMINGOS NETO, Manuel. “Influência estrangeira e luta interna no Exército (1889-1930)”. In: ROUQUIÉ, Alain. *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980; p. 45.

O Império definitivamente não condizia com as aspirações do Exército. É desse desentendimento que surge a “Questão militar”, que, segundo alguns autores, foi uma das causas da queda da monarquia no Brasil<sup>25</sup>. Segundo José Murilo de Carvalho:

“O Exército só voltou a agir politicamente na Questão militar após a Guerra do Paraguai. (...) Mas desde a década de 1850 já se formava entre os jovens oficiais uma mentalidade quem entrava em aberto conflito com a elite dos bacharéis. Além das reclamações contra as discriminações que sofriam os militares, havia divergências relativas à política geral do governo. Os jovens militares pregavam a ênfase na educação, na industrialização, na construção de estradas de ferro, na abolição da escravidão.”<sup>26</sup>.

Foi na questão militar que se observou a indignação dos militares com a política de erradicação praticada pela elite civil. Dois casos isolados, que ocorreram com os militares Cunha Matos e Sena Madureira, foram capazes de desencadear a questão militar fazendo com que os militares exteriorizassem suas mágoas e ressentimentos em relação aos políticos. “Pela primeira vez na historia brasileira, grupos de militares afirmaram publicamente e com força a existência de uma ‘classe militar’ opondo-se ao governo”.<sup>27</sup> Celso Castro fala de “grupos militares” porque “houve uma união conjuntural de grupos de militares que possuíam perfis e interesses distintos”. A questão militar envolveu uma minoria de militares, porém existia um elemento de coesão que advinha da relação civil-militar que tratamos acima. Segundo Celso Castro:

“(...) os militares que participaram da Questão, conscientemente ou não, foram felizes por conseguir ao conseguir vinculá-la a um *ressentimento* contra civis em geral, os políticos em particular, e ao monopolizarem elementos simbólicos extremamente importantes para o *ethos* militar, como ‘honra’, ‘brios’ e ‘pundonor’. Com isso, se não conseguiram mobilizar todo o Exército, ao menos neutralizaram possíveis reações contrárias dentro da corporação, deixando o governo sem cobertura na área militar e vencido na batalha simbólica daquilo que estava em jogo.”<sup>28</sup>.

O debate sobre acerca do movimento que deu fim a Monarquia no Brasil é abrangente. Não cabe ao nosso trabalho entrar nessa discussão. Não seria correto atribuir a queda Monarquia somente aos descontentamentos militares. Consideramos que a Proclamação da República se deveu a um Golpe Militar, mas essa intervenção deve ser pensada a partir da

---

<sup>25</sup> Sobre a queda da Monarquia no Brasil ver: Da Monarquia a República. Emilia Viotti da Costa.

<sup>26</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; p. 190.

<sup>27</sup> CASTRO, Celso Castro. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995; p. 97.

<sup>28</sup> Idem.

análise de diferentes variáveis. Ocorre, no entanto, que os militares ao assumirem o poder não souberam o que fazer com ele. A essa época as Forças Armadas não contavam com organização, tão pouco havia uma união. Como nos diz Manuel Domingos Neto,

“Sem projetos consolidados, sem unidade interna, não conseguiram administrar a instabilidade sobrevinda com o golpe de Estado. O País assistiu a graves conflitos armados. O poder, finalmente, foi entregue aos representantes do setor econômico em crescimento – a oligarquia do café. Essa oligarquia, cuja unidade e capacidade de mando representariam engrenagens importantes na evolução política brasileira, logrou exercer a hegemonia estabelecendo alianças com interesses regionais dispersos.”<sup>29</sup>.

Enquanto isso, nos quartéis, crescia a preocupação com a organização da instituição. O fator recursos humanos era tido, ainda no Império, como um grande entrave para que o Exército pudesse se modernizar. As praças que preenchiam as fileiras do Exército não recebiam qualquer instrução militar. Pensava-se numa solução para tornar o Exército uma organização menos suspeita aos olhos da população. O serviço militar no Império e no início da República era tido praticamente como um castigo. As praças eram recrutadas nas camadas mais pobres da sociedade, impossibilitadas de “se livrar” do alistamento. Nesse sentido, as tropas eram formadas pelos setores marginalizados. Segundo Manuel Domingos Neto:

“Não era difícil para os oficiais justificarem seus pleitos em relação à transformação do Exército. A corporação estava absolutamente defasada em relação às organizações militares do mundo industrializado. Em pleno regime republicano, o Exército guardava as mesmas características do período colonial. A população recusava-se a prestar o serviço militar. Praticava-se o recrutamento forçado ou recrutamento “a laço”. As fileiras do Exército constituíam-se de camponeses sem sorte ou de marginais urbanos transferidos das cadeias para os quartéis. A disciplina era mantida através dos mais violentos castigos corporais.”<sup>30</sup>.

A tentativa de mudar esse sistema de arregimentação foi a Lei do Sorteio. A Lei do Sorteio foi aprovada em 1908, mas não teve êxito no objetivo de se fazer ingressar no Exército jovens de classe média e alta. Nem com a presidência da República sendo ocupada pelo Marechal Hermes da Fonseca a lei foi posta em prática. O serviço militar continuava nada atrativo, sendo restrito aos que não conseguiam dele escapar-se. Dadas as características de apadrinhamento que inundam a esfera social brasileira, a lei pouco alterou o processo de “seleção” do efetivo militar. Segundo José Murilo de Carvalho:

---

<sup>29</sup> DOMINGOS NETO, Manuel. “Influência estrangeira e luta interna no Exército (1889-1930)”. In: ROUQUIÉ, Alain. *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980; p.45.

<sup>30</sup> Idem.

“O sorteio universal era a única solução possível para o problema. A luta por sua introdução continuou na República, facilitada então pelo maior poder político adquirido pela corporação. Mas a oposição também continuou na imprensa, no Congresso e, uma novidade, nas organizações operárias de inspiração anarquista.”<sup>31</sup>.

A falta de ordem e profissionalismo não se resumia à questão do alistamento. As deficiências da corporação eram de estrutura, capacidade e funcionamento. O Exército carecia de instrução em todas as patentes da instituição. As próprias instituições de educação militar não passavam de continuações das escolas civis. Como nos diz Manoel Domingos Neto:

“Não havia programas de treinamento para as tropas. Nem manobras, nem exercícios. (...) A corporação não dispunha de regulamentos precisos sobre as atividades e a disciplina dentro das casernas. As diretivas que os membros de uma unidade do Exército recebiam eram em geral dadas por seu comandante. Os oficiais que freqüentavam a Escola Militar não recebiam quase nenhuma formação especializada. A Escola Militar privilegiava as disciplinas teóricas e o ensino de generalidades sem qualquer relação direta com a atividade militar. Grande parte dos oficiais sequer freqüentara a Escola.”<sup>32</sup>.

Além disso, a modernização do Exército não era de interesse do governo. As promoções eram lentas e o orçamento destinado ao Exército depois da Guerra do Paraguai teve uma significativa redução. As iniciativas que visavam dar condições de trabalho para o exercício da profissão eram logo deixadas de lado.

Esse era o quadro do Exército no século XIX. A supremacia das elites civis e sua *política de erradicação*. O que pretendemos com a colocação dessas questões é mostrar um Exército insatisfeito com a elite civil e com a configuração do Estado. Essa ilustração torna-se necessária para que entendamos que, desde muito cedo, existiam setores do Exército inconformados com a forma como era conduzida a política nacional e que se mostravam insatisfeitos com as elites responsáveis por tal política.

### 1.1 O profissionalismo alemão

As primeiras iniciativas que refletiram na mudança do quadro começaram em 1905, quando o Marechal Hermes da Fonseca, que era favorável a modernização, assumiu o

---

<sup>31</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ED., 2005; p 22.

<sup>32</sup> DOMINGOS NETO, Manuel. “Influência estrangeira e luta interna no Exército (1889-1930)”. In: ROUQUIÉ, Alain. *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980; p.44.

Ministério da Guerra. Com o apoio do marechal passaram a serem enviados à Alemanha grupos de oficiais brasileiros para estagiar no exército alemão. Embora não mostrasse resultados imediatos, este foi o ponto de conexão entre as Forças Armadas brasileiras e as influências estrangeiras que, para Manuel Domingos Neto, foram essenciais para a modernização do Exército brasileiro.

“O Exército dependeu do apoio externo para estabelecer seu modelo de organização militar, para capacitação técnica de seus oficiais, para o seu aparelhamento e, finalmente, para a fixação de seus princípios doutrinários. Foi a contribuição estrangeira que permitiu ao Exército passar pela maior transformação de toda a sua história – a sua modernização. Exército modernizado é exército poderoso, operacionalmente capaz de agir com força decisiva na cena política.”<sup>33</sup>.

Três turmas de oficiais foram enviadas à Alemanha para lá servirem por dois anos cada. A primeira em 1906, a segunda em 1908 e a última em 1910. Os integrantes da última turma, chamados de *Jovens Turcos*<sup>34</sup>, empenhados em modernizar a estrutura militar no Brasil, deram início a uma campanha para a profissionalização do Exército.

Os Jovens Turcos fundaram a revista *A Defesa Nacional* que se especializou em difundir os ensinamentos adquiridos no período em que estiveram estagiando na Alemanha. Esses oficiais ficaram impressionados com a capacidade bélica e corporativa do exército alemão. Logo, iniciaram uma campanha a favor de mudanças profundas no Exército brasileiro, tendo como modelo a corporação germânica. A campanha contava com as páginas de *A Defesa Nacional*, sob a direção dos Turcos. Segundo José Murilo de Carvalho:

“A revista era exclusivamente técnica e dedicou-se a traduzir regulamentos do Exército alemão, a difundir seu sistema de treinamento, suas práticas e costumes, e a lutar por medidas como o sorteio, a educação militar, o afastamento da política, a defesa nacional.”<sup>35</sup>.

A efetivação da Lei do Sorteio foi fundamental pra a modernização do Exército brasileiro. O processo de recrutamento, entretanto, não estava cargo da corporação e sim dos municípios. Isso possibilitava os jogos de interesses políticos, na definição de quem seria cooptado para o serviço militar. Mesmo assim, o aprimoramento do Exército evoluía, tanto

---

<sup>33</sup> DOMINGOS NETO, Manuel. “Influência estrangeira e luta interna no Exército (1889-1930)”. In: ROUQUIÉ, Alain. *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980; p. 44.

<sup>34</sup> “Referência irônica aos jovens reformadores militares de Mustafá Kemal.”

<sup>35</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ED., 2005; p.27.

que em 1918 foi extinta a Guarda Nacional. Além disso, a *Defesa Nacional* estava atenta a tudo que pudesse servir de entrave à transformação do Exército.

## 1.2 A missão francesa

Continuando o processo de modernização do Exército, chega ao Brasil em 1920 a Missão Francesa. Embora os Jovens Turcos preferissem uma missão alemã, optou-se pelos oficiais franceses. A Alemanha havia sido derrotada pelos aliados, logo, seria mais lógico optar por um dos vencedores, a França. Segundo José Murilo de Carvalho:

“Foi a missão Francesa que tornou possível o início da implementação da nova doutrina [defesa nacional] graças a formação de oficiais de estado-maior e da reestruturação do órgão.”<sup>36</sup>.

Como diz o autor, a Missão Francesa foi responsável pelo aperfeiçoamento dos oficiais, com a efetivação dos Cursos de Estado-Maior. A questão dos oficiais vai deixando de ser “politicagem” pra se tornar mais profissional. Como nos diz José Murilo de Carvalho:

“As regras para a progressão da hierarquia dependiam largamente da influência de ‘padrinhos’ civis notáveis e políticos. O valor técnico-profissional dos oficiais quase nunca era considerado nas promoções e na escolha dos comandantes de unidades. A estrutura de comando era estabelecida de tal modo, que o organismo que deveria exercer as funções de Estado-Maior (esse organismo era chamado de Ajudância Geral) não tinha mínima autoridade para preencher esse tipo de função. Na prática não havia Estado-Maior.”<sup>37</sup>.

Para Shiguenoli Miyamoto:

“Essa profissionalização militar iria apresentar resultados imediatos, evidenciados pelos movimentos da década de 1920, com o insurgimento dos tenentes contra a oligarquização e a incompetência dos oficiais superiores das Forças Armadas. Tal incompetência, diziam eles, era constante entre a oficialidade superior, que na maior parte dos casos nunca tinha freqüentado qualquer curso, e suas patentes eram resultado não do mérito militar, mas sim adquiridas por meios políticos.”<sup>38</sup>.

Nesse momento começa a se discutir como nunca qual seria o papel do Exército no desenvolvimento do Estado. Eram os primeiros passos para a associação dos interesses

---

<sup>36</sup> CARVALHO. José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ED., 2005; p.29.

<sup>37</sup> Idem.

<sup>38</sup> MIYAMOTO. Shiguenoli. *Geopolítica e Poder no Brasil*. Campinas: Papirus, 1995; p. 87.

militares aos interesses do Estado Nacional. É necessário lembrar aqui da dificuldade de se falar em “Estado Nacional” neste contexto. Na visão dos militares, o Brasil antes de 1930 é caracterizado por ser um Estado fraco, onde se configurava um expressivo poder regional. Em questões militares, a Guarda Nacional suplantara as ações do Exército. A revolução de 1930, nesse sentido, amplifica os poderes do Exército.

“Contra o sistema político que essas oligarquias implantaram para assegurar o seu domínio, o conjunto dos oficiais modernizadores mobilizou-se em 1930. Inclusive, a quase totalidade dos jovens oficiais em início de carreira porque suas perspectivas profissionais dependiam da tomada do poder pelos modernizadores. A formação técnica que os alunos dos franceses receberam nem sempre lhes asseguravam boas condições de avanço na escala hierárquica. Como mostrou Murilo de Carvalho, havia ‘engarrafamento’ nos níveis mais baixos da hierarquia. Próximo a 1930, os antigos estagiários do exército alemão, tais como Roberto Kingler, Leitão de Carvalho e Euclides Figueiredo, após trinta anos de serviço, tinham ainda a patente de coronel, apesar de toda reputação que adquiriram como oficiais do Estado-Maior.”<sup>39</sup>.

Tanto os Jovens Turcos quanto os seguidores da Missão Francesa defendiam a profissionalização do Exército e, consideravam necessário para isso, o total afastamento de militares da política. Entretanto, a reestruturação do Exército e a própria campanha pela profissionalização acabou por gerar reivindicações e uma atuação política de certos grupos. A aproximação do Exército com a política<sup>40</sup> não era bem vista pelos Turcos. Estaria em jogo a quebra da hierarquia, fatal para a organização militar. Porém, foi a própria modernização do Exército que possibilitou a disseminação de tal ideal reformador em parte da corporação. Nesse sentido, surgem duas tendências as quais José Murilo de Carvalho chamou de “ideologia intervencionista” e “ideologia não-intervencionista”, sendo que a segunda está relacionada com a primeira. Segundo José Murilo de Carvalho:

“A mudança [profissionalização] permitiu ainda uma extraordinária expansão da noção do escopo do papel do Exército. A nova concepção de defesa

---

<sup>39</sup> NETO, Manuel. “Influência estrangeira e luta interna no Exército (1889-1930)”. In: ROUQUIÉ, Alain. *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.

<sup>40</sup> A política a que se referem os Jovens Turcos é a política partidária nos quartéis, nociva aos militares. Segundo Sérgio Murillo Pinto: “A pesquisa de Capella (1985:83-6) comprovou que a idéia dos “jovens turcos” como oficiais avessos à intervenção na política não corresponde ao discurso do grupo, como já se sabia não corresponder à trajetória de alguns de seus mais destacados membros, como Bertholdo Klinger e Euclides Figueiredo. Na verdade, os “turcos” repeliam, como nociva, a “politicagem” praticada pelos bacharéis, mas não a grande política, de alcance nacional, na qual o Exército tinha espaço assegurado, como única força organizada da nação. Os pontos de contato com o pensamento de Góis são numerosos.” PINTO, Sérgio Murillo. “A doutrina Góis”. In: PANDOLFI, Dulce Maria (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999; p. 304.

abrangia todas as dimensões relevantes da vida nacional, desde a preparação militar propriamente dita até o desenvolvimento de indústrias estratégicas como a siderurgia. É significativo que já em 1927, por influência da missão, foi criado o Conselho de Defesa nacional, cujo objetivo era planejar a mobilização nacional para a defesa, incluindo aspectos psicológicos e econômicos.”<sup>41</sup>.

Das duas ideologias apontadas por José Murilo de Carvalho surge uma terceira, que o autor denominou “intervencionismo moderador”. A intervenção moderadora foi formulada por um dos Jovens Turcos, Bertholdo Klinger. Essa, por sua vez, acabava por absorver as outras duas ideologias, já que

“Tal posição divergia da ideologia do soldado profissional por admitir abertamente a intervenção na política, embora com ela concordasse quanto a necessidade de preparação profissional do Exército. Concordava com a ideologia do soldado cidadão quanto à legitimidade da intervenção do militar na política, mas dela discordava quanto à natureza da intervenção. Os tenentes pregavam uma intervenção reformista, a ser feita pelo militar independentemente da organização, ou mesmo contra ela.”<sup>42</sup>.

Entendemos que da fusão do Exército profissional e do Exército revolucionário surge o Exército político. Exemplo disso são os movimentos tenentistas<sup>43</sup> dos anos 1920, reflexo do próprio processo de modernização das Forças Armadas. Na Revolução de 30 os militares remanescentes do tenentismo, interessados em voltar para o Exército apóiam a oligarquia dissidente liderada por Getúlio Vargas. No texto “Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro”, José Murilo de Carvalho mostra as atuações dos militares na era Vargas<sup>44</sup>. O autor pontua três fases do relacionamento entre os militares e o varguismo:

“A primeira fase dessas relações que poderíamos chamar de namoro, vai da revolução de 1930 ao estabelecimento do Estado Novo em 1937. Ao chegar ao governo em 1930 no vácuo de poder aberto pela crise oligárquica, Vargas incentivou a transformação das Forças Armadas em ator político. Mais ainda: fez delas um dos pilares de sua sustentação, um contrapeso às forças oligárquicas. O auge do entendimento, a lua-de-mel, deu-se durante o Estado Novo (1937-45) quando houve total coincidência dos interesses do presidente e da corporação militar. Nos últimos anos do Estado Novo, no entanto, começou o processo de divórcio que caracterizou a terceira fase (1945-64).”<sup>45</sup>.

---

<sup>41</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ED., 2005; p.29.

<sup>42</sup> Idem; p. 42.

<sup>43</sup> Ver: FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1988.

<sup>44</sup> Entendemos como era Vargas o período que vai desde a Revolução de 1930 até a queda do Governo João Goulart.

<sup>45</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ED., 2005; p.29.

As relações entre Vargas e os militares, demonstram a autonomia de que gozava o estamento militar na política do pós 1930. Neste momento o papel político do Exército foi defendido pelo profissional Góis Monteiro e pelo revolucionário Juarez Távora. Nós encontraremos esses dois personagens no seio da Escola Superior de Guerra.

### 1.3 Góis Monteiro e as bases da doutrina esguiana

Enquanto Juarez Távora participou ativamente da ESG, chegando a ser comandante da Escola, Góis Monteiro não fez parte dos quadros da instituição. No entanto, a doutrina desenvolvida pela ESG não difere em essência das idéias do general. Alguns autores, inclusive, chegam a afirmar que a doutrina da ESG, nada mais é do que a sistematização do pensamento de Góis Monteiro. Em discurso à ESG em 1957, Cordeiro de Farias, comandante da Escola se referiu assim a Góis:

“Ao Exmo. Sr, General de Exército Pedro Aurélio de Góes Monteiro, Chefe do EMFA, agradeço a confiança e amizade com que sempre me distinguiu e o apoio irrestrito que deu à Escola, bem como pela sua orientação e seus conselhos”<sup>46</sup>.

No pós 1930, entretanto, Góis Monteiro se empenhou em dar unidade à corporação, reprimindo os conflitos internos. O Exército buscava o lugar de destaque que julgava ter direito na política nacional. Influenciado pelo positivismo e autores autoritários como Alberto Torres e Oliveira Viana, Góis Monteiro não considerava que o Brasil poderia alcançar o progresso tendo como dirigente aquela elite política. Entretanto, os militares estavam divididos. Isso permitiu que num primeiro momento fossem manipulados por Getúlio Vargas. Para Vargas, o poder do Exército deveria se limitar à contenção das lideranças depostas pela revolução, mas não ameaçar a sua própria liderança. No entender de Góis Monteiro, a própria sobrevivência da força, dependia da manutenção da ordem institucional. Segundo José Murilo de Carvalho:

“As divisões internas inviabilizavam o exercício de tal papel. Havia confronto entre militares rebeldes e legalistas; entre oficiais subalternos, de um lado, e oficiais superiores e oficiais-generais, de outro; entre oficiais e praças; entre

---

<sup>46</sup> FARIAS, Oswaldo Cordeiro de. “Discurso por ocasião da passagem do comando da ESG ao Gen. div. Juarez do Nascimento Fernandes Távora – 11/12/57 213”. In: Revista da Escola Superior de Guerra – V.1, n.º1 (dez. 1983) – Rio de Janeiro: ESG. Divisão de documentação, 1983; p. 216.

Exército e Marinha; entre Exército e policiais militares. Iniciadas em 1922 com os tenentes, as agitações dentro do Exército multiplicaram-se após a vitória de 1930.”<sup>47</sup>.

A partir de 1930, Góis Monteiro passou a combater a política *no* Exército para que se tornasse possível a política *do* Exército. Assim como os *Jovens Turcos*, Góis se colocava contra a “politicagem” no Exército e não contra a “política maior”. Para Góis, a política partidária dentro dos quartéis só contribuía para desestruturar as Forças Armadas. As aspirações políticas individuais deveriam ser abolidas para que o Exército viesse a conduzir o país a partir de sua política. Segundo Sérgio Murilo Pinto:

“O Exército é um órgão essencialmente político. Assim sendo, deve-se fazer a política *do* Exército e não a política *no* Exército. Todo o mal consiste em tornar-se o militar político-partidário. A política do Exército é a preparação para a guerra, que envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material — economia, produção e recursos de toda natureza — e no campo moral, sobretudo a educação do povo e a formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da pátria, suprimindo, quanto possível, o individualismo ou qualquer outra espécie de particularismo. A liberdade deve ser compatível com a segurança nacional.”<sup>48</sup>.

Góis Monteiro, aluno da missão alemã, cujos ensinamentos primavam pela orientação profissional, tratou de estabelecer entre os militares os princípios da disciplina e hierarquia. O levante comunista de 1935 resultou em um elemento de coesão, de profunda significação dentro da corporação. Além disso, foi capaz de dar vazão à Lei de Segurança Nacional, bem como a própria instalação do Estado Novo, momento em que os interesses dos militares e de Getúlio Vargas eram convergentes.

#### 1.4 A americanização das Forças Armadas

Após as experiências alemã e francesa, chegou a vez de receber os norte-americanos. Em 1939 o Brasil comprava armamento da Alemanha, com quem estabelecia relações cordiais, assim como com as outras potências do Eixo. O exército alemão, de cultura prussiana, era tido por Góis Monteiro como modelo. Do ponto de vista militar, o contato com os Estados Unidos, que já se dava desde 1937, aprofundou-se quando o general George

---

<sup>47</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ED., 2005; p. 56.

<sup>48</sup> PINTO, Sérgio Murillo. “A doutrina Góis”. In: PANDOLFI, Dulce Maria (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999; p. 298.

Marshall, então subchefe do Estado Maior norte-americano chegou ao Brasil em maio de 1939.

O general norte-americano se encontrou com Góis e o alertou sobre a iminência de uma guerra mundial frente à situação na Europa. Percebendo uma falência no aparato militar brasileiro caracterizado pelo despreparo da tropa e pelo armamento obsoleto, Marshall contestou as importações bélicas feitas à Alemanha. Marshall propôs, então, que fosse enviada aos Estados Unidos uma missão militar a fim de aperfeiçoar as Forças Armadas brasileiras, diante do anunciado conflito mundial.

O general Marshall regressou aos Estados Unidos juntamente com uma comitiva composta de oficiais brasileiros. A missão contou com o general Góis Monteiro, o coronel Canrobert Pereira da Costa, os majores José Machado Lopes e Agnaldo Caiado de Castro e os capitães Orlando Eduardo da Silva e Ademar José Alvarez da Fonseca. Depois dessa, outras missões foram enviadas aos Estados Unidos com o objetivo de se atualizarem em cursos e terem contato com o que havia de mais moderno em armamento militar. Embora o Brasil já tivesse enviando militares aos EUA antes de 1939, a visita de Góis Monteiro aos *College Wars* norte-americanos foi importante para a americanização das Forças Armadas brasileiras. O general brasileiro, admirador do exército alemão, ficou impressionado com poderio militar dos Estados Unidos. Góis chegou a aconselhar o governo brasileiro a estabelecer “maior estreitamento de suas relações comerciais, culturais e militares com aquele país”.

A primeira guerra eclodiu em setembro de 1939. Depois de diversas negociações, o Brasil rompeu relações com as potências do Eixo, atendendo aos Estados Unidos e contrariando a vontade da Argentina de compor um bloco sul americano independente dos da América Central e da América do Norte. Em 1944 o Brasil formou a Força Expedicionária Brasileira, a FEB. A experiência da FEB aprofundou as relações entre as Forças Armadas brasileiras e norte-americanas. As Forças Armadas brasileiras entraram em contato com a doutrina militar norte-americana e passaram a se guiar pelo conceito de *guerra total*. Em 1945 foi criada a Junta Interamericana de Defesa (JID). Segundo a ESG:

“A Junta Interamericana de Defesa nasceu em consequência do envolvimento do Hemisfério Ocidental na II Guerra Mundial. (...) como resultado do ataque japonês a Pearl Harbor, a Resolução I da 3a. Reunião de Consulta (Rio de

Janeiro) recomendou aos Governos Americanos a constituição de uma comissão de técnicos militares nomeados pelos respectivos governos, para estudar e sugerir as medidas necessárias à defesa do Continente. Assim, dessa recomendação surgiu a JID, reunindo pela primeira vez representantes das forças armadas das Repúblicas Americanas, em Washington, DC, em 30 de março de 1942.”<sup>49</sup>.

O estreitamento com os EUA influenciou a conspiração contra Getúlio Vargas em 1945. A participação das tropas brasileiras na Segunda Guerra, apoiando a derrubada do totalitarismo na Europa, questionava a continuidade da ditadura de Vargas. Para alguns setores militares, o ditador tramava sua continuidade no poder. Após a deposição de Vargas em 1945, a grande discussão era acerca da questão do petróleo. O alinhamento com os Estados Unidos marcou uma divisão dentro das Forças Armadas brasileiras, explicitada dentro do Clube Militar<sup>50</sup>. As eleições dentro do Clube Militar passaram a ser disputadas entre dois grupos distintos, os “nacionalistas” e os “entreguistas”.

A “corrente nacionalista” defendia uma política externa independente e o monopólio estatal do petróleo. Para os “nacionalistas” as riquezas minerais do país deveriam ser exploradas pelo Estado. Entre os adeptos do “nacionalismo” destacavam-se os generais Estillac Leal e Horta Barboza, o primeiro presidente do Conselho Nacional do Petróleo.

A outra corrente era chamada pelos opositores de “entreguista”. Era considerado o grupo mais conservador. Esse grupo tinha como principais nomes os generais Juarez Távora e Cordeiro de Farias, além dos então coronéis Humberto de Alencar Castelo Branco e Golbery do Couto e Silva. A denominação “entreguistas” surgiu devido ao fato de estes militares defenderem a participação do capital estrangeiro na exploração do petróleo brasileiro. Juarez Távora alegava a falta de condições técnicas, administrativas e financeiras para tal empreendimento, considerando, assim, outras formas de recursos que pudessem custear a empresa. Durante o governo Dutra, o Brasil continuou se aproximando dos EUA e, em 1947 foi assinado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Segundo a ESG:

“O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, o TIAR (Rio de Janeiro, 1947), consolidou o sistema interamericano de segurança coletiva de nosso

---

<sup>49</sup> Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas. *Órgãos Combinados*. Escola Superior de Guerra, 1966. C2 – 22 66; p. 43.

<sup>50</sup> Foi fundado em 26 de junho de 1887, no Rio de Janeiro e derivou, principalmente, dos conflitos da chamada Questão Militar.

hemisfério, na forma do art. 51 da Carta da ONU Pelo art. 4º do TIAR ficou delimitada a ZONA DE SEGURANÇA.”<sup>51</sup>.

As disputas entre “nacionalistas” e “entreguistas” acirravam-se. Apesar do fim da ditadura do Estado Novo abrir a discussão pra sociedade, o maior embate se dava dentro do Clube Militar, principalmente pela questão do petróleo. Para os militares, o petróleo era uma questão de Segurança Nacional.

Outro conflito que envolveu as duas correntes resultou da divergência de opiniões a respeito da Guerra da Coréia. Enquanto a ala nacionalista criticava a intervenção dos EUA, e, principalmente do Brasil no território coreano, os mais conservadores requisitavam o apoio aos norte-americanos. A Revista do Clube Militar, dirigida neste momento pelos nacionalistas, passou, então, a publicar artigos que condenavam as atuações norte-americanas na Coréia.

A discussão sobre a Guerra da Coréia aumentou os atritos entre os “entreguistas” e os “nacionalistas”. Os “entreguistas” passaram a denunciar uma possível relação entre os nacionalistas e o comunismo. Com o objetivo de conseguir a presidência do Clube Militar e mudar a linha editorial da Revista, os “entreguistas” organizaram a Cruzada Democrática. A Cruzada Democrática venceu as eleições em 1952 e passou a perseguir os “nacionalistas” a quem julgavam ter inspirações comunistas. Em posse da presidência do Clube militar, a Cruzada Democrática conseguiu desarticular os “nacionalistas”.

Nesse clima surge a Escola Superior de Guerra (ESG), que acabou por reunir em seus quadros o grupo da Cruzada Democrática. Com um estudo mais aprofundado da Escola e da sua doutrina perceberemos que, a partir da visão dos militares, a denominação “nacionalista” e “entreguista”, usada freqüentemente para caracterizar os grupos opostos das Forças Armadas, se mostra incoerente. Pretendemos evidenciar com o presente trabalho o que a Escola entende por *nacionalismo*. Além disso, considerando que o alinhamento com os norte-americanos foi o que atribuiu a referencia “entreguista” para a ESG, procuramos entender como a Escola concebe as relações entre o Brasil e os EUA.

---

<sup>51</sup> Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas. *Órgãos Combinados*. Escola Superior de Guerra, 1966. C2 – 22 66; p. 43.

## II ESG E DOUTRINA: Fundação da Escola e desenvolvimento da doutrina esguiana

Como enfatizamos no capítulo anterior a ESG resultou de um longo processo de modernização das Forças Armadas. A evolução do pensamento militar e a situação estabelecida no pós Segunda Guerra condicionaram a fundação da ESG. É correto dizer que a ESG não contava com a totalidade dos militares. A Escola representava *uma* linha de pensamento dentro das Forças Armadas. Alguns autores criticam a excessiva importância que se dá a ESG na configuração do Golpe de 64. Entretanto, como pretendemos apresentar no decorrer do trabalho, foi a doutrinação pregada pela ESG que possibilitou uma coesão de pensamento entre os militares.

Neste capítulo, procuramos apresentar a fundação da ESG e desenvolvimento da doutrina da Escola, para que seja possível entender os pressupostos que moveram a ação militar de 1964. O que se viu em 1964 foi uma adesão da maioria dos militares ao golpe. Mesmo os legalistas ou profissionais, senão agiram ativamente, também não tentaram impedir a intervenção. A ESG não tinha como objetivo a simples deposição do presidente, e sim, a preocupação com aquilo que no entender da DSN, era essencial para o “Bem Estar Comum”, ou seja, afastar os obstáculos nocivos à Nação. Depoimentos de militares nos dizem que o presidente poderia ter terminado seu mandato se mudasse a sua política de governo. Nesse sentido, procuramos lançar algumas considerações acerca da DSN, já que essa doutrina foi tão decisiva na configuração do golpe e, posteriormente, no governo Castelo Branco.

É importante destacar esse aspecto de como se davam as relações internacionais. Entretanto, o objetivo desse capítulo não é analisar os interesses das nações estrangeiras nos laços com o Brasil e sim, entender a influência do cenário internacional na fundação da ESG. Nesse sentido, é necessário evidenciar a influência norte-americana na idealização da Escola. A ESG foi um momento de organização de um pensamento já existente no interior das Forças Armadas, cujas bases eram reconhecíveis na própria ação de Góis Monteiro. A idéia de fundar uma instituição que desse conta de “diagnosticar os problemas nacionais” teve uma inspiração nas *College Wars* norte-americanas. Segundo a ESG:

“É certo que a Escola Superior de Guerra surgiu da experiência da Força Expedicionária Brasileira, na segunda Guerra Mundial, diante da aplicação do conceito de “Guerra Total” ou como se preocupava o Almirante Castex sobre a “unidade da guerra” – que apresentava outros tipos de ações planejadas, coordenadas e dirigidas. As nações beligerantes teriam a integralidade dos seus recursos envolvidos no conflito. Era a consciência do Poder Nacional. Percurso de análise reinterpretadas, novas tendências para os quadros teóricos da realidade brasileira”.

E segue o artigo:

“Tomados todos os fatores em consideração, tal problemática teve sua conseqüência: a necessidade de se criar no Brasil um instituto de grande envergadura intelectual, compatível com o avanço do mundo moderno. Muda-se a mentalidade, mantendo os componentes primordiais do organismo da nação: o homem, a terra e as instituições.”<sup>52</sup>.

Entretanto, não é verdade que a ESG tenha sido uma instituição voltada aos interesses norte-americanos. Ao contrário, a Escola tinha como meta a projeção do Brasil. A vinculação da ESG ao que seus opositores chamaram de “entreguismo” diz respeito às posições políticas dos militares chegados à Escola. Como veremos a seguir, o alinhamento com os EUA está relacionado aos ideais esguianos. Para entendermos essa dinâmica, torna-se necessário conhecer um pouco da instituição.

O surgimento da ESG ocorreu num momento em que Shiguenoli Miyamoto caracterizou de terceira fase da geopolítica no Brasil. Em sua obra *Geopolítica no Brasil*, Miyamoto apresenta uma periodização do pensamento geopolítico brasileiro. Segundo o autor essa terceira fase corresponderia ao período compreendido entre o final dos anos 1940 e a intervenção militar de 1964. Miyamoto aponta, ainda, uma quarta fase que se iniciaria com o primeiro governo militar e terminaria com o final da ditadura, no início dos anos 80.

É importante lembrar que o período de criação da ESG coincide com o início e auge da Guerra Fria. Nesse sentido, precisamos pontuar a questão da geopolítica como elemento relevante do problema em questão, ou seja: a visão dos militares frente à situação do Brasil em 1964. Estudos que abarcavam a teoria geopolítica foram realizados pelos grandes expoentes da ESG, sendo seu principal representante o General Golbery do Couto e Silva.

As geopolíticas clássicas, que segundo José William Vesentini “não apenas estavam centradas no Estado como único ator ou agente, mas eram igualmente feitas por ele e

---

<sup>52</sup> Revista da Escola Superior de Guerra. Ano XVI – n 38 – 1999; p. 8.

para ele”, fundamentaram suas teorias considerando o espaço e o poder, em função da soberania do Estado Nacional. Entre seus representantes estão os teóricos Friedrich Ratzel, Rudolf Kjellén, Alfred Mahan e Halford Mackinder.

Não iremos entrar na discussão acerca da cientificidade da geopolítica. Da mesma forma que não cabe aqui o debate sobre a distinção entre geografia política e geopolítica<sup>53</sup>. O que nos interessa saber para fins desse trabalho é que este conhecimento está a serviço do poder do Estado, relacionando o poder político ao espaço geográfico. No entanto, algumas palavras sobre a geopolítica tornam-se necessárias.

O termo “geopolítica” foi utilizado pela primeira vez por Rudolf Kjellén, em ensaio publicado em uma revista de seu país, a Suécia. Ao lançar esse novo termo, o objetivo de Kjellén era diferenciar a geopolítica da geografia política de Ratzel<sup>54</sup>. Para Rudolf Kjellén a geografia política e a geopolítica eram duas áreas do conhecimento distintas. Entretanto, segundo Vesentini, Kjellén foi “um pensador limitado que não deixou importantes idéias ou teorias”.

Anterior a Ratzel, Mahan elaborou uma estratégia para o fortalecimento do seu Estado, os Estados Unidos, a partir da teoria do “poder marítimo” (*Sea Power*). Para Mahan era fundamental obter o controle das rotas marítimas, por onde circulava o comércio internacional. É significativo observar que a construção do canal do Panamá partiu de uma idéia de Mahan.

Contraopondo a teoria de Mahan, Mackinder defendeu a supremacia do poder terrestre. Mackinder demarcou um espaço geográfico que chamou de “terra-coração” (*heartland*). Esse espaço corresponderia ao que é hoje a Europa Oriental. Para Mackinder, o

---

<sup>53</sup> Sobre a distinção da geopolítica e da geografia política ver: COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política: Discursos sobre o Território e o Poder*. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

<sup>54</sup> É de Ratzel a expressão “espaço vital (*Lebensraum*)”, que seria o equilíbrio entre a população e os recursos naturais de determinado território. Em decorrência desse conceito, Ratzel foi taxado de “determinista”, mesmo apontando em sua obra que a geografia não pode se basear em um determinismo simplista. Ainda em função do *Lebensraum*, a geopolítica foi tratada com repulsa por muitos anos dentro do mundo acadêmico. As teorias de Ratzel foram diminuídas ou deturpadas por alguns autores, sendo fortemente utilizada pelo nazismo.

*heartland* possuía as características geográficas essenciais para a conquista da hegemonia mundial. Ou seja, quem dominasse o *heartland* dominaria o mundo. Segundo Vesentini:

“A importância dessa região estaria na combinação de três características: a presença de uma porção importante da maior planície do mundo, que se prolongaria desde as estepes russas até a Alemanha, os Países Baixos e o norte da França, e que seria coberta de pastagens (*grassland*), o que favoreceria a mobilidade de povos e guerreiros; a presença de um dos maiores rios do mundo; e a sua natureza mais ou menos fechada em relação às incursões marinhas.”<sup>55</sup>

Com essas breves palavras acerca da geopolítica clássica, tivemos a intenção de situarmos os principais elementos abarcados pela geopolítica. Embora instrumentalizada por diferentes teorias, entendemos que o objetivo final da geopolítica é o fortalecimento do Estado Nacional, a partir da aplicação do Poder Político pelo Estado, considerando a posição espacial.

O importante pra fins do nosso tema é que se entenda a influência da geopolítica no discurso da ESG. O que nos serve aqui, seja rotulado como geografia política, seja denominado como geopolítica, são os elementos básicos que as envolvem: Estado, espaço e poder. Tais elementos estão presentes tanto na geografia política sistematizada pelo alemão Friedrich Ratzel quanto na geopolítica denominada pelo sueco R. Kjéllen.

A geopolítica golberiana, por sua vez, não pode ser entendida sem que se considere o contexto em que Golbery do Couto e Silva formulou suas teorias de hegemonia do Estado brasileiro. O conflito mundial entre ocidente e comunismo foi decisivo para uma concepção geopolítica que se fundamentou na preocupação com a Segurança Nacional. Segurança e Desenvolvimento foram os fatores que orientaram a geopolítica golberiana e a formulação da doutrina esguiana. Segundo a geopolítica de Golbery do Couto e Silva, a estratégia nacional deve ser pautada nos seguintes aspectos:

“ – integração e valorização espaciais;  
– expansionismo para o interior e projeção pacífica exterior;  
– contenção ao longo das linhas fronteiriças;  
– colaboração com o mundo de aquém e além-mar;  
– segurança ou geoestratégia nacional, em face da dinâmica própria dos centros externos de poder.”<sup>56</sup>

---

<sup>55</sup> VESENTINI, José William. *Novas geopolíticas*: São Paulo: Contexto, 2005.

<sup>56</sup> SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967. P. 137.

O general Meira Mattos pontuou em seu livro “Brasil – Geopolítica e Destino” dois conceitos que acreditamos serem suficientes para que entendamos a dinâmica da geopolítica e das suas relações com a doutrina da ESG. Além do conceito “sintético e abrangente”<sup>57</sup> de Ratzel, “espaço é poder”<sup>58</sup>, Meira Mattos cita ainda a conceituação elaborada pelo Instituto de Geopolítica de Munique:

“A Geopolítica é a ciência das relações da terra com os processos políticos. Baseia-se nos amplos fundamentos da geografia, especialmente da geografia política, que é a ciência do organismo político no espaço e, ao mesmo tempo, de sua estrutura. Ademais, a Geopolítica proporciona os instrumentos para a ação política e diretrizes para a vida política em conjunto. (...) Assim, a Geopolítica se converte numa arte, arte de guiar a política prática. A Geopolítica é a consciência geográfica do Estado.”

Os motivos mais imediatos que levaram a fundação da ESG foi o contato com as Forças Armadas norte-americanas, bem como a atuação da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Com o envio de oficiais das Forças Armadas aos Estados Unidos no início dos anos 1940 foi possível um aperfeiçoamento de todas as ordens. A partir desse intercâmbio surgiu a idéia de montar no Brasil um núcleo estratégico de caráter militar. É claro que existiam interesses políticos por parte das outras nações em estabelecer esses vínculos militares com o Brasil. Segundo Manuel Domingos Neto:

“O objetivo perseguido da presença militar não era nem estritamente militar, nem mesmo essencialmente voltado para a venda de armas. Paralelamente às atividades diplomáticas, ao esforço de propaganda, à exploração de prestígio intelectual, às atividades de contingentes de imigrantes etc., a presença militar estrangeira fazia parte do jogo político das grandes potências no sentido de assegurar mercados para suas indústrias.”<sup>59</sup>

No entender da ESG o fortalecimento do Estado brasileiro dependia do combate ao inimigo interno. Além disso, era necessário aliar-se a Estados fortes. Neste momento de criação da ESG com mundo dividido entre as potências norte-americanas e soviéticas torna-se necessário atribuir às ações de 1964 o devido peso ao anticomunismo enraizado no interior das Forças Armadas. Para os militares, segundo Shiguenoli Miyamoto:

---

<sup>57</sup> MATTOS, Carlos de Meira. *Brasil: Geopolítica e Destino*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979; p. 5.

<sup>58</sup> Apud. MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e Destino*. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.

<sup>59</sup> NETO, Manuel Domingos. “A influência estrangeira e luta no Exército (1889-1930)”. IN: ROUQUIÉ, Alain. (org.) *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980; p. 50.

“O limiar da Grande guerra e o advento da Escola Superior de Guerra vão imprimir uma nova direção aos estudos geopolíticos. De um lado surge uma nova geração de estudiosos: entre outros, Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos, João Baptista Magalhães, Waldyr Godolphin e Aurélio de Lyra Tavares. Por outro lado, o clima de guerra fria reinante e o perigo do ‘inevitável confronto’ entre ocidente democrático e o mundo comunista vão influenciar decisivamente os novos estudos. Nesse período vai surgir a instituição que se convencionou designar como *laboratório ideológico* das Forças Armadas brasileiras.”<sup>60</sup>.

A partir concepção geopolítica foram traçadas as linhas mestras do pensamento esguiano. O surgimento da ESG deve ser relacionado à situação conflituosa que não foi abrandada com o fim da segunda guerra mundial. As relações internacionais e os pactos entre os Estados deveriam ser cuidadosos, num momento em que a guerra poderia deixar de ser “fria” a qualquer momento, colocando em risco a integridade das nações.

## 2.1 Fundação e estrutura de funcionamento

Em 1948, o General Salvador César Obino, então Chefe do Estado-Maior Geral<sup>61</sup>, criado dois anos antes, em visita ao National War College, nos EUA, contou, de imediato, com o apoio dos norte-americanos, que se prontificaram a enviar uma missão militar para dar suporte à implantação da referida Escola. Em dezembro daquele ano, o General-de-Divisão Oswaldo Cordeiro de Farias foi colocado à disposição do EMFA, para elaborar o anteprojeto do regulamento da Escola Superior de Guerra, juntamente com o Coronel-Aviador Ismar P. Brasil, o Tenente-Coronel Affonso Henrique de Miranda Corrêa, o Capitão-de-Fragata Celso A. de Macedo Soares Guimarães e o Tenente-Coronel Idálio Sardenberg. A Missão Militar americana já se encontrava no Brasil.

Um documento elaborado por este último oficial, com o título de “Princípios Fundamentais da Escola Superior de Guerra”, serviu de base para a redação do Regulamento da ESG. Desta maneira, pela Lei n° 785 de 20 de agosto de 1949, foi criada a Escola Superior de Guerra, um instituto de altos estudos, subordinado diretamente ao Estado Maior e Comando das Forças Armadas e destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de assessoramento e direção superior e para o

---

<sup>60</sup> MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas, SP: Papirus, 1995; p.77.

<sup>61</sup> Antigo Estado-Maior das Forças Armadas – EMFA, hoje Ministério da Defesa.

planejamento da segurança nacional. Acrescentava a Lei que a ESG deveria funcionar como centro permanente de estudos e pesquisas, ministrando cursos que fossem instituídos pelo Poder Executivo.

A Escola foi idealizada, em princípio, para ministrar o Curso de Alto Comando apenas para militares. Entretanto, terminou sendo organizada para receber, também, civis, sendo criado o Curso Superior de Guerra (CSG). O curso destinado, exclusivamente, para militares, Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA) começou a funcionar em 1954. São esses últimos que analisaremos no decorrer do trabalho. O General Cordeiro de Farias foi o primeiro Comandante da ESG, no período de 1º de setembro de 1949 a 11 de dezembro de 1952.

O General Juarez Távora, depois de realizar o curso da Escola, foi o seu segundo Comandante. No dia 15 de março de 1950, com a presença do então Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, iniciou-se o ano letivo da ESG, sendo a Aula Inaugural proferida pelo General César Obino, no auditório da antiga Escola Técnica do Exército, atual Instituto Militar de Engenharia (IME).

Como destacamos acima, a ESG não foi fundada para servir aos Estados Unidos, tanto, que diferenciava-se em muitos pontos da “ESG” norte-americana. A corporação brasileira não era uma tábula rasa. Mostramos que as Forças Armadas brasileiras desenvolveram ao longo de um processo de modernização seus próprios princípios. Góis Monteiro, principal organizador das Forças Armadas no pós-30, recebeu influências de autores autoritários, que viam no Brasil sérios problemas de formação. Uma das diferenças e até divergências entre as escolas de guerra brasileiras e norte-americanas foi quanto a incorporação de civis nos seus quadros. Góis dizia que não poderiam existir Forças Armadas disciplinadas em uma nação indisciplinada. Além disso, o positivismo de Benjamin Constant<sup>62</sup> havia penetrado no pensamento militar, outro conflito de idéias entre militares brasileiros e norte-americanos.

---

<sup>62</sup> Um texto interessante sobre Benjamin Constant está em: CASTRO, Celso. *Os militares e a República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

Para formar uma escola de guerra brasileira foi necessário adequar as bases institucionais sugeridas pelos norte-americanos à realidade do Brasil. A ESG condensou na mesma Escola a “Escola de Estado-Maior Combinado, essencialmente militar, a Escola Industrial, destinada mais às indagações concernentes ao problema da mobilização e a escola de Guerra, orientada principalmente para as questões da política externa, as duas últimas muito interligadas e freqüentadas por civis e militares”<sup>63</sup>. Ao passar o comando da ESG para Juarez Távora, Cordeiro de Farias dizia o seguinte:

“a posição internacional, a situação econômica, os fatores psicológicos e militares, enfim os alicerces da Política das duas nações americanas é que tem que nortear os estudos das suas escolas, COLIMAREM os mesmos propósitos. Não podíamos, nem devíamos pois copiar o “War College” muito embora fosse e até hoje seja ele o nosso grande inspirador. Assentado o rumo nessa direção coube-nos, também, outra escolha delicada. Nossos estudos poderiam ter duas bases. Uma, com predominância de parte teórica, que nos parecia mais fácil, de vez que tínhamos à mão copiosa documentação, alicerçada nas experiências e pesquisas alheias; outra, que se nos apresentava mais complexa, mas com um sentido mais realístico e que consistia no estudo, o mais a fundo possível dos problemas brasileiros.”<sup>64</sup>.

Assim, teve início o desenvolvimento de estudos dentro de uma instituição militar, voltada a formar elites *civis e militares*. Inspirada nas escolas de guerra norte-americanas, cuja estrutura e funcionamento impressionavam os militares brasileiros, mas considerando as peculiaridades dos problemas do Brasil. No quadro da guerra fria e no desencadear da guerra total, a ESG procurou formular um método capaz de possibilitar a Segurança e Desenvolvimento. Surge, assim, a Doutrina de Segurança Nacional.

## 2.2 A doutrina da ESG

A ação da ESG e a formulação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foram pensadas a partir do conceito de “guerra total”. A guerra total era um novo tipo de conflito entre nações propiciado pelo mundo moderno, pelo desenvolvimento da tecnologia, bem como pelos antagonismos que estavam presentes no interior dos Estados. Na concepção esguiana, frente ao contexto da guerra moderna, o conceito de “defesa nacional” deveria ser ampliado. A responsabilidade de manter a integridade do Estado Nacional não poderia mais se limitar as

---

<sup>63</sup> FARIAS, Oswaldo Cordeiro de. “Discurso por ocasião da passagem do comando da ESG ao Gen. div. Juarez do Nascimento Fernandes Távora – 11/12/57 213”. In: Revista da Escola Superior de Guerra – V.1, n.º1 (dez. 1983) – Rio de Janeiro: ESG. Divisão de documentação, 1983; p.214.

<sup>64</sup> Idem.

Forças Armadas. Ao invés de *defesa* a denominação passou a ser *segurança*, e esta, caberia a nação como um todo. No seu “Geopolítica do Brasil”, o general Golbery dizia o seguinte:

“Homens de todas as latitudes e de todas as raças – a guerra é global –, homens de todas as idades – a guerra é permanente –, homens de todas as profissões e dos credos mais diversos – a guerra é total –, devemos, pois, olhar bem de frente essa Esfinge dos novos tempos, para decifrar-lhe o mistério tremendo que em si mesma encerra e fortalecermo-nos na defesa da Liberdade que é exigência essencial e impenhorável da condição humana, para que nem na guerra acabemos por soçobrar, vencidos, nem por ela mesmo soçobre, afinal, conosco, a Humanidade inteira.”<sup>65</sup>.

Partindo da preocupação com a guerra total e contando com a bagagem ideológica de todo o processo de evolução do pensamento militar no Brasil, cujas influências, como vimos, vão desde o positivismo e autoritarismo até a geopolítica, a ESG formulou a Doutrina de Segurança Nacional. As influências do autoritarismo e do positivismo – tão explícitas em Góis Monteiro – assim como as concepções geopolíticas vão ser percebidas nos próprios conceitos fundamentais que regem a DSN. Para Shiguenoli Miyamoto:

“Não é, portanto, original a doutrina esguiana: esta apenas ordenou, ampliou e sofisticou as linhas centrais do pensamento de Góis Monteiro. O findar da Segunda Guerra criou o clima propício, contribuindo para que se fundasse definitivamente um centro aglutinador da elite das Forças Armadas.”<sup>66</sup>.

A doutrina da ESG foi formulada num contexto de incertezas frente a um mundo dividido em conflitos de diversas ordens. O principal interesse dos militares que fundaram a ESG centrava-se na projeção do Estado brasileiro. Para os militares, era preciso pontuar quais seriam as necessidades do Estado, para que este se fizesse e se mantivesse soberano. A instabilidade mundial, que permanecia mesmo com o fim da Segunda Guerra, teria condicionado a vulnerabilidade dos Estados. Neste momento a guerra passou a ser “total”, “confundindo soldados e civis, homens mulheres e crianças nos mesmos sacrifícios e em perigos idênticos e obrigando à abdicação de liberdades seculares e direitos custosamente adquiridos, em mãos do Estado senhor todo poderoso da guerra.”<sup>67</sup>.

---

<sup>65</sup> SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967; p. 9.

<sup>66</sup> MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas, SP: Papirus, 1995; p. 79.

<sup>67</sup> SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967; p.24.

No dizer da ESG, a doutrina que rege a Escola, desde o momento de sua formulação vem sofrendo alterações com o objetivo de se adaptar ao contexto atual. Entretanto, o documento possui fundamentos básicos que foram estabelecidos ainda no momento de sua criação e que continuam constituindo a doutrina. Por isso, dentre a vasta produção conceitual encontrada nos documentos da ESG, procuramos destacar os conceitos que sobrevivem ao processo de atualização da doutrina. Logo, consideramos que esses conceitos, os quais passaremos a analisar a partir de agora, podem vir a explicar os pressupostos que moveram a ação dos militares em 1964. Dentre esses conceitos destacamos quatro: os Objetivos Nacionais, o Poder Nacional, a Política Nacional e a Estratégia Nacional.

A Escola Superior de Guerra foi criada segundo seus idealizadores para “pensar o Brasil”. Aqui já identificamos a influência de autores como Alberto Torres e Oliveira Vianna<sup>68</sup>, consideravelmente citado por ideólogos da ESG, como Juarez Távora. A idéia herdada de Alberto Torres e Oliveira Vianna era no sentido de entender as bases de formação histórico-cultural do Estado brasileiro e as influências do processo nos problemas atuais do país. Segundo Miyamoto:

“Esse autoritarismo seria justificado porque o país carece de uma organização que atenda às reais necessidades da sociedade, e também porque as elites são desprovidas de qualquer preparo. Daí a necessidade de um regime forte e autoritário. São essas concepções, extraídas principalmente de Alberto Torres e Oliveira Vianna, que vão orientar as diretrizes de planejamento formuladas pelos esguianos no período de gestação e amadurecimento de sua doutrina.”<sup>69</sup>

A Escola deveria funcionar como um centro de altos estudos a fim de encontrar maneira de transformar o Brasil em uma grande potência. Entretanto, no entendimento de seus idealizadores, antes de se criar procedimentos (Estratégia) para chegar-se ao desenvolvimento (Objetivo) era imprescindível “tomar um banho de Brasil”. Da exploração das potencialidades e necessidades do Estado Nacional (Poder), dependeriam as ações (Política) do governo para o

---

<sup>68</sup> Entre as características do pensamento de Alberto Torres estão o nacionalismo e o autoritarismo. Suas principais obras foram publicadas entre 1909 e 1915, já no final de sua vida. Alberto Torres defendia um Estado forte, centralizado e hierarquizado, onde uma elite preparada deveria tutelar o povo. Em 1932 foi fundada por Juarez Távora e Oliveira Vianna a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Oliveira Vianna foi um dos principais seguidores de Alberto Torres. Os trabalhos de Oliveira Vianna nos anos 1920 e 1930 influenciaram Góis Monteiro. Assim como em Alberto Torres é forte a preocupação com os “problemas nacionais” recorrentes do passado colonial. Esses autores insistiam na idéia de estudar o Brasil para que se identificassem as causas dos “problemas nacionais” e a partir do “diagnóstico” pensar em soluções.

<sup>69</sup> MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e Poder no Brasil*. Campinas: Papirus, 1995.

alcance do “Bem Comum”. A partir dessas idéias, elaborou-se um método capaz de aplicar a doutrina.

O método engloba os conceitos fundamentais da DSN que se completam e por isso são indissociáveis. Se analisarmos os conceitos de Objetivos Nacionais, Poder Nacional, Política Nacional e Estratégia Nacional, percebemos que estão intimamente ligados. Peguemos como exemplo o conceito de “estratégia nacional” pela ESG:

“Estratégia Nacional é a arte de preparar e aplicar o Poder Nacional para, superando os óbices, alcançar e preservar os Objetivos Nacionais Permanentes, de acordo com a orientação estabelecida pela Política Nacional.”<sup>70</sup>.

A seguir, passaremos a esmiuçar esses conceitos, de modo que se torne possível compreender o pensamento da ESG, e, por conseguinte, a forma com que os militares avaliavam a conjuntura em que deu seu golpe. É importante o entendimento desses conceitos, que fundamentam a doutrina esguiana, para confrontarmos essas idéias com o cenário nacional e internacional que estava formado no contexto da intervenção militar que deu início à ditadura.

Em nossa exposição procuramos tratar os conceitos fundamentais de forma separada, assim como encontramos nos manuais da ESG. Entretanto, confirmamos a ênfase na relação entre eles. A exposição dos conceitos fundamentais da ESG será complementada com os dizeres do general Golbery do Couto e Silva, segundo Alfred Stepan “principal teórico da ESG e muitas vezes chamado de seu pai”. É recorrente nas análises sobre a ESG, atribuir ao general, o papel de formulador da Doutrina de Segurança Nacional. Em nota introdutória ao livro “Geopolítica do Brasil”, Afonso Arinos de Melo Franco diz que:

“... nele [Geopolítica do Brasil], o leitor culto encontrará indicações interessantes sobre as posições de análise e de interpretação dos acontecimentos brasileiros da última década, predominantes na chamada ‘Sorbonne’, ou seja, nos meios intelectuais mais atuantes das Forças Armadas; posições estas que tão grande influência tiveram na mobilização revolucionária e na orientação do governo formado pela revolução.”<sup>71</sup>.

---

<sup>70</sup> ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (BRASIL). *Fundamentos da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: A Escola, 1988; p. 142.

<sup>71</sup> COUTO E SILVA. Golbery. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio – 2 ed. – 1967.

A citação de Afonso Arinos consta na segunda edição da obra, do ano de 1967. O texto, entretanto, foi gestado nos anos 1950, nos primeiros anos da ESG. A Escola era também conhecida como “Sorbonne”. Muitos militares e políticos, principalmente da ala de oposição a ESG, chamavam Escola de “Sorbonne”, por contar com o grupo mais intelectualizado das Forças Armadas. Começaremos a análise da DSN com o conceito que dá a arrancada para o funcionamento do processo, os Objetivos Nacionais.

### 2.2.1 Os Objetivos Nacionais

Segundo a ESG existem dois pressupostos para a ação política de uma Nação. Primeiramente seria necessário “definir objetivos” e em seguida “conhecer os meios a empregar para atingi-los”. Dito de outra forma, “trata-se, no primeiro caso, de estudar os Objetivos Nacionais e, no segundo, de analisar o Poder Nacional”<sup>72</sup>. Nesse sentido, passaremos a tratar dos Objetivos Nacionais e suas conceituações, visto a importância e significado destes para a DSN. Segundo Sheguenoli Miyamoto:

“Voltada, em tese, para a necessidade de se dotar o país de condições necessárias à proteção e à segurança, não só do território, mas da própria coletividade, a Segurança Nacional vai encontrar nos Objetivos Nacionais as suas bases. Esses Objetivos Nacionais correspondem às necessidades da Nação, tanto em um prazo mais longínquo, quanto àquelas relativas às situações conjunturais. Logo, os Objetivos Nacionais existem em dois níveis: os Objetivos Nacionais Permanentes e os Objetivos Nacionais atuais.”<sup>73</sup>.

Os Objetivos Nacionais, no entender da DSN, são definidos a partir de um conjunto de necessidades e aspirações da Nação. Essas necessidades e aspirações se encontram dentro da comunidade nacional e caracterizam os interesses comuns à população. Nesse sentido, ao se atingir os Objetivos Nacionais estaria sendo conquistado aquilo que a ESG chamou de “Bem Comum”. Para o sucesso desse processo, no entanto, é imprescindível o conhecimento do desenvolvimento histórico-cultural da Nação.

Os Objetivos Nacionais se dividem em Objetivos Nacionais Permanentes (ONP), Objetivos Nacionais Atuais (ONA) e Objetivos de Governo (OG). Os ONP seriam “as necessidades, os interesses e as aspirações vitais” da sociedade, em um longo espaço de

---

<sup>72</sup> ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (BRASIL). *Fundamentos da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: A Escola, 1988; p. 37.

<sup>73</sup> MIYAMOTO, Shiguemoli. *Geopolítica e Poder no Brasil*. Campinas: Papirus, 1995; p. 85.

tempo, ou seja, objetivos de caráter estrutural, relativos ao desenvolvimento histórico-cultural da Nação. Os ONA também pretenderiam o alcance do “Bem Comum”, porém em espaços mais curtos. Eles tratariam das demandas conjunturais, podendo alcançar mais de um período de governo, podendo ser considerados etapas dos ONP. Já os Objetivos de Governo, seriam estabelecidos por um único governo, e deveriam estar em sintonia com os ONP. Para a doutrina:

“O descompasso ou o conflito entre os objetivos estabelecidos pelo governo e as autênticas aspirações nacionais comprometem a legitimidade e as ações do governo e contribuem para a desagregação nacional”<sup>74</sup>.

Segundo a DSN, para que se identifiquem e se estabeleçam os Objetivos Nacionais é preciso que se leve em consideração os “condicionantes internos” e os “condicionantes externos”. Esses condicionantes, entretanto, apesar de se converterem em pressupostos básicos para a maioria das políticas nacionais, precisam respeitar as peculiaridades em relação aos recursos e processo histórico-cultural de cada Nação. Nesse sentido, embora o bem comum seja um objetivo universal, existem variáveis que condicionam os objetivos das diferentes Nações. Para a ESG,

“A identificação dessas variáveis deve ser buscada em duas vertentes. A primeira diz respeito a essa mesma evolução histórico-cultural da comunidade nacional; a segunda, a presença do País na comunidade internacional, possibilitando compreender a forma como tal realidade interage com os interesses e aspirações nascidos dentro da cultura nacional.”<sup>75</sup>.

Os condicionantes internos destacados pela doutrina seriam “humanos”, “físicos” e “institucionais”. Entre os condicionantes humanos estariam o “caráter Nacional”, resultado do processo de formação da Nação, que compreendia a interação de diferentes aspectos culturais, e as “elites”. É interessante perceber que a doutrina, assim como o positivismo, delega às elites o poder decisório dentro da sociedade global. É válido lembrar, que as Forças Armadas, assim como Alberto Torres, não estavam satisfeitas com as elites brasileiras, fruto do modelo político-econômico liberal que vigorava no Brasil. Isso mostra a própria razão de ser da ESG, que era formar uma elite pensante e capaz de identificar e conduzir o “Bem Comum” da Nação. Sobre as elites a doutrina diz o seguinte:

---

<sup>74</sup> ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (BRASIL). *Fundamentos da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: A Escola, 1988; p. 40.

<sup>75</sup> Idem; p. 41.

“Elites são conjuntos de pessoas que, seja no Governo, seja nos diferentes segmentos da sociedade nacional, exercitam papéis de condução ou representação das necessidades, dos interesses e das aspirações coletivas.”<sup>76</sup>.

Assim, no entender da ESG, se estabeleceria uma ordem democrática, pois as elites deveriam pautar suas ações guiadas pelos Objetivos Nacionais, emanados pela Nação, os quais precisariam estar aptas a identificar. Caso contrário, ou seja, se as elites ignorassem os Objetivos Nacionais e conduzissem a política nacional de acordo com seus próprios interesses, perderiam a sua legitimidade e, conseqüentemente, seriam substituídas pela vontade da comunidade nacional “restabelecendo assim uma perfeita identidade de propósitos”<sup>77</sup>.

Além dos condicionantes humanos, outro aspecto fundamental são os condicionantes físicos. Eles também vão identificar os Objetivos Nacionais. Os condicionantes físicos seriam:

“A extensão territorial, o posicionamento geográfico, a suficiência, abundância ou escassez de recursos naturais, o clima e o relevo [que] limitam ou facilitam a formação da identidade nacional. [Além disso], conforme as nações sejam mediterrâneas, insulares, tropicais, temperadas ou frias, possuam grande ou pequena extensão territorial, abundância ou carência de recursos minerais, apresentarão Objetivos Nacionais distintos. A grande extensão territorial nunca é homogênea e a diversidade de suas regiões exige cautela no estabelecimento de autênticos objetivos nacionais.”.

A preocupação dos esguianos com os condicionantes físicos está expressa nos dois principais Objetivos Nacionais da doutrina da ESG, Segurança e Desenvolvimento. Nisso se pautaria uma série de outros objetivos – atuais e/ou de governo – como, por exemplo, o desenvolvimento da comunicação entre as regiões, bem como o povoamento das vastas áreas desertas do país, essenciais para garantir a segurança e o desenvolvimento. A própria construção de Brasília, um plano antigo dos militares em levar a capital do Brasil para o interior do Brasil, está relacionada com os condicionantes físicos. Seria uma estratégia de preservar a capital, já que o Rio de Janeiro por se localizar na costa do país seria alvo fácil em uma invasão estrangeira. Além disso, na visão dos militares, estabelecer a sede do Poder

---

<sup>76</sup> ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (BRASIL). *Fundamentos da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: A Escola, 1988; p. 42.

<sup>77</sup> Idem.

Nacional no coração do Brasil permitiria o desenvolvimento das demais regiões atrasadas do Estado. A revista da ESG, em edição já citada, ainda expressa esse sentimento de progresso que julga ser creditado ao período das Forças Armadas no Poder. Segundo artigo da revista:

“São cinqüenta anos de realizações que têm como ponto de partida o entusiasmo de alguns idealistas. Os generais César Obino, Cordeiro de Farias, Juarez Távora e tantos outros pensaram com grandeza o futuro do Brasil. O que era o Brasil naquela época? Um grande país agrícola com imensas áreas despovoadas, desprovido de ligação terrestre entre importantes regiões, a população relativamente pequena e concentrada ao longo do litoral e rios, elevado analfabetismo e poucas escolas. Apesar do tamanho pouca expressão internacional, mesmo no cenário regional.”.

E segue o artigo,

“Como é o Brasil hoje? O crescimento foi notável! Estamos entre as maiores economias do mundo, com crescente importância no âmbito internacional e com enorme potencial ainda a se desenvolvido, ou seja, estamos gradativamente construindo o que pensadores do passado apontavam como destino de grandeza.”<sup>78</sup>.

Considerando todos esses condicionantes, o general Golbery do Couto e Silva elencou quais deveriam ser os Objetivos Nacionais Permanentes do Brasil. A partir dos objetivos que traçou, Golbery nos deu a idéia de como enxergava as potencialidades e necessidades do país. Para o autor, a “ação geopolítica”, ou seja, a política do Estado Nacional deveria considerar os seguintes ONP:

- a salvaguarda intransigente de nossa independência política, admitidas, embora, autolimitações, nunca essenciais, da soberania nacional, em benefício da cooperação e da paz internacionais;
- a manutenção de um estilo de vida democrático, com bases cada vez mais amplas na participação efetiva e consciente do povo;
- a garantia das liberdades regionais (sentido federativo) e da autonomia local (municipalismo);
- a consolidação da unidade do grupo nacional, através de crescente integração social, com fundamentação nos princípios da justiça social e da moral cristã;
- a incorporação efetiva de todo o território nacional, humanizando-se e valorizando-se os largos espaços ainda vazios;
- o fortalecimento equilibrado da estrutura econômica, de modo a assegurar elevados níveis de bem-estar e cultura a todo o povo, em todas as regiões do país, e garantindo-se o grau de auto-suficiência realmente indispensável ao pleno exercício da própria soberania nacional;
- a manutenção do *status quo* territorial na América do Sul, contra quaisquer tendências revisionistas ou a formação de blocos regionais, políticos ou simplesmente econômicos, que possam vir a constituir ameaça à própria paz do continente;

---

<sup>78</sup> Revista da Escola Superior de Guerra. Ano XVI – número 38, 1999; p. 10.

- o robustecimento da solidariedade e cooperação entre os povos da América, para o progresso geral e a defesa continental;
- o fortalecimento do prestígio nacional no âmbito externo com base no princípio da igualdade jurídica dos Estados, e a crescente projeção do país no exterior com vistas a salvaguarda eficaz de seus próprios interesses e em benefício também da própria paz internacional.”<sup>79</sup>.

A atuação da ESG na política nacional se baseou nos ONP de Golbery. Para o general, os ONP são objetivos políticos, enquanto os Objetivos Nacionais Atuais são objetivos estratégicos. Esses objetivos estarão presentes no embate entre a doutrina esguiana e a conjuntura do governo João Goulart.

## 2.2.2 Poder Nacional

A integridade do território e dos fatores psicossociais, premissa básica para a manutenção do Poder Nacional, dependeria do sucesso da Segurança. A Segurança, por sua vez, dependeria de uma Estratégia, a qual deveria ser seguida pela Política Nacional. Nesse sentido, tornava-se necessário estabelecer-se os Objetivos Nacionais. Segundo Golbery do Couto e Silva, cujo pensamento se estende à doutrina esguiana,

“A essa guerra onipresente, todos os instrumentos de ação, direta ou a distância, lhe são de valia igual para alcançar a vitória que se traduza, por fim, na efetiva consecução dos Objetivos Nacionais e na satisfação completa das aspirações ou das ambições – justas ou injustificáveis, pouco importa – da alma popular, vitória tanto menos custosa quanto se possa a ela chegar sem o emprego decisivo, mas cruento da força”<sup>80</sup>.

Para garantir a Segurança Nacional seria permitida uma série de ações por parte do Estado. Em se tratando da “guerra total” as armas usadas poderiam ser, no dizer de Golbery, tanto políticas quanto econômicas.

Iniciaremos a exposição do conceito de Poder Nacional formulado pela ESG, apresentando aquilo que a Escola entende por Poder. Para a Escola, o Poder é uma manifestação da vontade, do indivíduo ou de um agrupamento de indivíduos, de satisfazer as suas necessidades e aspirações que são os objetivos. Entretanto, a vontade por si só não seria suficiente para se alcançar os objetivos. Juntamente com a vontade deveria existir a

---

<sup>79</sup> COUTO E SILVA. Golbery. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio – 2 ed. – 1967; p. 75.

<sup>80</sup> Idem.

capacidade de chegar ao fim desejado. Nesse sentido, a satisfação dependeria dos meios dos quais dispõe a comunidade. Segundo general Golbery:

“Mas, se a um mínimo de segurança a atingir ou a manter, em função da natureza e valor dos antagonismos em presença, de acordo com maior ou menor grau de probabilidade da guerra que se tem a temer, e conforme a urgência e gravidade do perigo que se há de vencer, existe também, por outro lado, um mínimo de bem-estar que se precisa assegurar, de qualquer forma, em permanência.”<sup>81</sup>.

Os meios disponíveis ao indivíduo ou grupo, para que estes alcancem os seus objetivos, se configurariam no Poder Nacional. Ao se organizar, a Nação, no dizer da doutrina, criou um “segmento politicamente institucionalizado do Poder Nacional”<sup>82</sup>, este seria o Poder Estatal. Nesse sentido, o Estado foi constituído, “não só pra evitar a violência e a anarquia entre os indivíduos, mas, principalmente, para dotar o governo dos meios para garantir a ordem instituída”. Assim, “torna-se o Estado detentor monopolista dos meios legítimos de coerção”. Em síntese, para a doutrina da ESG, o Poder possui dois elementos básicos: “a vontade e a capacidade resultante dos meios”. Os meios seriam expressos pelo Poder Nacional.

Segundo a doutrina, a aplicação do Poder Nacional está relacionada com o tipo de Nação. A doutrina classifica as Nações obedecendo a três critérios: “filosofia política”, “nível de desenvolvimento” e “âmbitos e campos de atuação”. A partir do primeiro critério, as Nações podem ser de filosofia democrática, quando o fim do Estado está relacionado com a preocupação com o Bem Comum, sendo o Poder Nacional o instrumento para o alcance desse fim; ou podem ser de caráter autocrático, quando o fim está em si mesmo, utilizando o Poder Nacional em benefício próprio, “sobrepondo-se, dessa maneira, à Nação e dela se servindo”.

Quanto ao segundo critério, as Nações podem ser mais desenvolvidas ou menos desenvolvidas. Segundo a doutrina, quanto menos desenvolvida a Nação maior deverá ser a preocupação com a Segurança e o Desenvolvimento. Sobre o terceiro critério, as Nações atuarão no âmbito externo e no âmbito interno. No âmbito externo, a Nação será avaliada pelas outras nações pela imagem global de seu Poder Nacional. Já no âmbito interno, são

---

<sup>81</sup> SILVA. Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio – 2 ed. – 1967; p.75.

<sup>82</sup> ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (BRASIL). *Fundamentos da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: A Escola, 1988; p. 42.

considerados os efeitos específicos do Poder Nacional. Em relação aos campos de atuação, “o Poder Nacional será empregado no Desenvolvimento e na Segurança”. Para Golbery:

“Maximizar o Poder Nacional, em face das exigências impostas pelo fantasma da guerra que já nos persegue – eis um dever a que se não podem esquivar, de forma alguma, as nações atentas ao futuro que de todas se avizinha a passos tão agigantados.”<sup>83</sup>.

O Poder Nacional foi caracterizado pela ESG pelo seu “sentido instrumental”, pelo “caráter de integridade” e pela “relatividade” de seu uso. Em seu sentido instrumental, segundo a doutrina, o Poder Nacional deveria se preocupar com o “poder para” e não com “o poder sobre”. Aqui, a Escola faz uma crítica às autocracias, dizendo que o Poder Nacional não deve ser entendido como um fim em si mesmo, em sim no alcance do Bem Comum. Entretanto, a doutrina considera importante que o Poder Nacional *possua* a capacidade de “atuar sobre”, pois pode se encontrar em situações onde à intensidade dos óbices a serem combatidos exigiriam a capacidade do “poder sobre”. Na lógica da doutrina, o “atuar sobre” seria o meio – em determinadas ocasiões que ofereçam perigo à Nação – de se chegar ao propósito de se “atuar para”. Logo, o fim justificaria o meio. Segundo o general Golbery:

“O instrumento da ação estratégica, nessa era de guerras totais, só pode ser o que resulta da integração de todas as forças nacionais, de todos os recursos físicos e humanos de que dispõe cada nação, de toda a sua capacidade espiritual e material, da totalidade de meios econômicos, políticos, psicossociais e militares que possa reunir para a luta – de seu *Poder Nacional*, em suma.”<sup>84</sup>.

O caráter de integralidade diz respeito à articulação sistêmica dos componentes do Poder Nacional. Da interação desses componentes dependeria a eficiência da utilização do Poder Nacional. Já a relatividade está relacionada com os fatores tempo e espaço. Nesse sentido, a conjuntura teria o papel de definir o grau de atuação do Poder Nacional. Para Golbery:

“Se tais imposições externas podem furtar-se, embora nunca de todo, as três, ou melhor, as duas superpotências ou verdadeiros Estados imperiais que hoje dominam o panorama internacional, uma vez que a vastidão e diversidade de seus recursos lhes permite quase alcançar a auto-suficiência econômica na paz como na guerra – única fórmula segura da liberdade e independência absolutas –, os demais Estados e, sobretudo, aqueles que ainda não souberam, ou não puderam, valorizar o

---

<sup>83</sup> COUTO E SILVA. Golbery. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio – 2 ed. – 1967; p. 13.

<sup>84</sup> Idem.

potencial latente de seu território e de sua população, pobres países subdesenvolvidos no eufemismo, nem por isso menos depreciativo, de moda hoje em dia corrente, devem antes reconhecer aquele fato como base de todos os seus planejamentos do que construir na areia movediça de um isolacionismo enganador e perigoso – pois que irreal – os planos, de antemão fadados ao insucesso, de um futuro de prosperidade e grandeza.”<sup>85</sup> (no debate do cube militar).

O Poder Nacional se estruturaria em fundamentos, fatores, órgãos e funções e expressões. Os fundamentos seriam influenciados por fatores que os depreciariam ou os valorizariam. Os fundamentos, “elementos básicos da composição do poder”, seriam o Homem a Terra e as Instituições. O Poder Nacional se manifestaria por meio de *expressões*. Ao falar sobre *poder* o general Meira Mattos nos diz o seguinte:

“O VOCÁBULO ‘EXPRESSÕES’ foi escolhido pela nossa Escola Superior de Guerra (ESG) para designar as manifestações particulares do poder. Uno, indivisível, o poder se manifesta em campos diferentes da atividade humana com expressão própria. A ESG e os institutos do mesmo nível na área internacional, (...), mais ou menos coincidem em estudar o poder por suas expressões no campo político, militar, econômico, psicossocial e técnico-científico. A ESG não considera a expressão técnico-científica isoladamente e a integra nas expressões econômica e militar. São nuances de índole didática, já que não há dúvidas sobre o valor uno e indivisível do poder.”<sup>86</sup>.

Confirmando a observação de Meira Mattos, a doutrina diz que o Poder Nacional possui as expressões política, militar, econômica e psicossocial. Caberia a Política Nacional, o desenvolvimento, a proteção e a condução adequada de todas as expressões do Poder Nacional. Nesse sentido é que deveriam pensar os estadistas.

### 2.2.3 Política Nacional

Assim como ocorre com a identificação dos Objetivos Nacionais e do Poder Nacional, a Política Nacional também está condicionada ao processo histórico e cultural da Nação. A Política Nacional, um dos conceitos que fundamentam a doutrina da ESG, é a responsável pela organização da Nação. Ela vai determinar o “que fazer” com o Poder Nacional disponível, para que se alcancem os Objetivos Nacionais identificados. Segundo a ESG:

---

<sup>85</sup> COUTO E SILVA, Golbery. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio – 2 ed. –, 1967; p. 23.

<sup>86</sup> MATTOS, Carlos de Meira. *A Geopolítica e as projeções de poder*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977; p. 41.

“Política Nacional é o conjunto de objetivos Nacionais Permanentes, visto como orientação para as políticas definidas pelos sucessivos Governos ao longo do processo histórico da Nação.”<sup>87</sup>.

Sempre tendo como referencial os Objetivos Nacionais e o Poder Nacional, a Política Nacional deve pensar a sua ação. A Política Nacional se desdobra em “Política de Segurança” e “Política de Desenvolvimento”, e, também, em “Política Interna e Política Externa”. O Estado, sendo responsável pela condução dessas políticas exerce uma “Política de Governo”. No entanto, a Política de Governo não pode ser confundida com a Política Nacional. Poderíamos dizer que, segundo a ESG, a Política de Governo obedece às demandas dos Objetivos Nacionais Atuais, pois estes dizem respeito ao tempo curto de ação. A Política Nacional, por sua vez, está relacionada com os Objetivos Nacionais Permanentes, que são pertencentes ao tempo longo.

“A análise do processo histórico-cultural de uma Nação permite identificar as decisões com que ela marca seu próprio destino. O normal é que o Governo, buscando situar-se como intérprete da vontade do povo, fixe objetivos que respondam com clareza e propriedade às aspirações nacionais.”

E segue:

“Deve-se notar, porém, que eventuais governantes podem contrariar essas posições, fato que, conforme o grau de discordância, conduzirá até mesmo ao aparecimento de crises.”<sup>88</sup>.

Muito importante para a ESG, é a coerência entre a Política Nacional e a Política de Governo. Ou seja, as Políticas de Governo, que no caso das democracias se constituem em curtos espaços de tempo, não podem estar desvinculadas da Política Nacional. Para a doutrina, as conseqüências da não observação dos Objetivos Nacionais podem por em risco o alcance do Bem Comum.

#### 2.2.4 Estratégia Nacional

Até este momento a doutrina nos disse que a Nação, sempre visando às necessidades, aos interesses e às aspirações dos indivíduos ou grupos que a compõem, deve

---

<sup>87</sup> ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (BRASIL). *Fundamentos da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: A Escola, 1988; p. 133.

<sup>88</sup> Idem.

identificar os Objetivos Nacionais e, através da Política Nacional, pensar as possibilidades que oferece o Poder Nacional. Para completar o processo de ação da Doutrina da ESG, passaremos a analisar a Estratégia Nacional. Se a Política Nacional deve, no entender da ESG, se preocupar com o “o que fazer”, à Estratégia Nacional cabe o “como fazer”. Nesse sentido, a Estratégia Nacional seria:

“Estratégia Nacional é a arte de preparar e aplicar o Poder Nacional para, superando os óbices, alcançar e preservar os Objetivos Nacionais Permanentes, de acordo com a orientação estabelecida pela Política Nacional”<sup>89</sup>.

Em Golbery:

“Temos, assim, na cúpula da Segurança Nacional, uma Estratégia, por muitos denominada Grande Estratégia ou Estratégia Geral, arte da competência exclusiva do governo e que coordena, dentro de um Conceito Estratégico fundamental, todas as atividades políticas, econômicas, psicossociais e militares que visam concorrentemente à consecução dos Objetivos nos quais se consubstanciam as aspirações de unidade, de segurança, e de prosperidade crescente.”<sup>90</sup>.

Em uma Nação, cujos Objetivos seriam definidos pelo Bem Comum, pautados no seu processo histórico-cultural, também existiriam obstáculos capazes de impedir a execução da Política Nacional. Esses obstáculos, que a Escola chamou de óbices, seriam de ordem material ou não-material, podendo resultar de fenômenos naturais como inundações e secas ou, de fatos sociais cujos exemplos seriam pobreza e analfabetismo. A vontade humana também poderia se transformar em um óbice. Seria função da Estratégia Nacional, orientada pela Política Nacional, eliminar ou conter os óbices que se criam em uma nação. Para Golbery:

“De guerra estritamente militar passou ela, assim, a *guerra total*, tanto econômica e financeira e política e psicológica e científica como guerra de exércitos, esquadras e aviações; de guerra total a *guerra global*, e de guerra global a guerra indivisível e – por que não reconhecê-lo? – permanente. A ‘guerra branca’ de Hitler ou a *guerra fria de Stálin* substituiu-se a paz e, na verdade, não se sabe distinguir onde finda a paz e onde começa a guerra – uma evidência a mais, e esta sob todos os ângulos funesta, da geral confusão de valores em que periga soçobrar a civilização do mundo ocidental.”<sup>91</sup>.

As ESG classificou os óbices em “fatores adversos” e “antagonismos”. O que distinguiria os óbices seria o sentido de sua existência. Ao se interporem ao alcance e

---

<sup>89</sup> ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (BRASIL). *Fundamentos da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: A Escola, 1988; p. 142.

<sup>90</sup> COUTO E SILVA, Golbery. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio – 2 ed. – 1967; p.25.

<sup>91</sup> Idem; p. 24.

manutenção dos Objetivos Nacionais, os fatores adversos assumiriam um sentido não-doloso, enquanto os antagonismos assumiriam uma atitude dolosa. Além disso, os antagonismos foram qualificados pela ESG como pressões e pressões dominantes. Segundo a doutrina:

“Os antagonismos dispõem de poder se a vontade deliberada de se contrapor dolosamente aos esforços da comunidade nacional se soma à capacidade de obter efeitos através de qualquer meio (estratagema, ameaça, força) que dificulte o alcance e a preservação dos ONP. Nesse caso qualificam-se como pressões.”<sup>92</sup>.

Os antagonismos seriam qualificados como pressões dominantes quando não significassem somente uma ameaça aos ONP, e sim, tivessem a capacidade de impedir a conquista e preservação destes. A doutrina enfatiza que só podem ser denominados antagonismos, os óbices que representarem perigo aos ONP. Nesse sentido, quando um óbice se limita a ameaçar um Objetivo de Governo não é considerado um antagonismo. A exemplo do Poder Nacional, a Estratégia Nacional também se divide em expressões. Segundo Golbery:

“A essa Estratégia se subordinam, pois, tanto a Estratégia Militar como a Estratégia Econômica, a Estratégia Política e uma Estratégia Psicossocial, as quais se diferenciam umas das outras pelos seus campos particulares de aplicação e pelos instrumentos de ação que lhes são próprios, embora nunca deixem de atuar solidariamente, seja no tempo, seja no espaço. Não fosse a Estratégia, no fundo, como a própria guerra, indivisível e total.”<sup>93</sup>.

A guerra seria o último recurso a se recorrer. A alternativa do conflito armado seria válida, somente na impossibilidade da “Política Nacional” mobilizar o “Poder Nacional”. Como disse Clausewitz, “a guerra é a continuação da política por outros meios”. Surgem assim, as “Hipóteses de Conflito (HC)” e as “Hipóteses de Conflito Armado (HCA)”. Segundo Golbery:

“A essa guerra onipresente, todos os instrumentos de ação, direta ou a distância, lhes são de valia igual para alcançar a vitória que se traduza, por fim, na efetiva consecução dos Objetivos Nacionais e na satisfação completa das aspirações ou das ambições – justas ou injustificáveis, pouco importa – da alma popular, vitória tanto menos custosa quanto se possa a ela chegar sem o emprego decisivo, mas cruento da força.”<sup>94</sup>.

---

<sup>92</sup> ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (BRASIL). *Fundamentos da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: A Escola, 1988; p.140.

<sup>93</sup> Idem.

<sup>94</sup> COUTO E SILVA. Golbery. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio – 2 ed. – 1967; p.25.

As Hipóteses de Conflito seriam relativas às pressões. Em função das pressões significarem somente uma ameaça aos ONP, elas poderiam ser contidas com os recursos do “Poder Nacional”. Essa prática foi sugerida pelo general Golbery, que já observava na instabilidade da Guerra Fria o mundo envolvido na guerra total. Já a Hipótese de Conflito Armado estaria ligada à existência de pressões dominantes, consideradas “antagonismo de grau extremo” que por serem capazes de impedir a manutenção dos ONP escapariam à ação da política, restando opção da guerra.

Depois dessas observações acerca da DSN, nós passaremos ao próximo capítulo, para entender as relações da conduta da ESG com a conjuntura em que se deu o Golpe de 64. Procuraremos identificar a disparidade entre os conceitos básicos da DSN e o governo João Goulart.

### III ESG E O GOLPE: o governo João Goulart e a Doutrina de Segurança Nacional

Neste capítulo pretendemos analisar a conjuntura em que se deu o Golpe de 1964 e a influência da doutrina da ESG na configuração desse movimento. A conspiração, que de início contava com um grupo específico de militares, foi ganhando vulto e abarcando outras tendências das Forças Armadas. Por fim, acabou cooptando a maior parte do efetivo militar. Os conflitos internos das Forças Armadas foram, no momento da ação, superados por um interesse comum, o qual compreendemos ser a defesa da própria instituição.

Os eventos que antecederam o golpe, relacionados à quebra de hierarquia nas Forças Armadas, foram decisivos para a mudança de posicionamento de muitos militares. Uma considerável parcela de militares, cujo comportamento mostrava um perfil mais profissional do que político, foi aderindo ao golpe. Nesse sentido, voltamos a uma das questões que moveram esse trabalho: *Por que os militares legalistas apoiaram o golpe?*

Nossa pesquisa se preocupou em chegar o mais próximo possível da percepção militar frente ao “mundo de fora”. Fizemos o esforço de entender os ideais que movem a ação de uma instituição militar, seus valores, suas aspirações. Entendemos a dificuldade que significa tal proposta, e, por esse motivo, nos amparamos em análises antropológicas da instituição militar. Ou seja, análises feitas por estudiosos que se dedicaram a entender como se dá a dinâmica do pensamento militar, como ele se forma, a que critérios ele obedece, de que fatores ele depende.

Em trabalhos realizados na área da antropologia por Celso Castro seguido por Piero de Camargo Leirner, os militares receberam atenção privilegiada. Com esses autores a instituição militar foi analisada de dentro para fora. No prefácio à segunda edição de sua obra “O espírito militar: um antropólogo na caserna”, Celso Castro nos diz o seguinte:

*“O espírito militar tornou-se referência para boa parte da produção acadêmica sobre os militares no Brasil, pois foi a primeira pesquisa de campo antropológica realizada numa instituição militar – a Academia Militar das Agulhas*

Negras (Aman). (...) Além de seu pioneirismo, *O espírito militar* permanece sendo um dos poucos estudos do gênero sobre as Forças Armadas brasileiras.”<sup>95</sup>

Na referida obra, Celso Castro apresentou como se dá o processo de socialização dos militares ao entrarem em uma academia militar. A partir de pesquisa de campo o autor analisou o comportamento dos cadetes<sup>96</sup> da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), procurando compreender como os alunos adquirem o “espírito militar”. Além disso, enfatiza que a observação do cotidiano dos militares é um recurso importante para se entender o processo de socialização, ou seja, entender como os indivíduos passam de civis a militares. Assim, nos diz Celso Castro:

“Meu objetivo é apresentar uma interpretação de como esse processo [socialização] ocorre. Uma opção metodológica fundamental deve ficar desde logo clara: estou principalmente interessado não nos conteúdos formais específicos às matérias ensinadas, e sim nos aspectos informais do curso, na experiência subjetiva dos cadetes na Academia. Através de manuais e apostilas o cadete adquire conhecimentos sem dúvida indispensáveis ao exercício da profissão, mas é na interação cotidiana com outros cadetes e com oficiais que ele aprende como é *ser militar*.” (grifos do autor)<sup>97</sup>

Ao entrar no “mundo de dentro” Celso Castro presenciou a “construção da identidade social do militar” naqueles candidatos dispostos a pertencer à instituição castrense<sup>98</sup>. O trabalho esclarece a rigidez à que é submetido o cadete, mostrando a incompatibilidade entre o *ser civil* e o *ser militar*. A leitura de Celso Castro, “uma combinação de antropologia e história” foi imprescindível para nosso trabalho. Tornou-se subsídio fundamental para nossa proposta de trazer a visão dos militares para a conjuntura em que se deu o Golpe de 64 e a posterior instauração de um governo militar no Brasil.

Na mesma linha de Celso Castro, segue Piero de Camargo Leirner. Em “Meia-volta, volver” o autor problematiza o “imbricamento entre o público e o privado no interior do Exército” analisando, assim, as relações civis-militares:

---

<sup>95</sup> CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: Um antropólogo na caserna*. – 2 ed. revista. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p. 9.

<sup>96</sup> Os alunos da academia militar, aspirantes a oficiais são chamados de cadetes.

<sup>97</sup> *Opcit*, p. 15.

<sup>98</sup> Muitos dos candidatos selecionados à academia não se adequam ao processo de socialização. Por isso passam por um período de adaptação que antecede à matrícula. Depois desse período, que pode durar de duas a quatro semanas, os candidatos que passaram pela “peneira”, serão matriculados e chamados de cadetes.

“por mais que os militares cotidianamente realizem e reatualizem essa elaboração de sua identidade em oposição aos *paisanos* (Castro, 1990), especialmente na Academia Militar, há o fato de que essa construção tem que ser ‘negociada’ politicamente com a sociedade; afinal, por mais que a instituição tenda, como mecanismo da identidade social, a se fechar numa micrototalidade e se tornar um ‘mosteiro beneditino’, ela tem uma face pública, por ser uma instituição nacional, pertencente portanto ao mundo da *polis*.”<sup>99</sup>

A questão da identidade militar lançada por Piero de Camargo Leirner nos aponta os elementos que fazem dos militares um grupo fechado – que sofrem um radical processo de socialização como é possível observar em Celso Castro – mas que ao mesmo tempo é uma instituição nacional e pública, cujos interesses devem ser nacionais e não particulares. Essa análise vai ao encontro da própria conduta da ESG.

Essa síntese, embora baseada na estratégia militar (Privado), a ESG estabeleceu os Objetivos Nacionais (Público), que orientariam a conquista do Bem Estar Nacional. Na formulação da DSN, em nenhum momento a ESG se refere à segurança dos militares e sim Segurança Nacional. A doutrina entende que a integridade das Forças Armadas é um fator essencial na manutenção e ordem do Estado Nacional. No entanto, segundo a DSN, o poderio militar constitui *uma* das expressões do Poder Nacional que é o Poder Militar. Nesse sentido, a DSN sugere uma aproximação com a sociedade civil. Conforme o dizer de João Roberto Martins Filho:

“O próprio conceito chave de ‘segurança nacional’ procurava diferenciar-se da idéia clássica [castrense] de ‘defesa nacional’, cuja conotação mais estreita os fundadores da ESG queriam evitar. A noção de ‘segurança’, mais ampla que a de defesa, se originava da idéia norte-americana da necessidade de uma mobilização total da sociedade como pré-condição de uma vitória na guerra moderna. No Brasil, ela foi traduzida em termos da urgência militar de enfrentar os problemas nacionais como um conjunto, onde os aspectos sociais e políticos seriam indissociáveis dos aspectos militares.”<sup>100</sup>

É importante salientar que a ESG admitia em seu quadro de alunos, chamados estagiários, militares e civis. Os estagiários da ESG tinham (e continuam tendo) o compromisso de difundir a DSN na sociedade civil. Para isso, os estagiários organizaram a

---

<sup>99</sup> LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia-volta, volver*: um estudo antropológico sobre a instituição militar. Rio de Janeiro: FGV, 1997; p.13.

<sup>100</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. “Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe”. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática*: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; p. 108.

ADESG (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra). Nesse sentido, pode-se dizer que havia uma interação entre civis e militares. Segundo Miyamoto

“A formação de uma elite responsável pela política nacional apresentou-se sempre como uma das funções da ESG. (...). Um dos cuidadosos critérios da ESG ao convidar seus futuros alunos – denominados estagiários – sempre foi de selecionar elementos que hierarquicamente já ocupavam cargos elevados. São esses os candidatos que interessam à entidade: são eles que se encarregarão de propagar a doutrina pacientemente formulada no Forte de São João desde o início da década de 1950 e transposta para a prática governamental depois de 1964, como diz o general Meira Mattos (1975, cap. 8)”<sup>101</sup>.

Entretanto, não se deve esquecer que esses atores são, antes de tudo, militares. E militares que passaram em suas escolas de treinamento pelo processo de socialização. É pertinente lembrar aqui o problema apontado por Leirner quanto à dualidade entre o público e o privado no interior da Forças Armadas. Em 1964, os militares, a partir da ideologia cultivada na própria instituição que formam, decidiram intervir em uma situação que consideravam insustentável, conforme os seus princípios.

Quando o general Golbery do Couto e Silva apresenta sua teoria, impulsionada pela “onipresença da guerra total”, ele o faz a partir de sua formação militar. Embora o “grande mago da Sorbonne” aponte a necessidade de atuação de todas as expressões do Poder Nacional, e não somente da expressão militar, não podemos esquecer que Golbery é “um homem de farda”, que passou pelo processo de socialização. Golbery percebe o mundo de dentro da caserna. As similitudes entre o pensamento do general e a doutrina da ESG nos mostrou a influência de Golbery do Couto e Silva na formulação da DSN.

Os militares que articularam o golpe analisaram o governo João Goulart a partir de uma formação militar e influenciados pela doutrina da ESG. Percebemos no capítulo anterior que, no entender da doutrina esguiana, existia a necessidade de se alcançar um “Bem Estar Comum”. Entretanto, o estabelecimento do Bem Estar Comum dependeria do planejamento e sucesso de Objetivos Nacionais. Como vimos, dentre esses objetivos, dois permeavam os anseios militares no contexto da intervenção: a segurança e desenvolvimento. A doutrina determinava os meios para que se obtivesse sucesso no alcance desses fins.

---

<sup>101</sup> MIYAMOTO. Shiguenoli. *Geopolítica e Poder no Brasil*. Campinas: Papyrus, 1995; p. 106.

Para identificarmos o fio condutor que no nosso entendimento une o pensamento militar com a ação de 31 de março de 1964 precisamos apresentar o contexto em que se deu o golpe. Ou seja, perceber os acontecimentos e, a partir deles, analisar a visão dos militares, contrapondo essa realidade com a doutrina militar. Contextualizar e analisar o Golpe de 64 é um trabalho já realizado por muitos estudiosos do assunto. Entretanto, para o desenvolvimento de nosso estudo, existe a necessidade de mais uma vez apontar esses momentos.

### 3.1 Política de Governo x Política Nacional

Se para a doutrina da ESG a Política Nacional é a responsável pela organização, ou seja, pelo “o que fazer” para se alcançar os Objetivos Nacionais, trataremos agora da Política de Governo de João Goulart e das relações dessa política com os ideais da ESG. Para isso pretendemos apresentar a situação interna, mostrando o que estava fazendo o presidente João Goulart, conhecido como Jango, nos anos em que ocupou a posição de chefe de governo. O governo Jango foi marcado por uma instabilidade constante. Jango chegou ao poder de maneira inusitada, sendo o único presidente da República a governar sob um sistema parlamentarista.

No contexto de sucessão do presidente Juscelino Kubitschek a União Democrática Nacional (UDN) apoiou a candidatura de Jânio Quadros à presidência da República. Jânio Quadros era a opção que a UDN encontrou para fazer frente à chapa do PTB/PSD. Para a UDN, o caráter carismático de Jânio Quadros era importante na disputa, pois poderia desbancar a popularidade – para a ESG e a UDN era populismo – do PTB. Dentro da caserna a divisão se dava da seguinte maneira: os “nacionalistas”, favoráveis a uma política externa independente, eram ligados ao PSD/PTB, enquanto os militares da ESG, representados no Clube Militar pela Cruzada Democrática, aproximavam-se da UDN. Nesse sentido, Jânio era o candidato dos esguianos. Segundo Thomas Skidmore:

“A agitação das manobras anteriores à campanha concentrava-se no provável candidato da oposição. A grande reputação de Quadros em São Paulo fez com que se tornasse uma figura irresistível à frustrada oposição liberal liderada pela UDN. Viam agora sua oportunidade. Embora Quadros não fosse um aliado leal da UDN, significava a única esperança desse partido no sentido de reverter seu incontável número de derrotas em eleições presidenciais.”<sup>102</sup>.

---

<sup>102</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; p. 234.

Para a UDN e para a Cruzada Democrática, a figura de Jânio significava uma forma de romper com o varguismo, que se seguiu com governo JK e que agora era proposto pela coligação PSD/PTB. O PSD e o PTB lançaram os nomes do Marechal Teixeira Lott e João Goulart, para presidência e vice-presidência da República, respectivamente. Teixeira Lott, representante da ala “nacionalista” das Forças Armadas e Jango, antigo vice de JK e ex-Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas.

Como o processo eleitoral da época permitia que se pudesse votar em presidente e vice-presidente separadamente, a vitória ficou com Jânio Quadros e João Goulart. Jânio sabia que não gozaria de total autonomia na presidência da República, já que não era um político leal a UDN. O que condicionou o apoio do partido foi a necessidade que a UDN tinha de contar com um candidato carismático, mas que pudesse ser controlado. Jânio acreditou que a vitória de Jango para a vice-presidência favoreceria a sua autonomia.

Jânio sabia da incompatibilidade entre Jango e a ala anti-varguista das Forças Armadas. Em 1954, quando foi Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, Jango havia sugerido o reajuste de cem por cento no salário mínimo. A proposta de Jango deixou os militares da Cruzada Democrática indignados, alertando o que consideravam demagogia. Esse episódio resultou, no “Manifesto dos Coronéis”. O manifesto, que anunciava o perigo da desorganização das Forças Armadas, influenciou na exoneração João Goulart e Ciro do Espírito Santo Cardoso, ministros do Trabalho e da Guerra, respectivamente. O manifesto foi redigido por Golbery do Couto e Silva e contou com a assinatura de diversos oficiais superiores.

Em 1954 a direção do Clube Militar, nas mãos da Cruzada Democrática, conspirou contra Getúlio. A situação de conflito entre varguistas e antivarguistas dentro das Forças Armadas foi ampliada com o atentado contra Carlos Lacerda na Rua Toneleros, que acabou com a morte do Major-aviador Rubens Vaz. A responsabilidade do crime foi atribuída à guarda pessoal de Getúlio. Embora o militar estivesse atuando em serviço particular – ele fazia a segurança de Lacerda – o fato atingiu a Aeronáutica. A corporação, assim como a Marinha, preocupada com a ascensão do comunismo, pedia a renúncia de Vargas. O Exército, embora dividido, preferiu acatar a decisão das outras Forças preservando assim a unidade da

Defesa brasileira. Pressionado, o presidente da República suicidou-se no Palácio do Catete em agosto de 1954.

Se o primeiro governo Vargas esteve de mãos dadas com os militares, o mesmo não acontece com o segundo (1950-54). Quando Vargas volta ao governo nos “braços do povo”, se afasta dos ideais militares da linha da ESG. A busca de apoio nas massas entra em conflito com o projeto autoritário dos militares. Com o suicídio de Vargas não terminou o varguismo. Na visão da Cruzada Democrática, o varguismo sobrevivia com políticos “populistas” como Juscelino e Jango. O último em especial, representava para os militares da ESG, um sério problema para a Política Nacional.

Em 1955 o Clube Militar, ainda sob a direção da Cruzada Democrática, tentou impedir a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart à presidência e vice-presidência da República. Entretanto, a tentativa de golpe foi neutralizada pelo Ministro da Guerra, o legalista Henrique Teixeira Lott. A investida do General Lott foi considerada uma medida de contra-golpe. A partir dali, os “nacionalistas” tiveram como bandeira o fim do envolvimento do Clube Militar em assuntos de política partidária. Os “nacionalistas” venceram, acabando com a supremacia da Cruzada Democrática no Clube Militar<sup>103</sup>. Com o ocorrido, Lott nomeou parte dos oficiais adeptos da Cruzada para atuarem exclusivamente na ESG. A idéia de Lott era afastar os “golpistas” do comando de tropa. A manobra de Lott, no entanto, acabou concentrando na ESG os principais nomes que articularam o Movimento de 1964.

Jânio Quadros procurou se aproveitar da relação entre Jango e a Cruzada Democrática para obter uma independência em relação à UDN. Para isso, após sete meses de mandato, resolveu renunciar a presidência com o objetivo de voltar ao poder com o apoio das Forças Armadas. A tentativa de golpe, entretanto, não obteve êxito. O pedido foi aceito e as forças anti-varguistas passaram a se preocupar em impedir a posse de Jango.

Primeiramente, os ministros militares tentaram vetar a posse de João Goulart. O Congresso não aceitou a decisão dos três ministros, por considerarem a atitude arbitrária e

---

<sup>103</sup> O grupo de Golbery do Couto e Silva, só voltaria ao comando do Clube Militar com a ascensão dos militares ao poder em 1964. Como veremos a seguir, depois da queda de João Goulart, teve início uma série de expurgos nas instituições. Nas Forças Armadas não ocorreu de forma diferente. Os militares simpáticos ao varguismo foram perseguidos em nome da “revolução”.

ilegal. As divergências entre Jango e algumas tendências das Forças Armadas eram claras. Como evidenciamos, o passado político de Goulart, sua ligação com Vargas e os sindicatos estabelecia total incompatibilidade com os setores conservadores.

Por ordem de Jânio Quadros, Jango havia viajado ao oriente. Para os ministros militares, a volta do vice-presidente ao país e a conseqüente tomada do poder executivo prevista pela Constituição seria inaceitável. A possibilidade de ter na presidência um líder sindicalista, estreitamente relacionado com as massas e, que, além disso, estava em visita à China comunista, provocou a inquietação do “setor anti-varguista” das Forças Armadas. Para oficializar a posição contrária à posse de Jango, os militares lançaram um documento à nação que entre outras palavras dizia:

“Na presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade e poder pessoal ao chefe do governo, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o País mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil.”<sup>104</sup>.

Contra o veto dos ministros militares, teve início no Rio Grande do Sul a Campanha da Legalidade <sup>105</sup>, um movimento liderado por Leonel Brizola, governador daquele estado, que defendia o cumprimento da Constituição. Leonel Brizola, um dos líderes do PTB, era cunhado de João Goulart. A ligação do governador gaúcho com a esquerda fazia com que os militares o vissem com desconfiança. A repulsa por Brizola é uma das convergências existentes em depoimentos de militares.

A Campanha da Legalidade, além de receber o apoio da sociedade, obteve a adesão de uma das divisões do Exército, a mais importante inclusive, o III Exército. A terceira divisão do Exército, comandada pelo general Machado Lopes compreendia os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Era uma considerável força militar localizada em território estratégico.

A solução encontrada e aceita por João Goulart inicialmente foi definida por uma emenda constitucional. A emenda constitucional número 4 instaurou o parlamentarismo no

---

<sup>104</sup> Apud. TOLEDO. Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

<sup>105</sup> Sobre a Campanha da Legalidade ver: FELIZARDO, Joaquim José. *A legalidade: último levante gaúcho*. 4.ed. – Porto Alegre: UFRGS, 2003.

Brasil. A emenda ainda previa “a realização de um plebiscito que viesse a decidir acerca da ‘manutenção do sistema parlamentar ou volta ao sistema presidencial’”<sup>106</sup>. Desde que foi empossado, João Goulart e seus partidários pretendiam a volta ao presidencialismo.

Antes de analisar a postura de Jango e a desconexão de sua política com a DSN é necessário localizarmos o principal agente que, para a ESG, teria peso fundamental na conjuntura. Como vimos, segundo a DSN, existe na vida nacional uma série de óbices que, dependendo do grau de perigo, se transformam em antagonismos. Se no capítulo II a apresentação dos conceitos básicos da DSN ficou no campo da teoria, no presente capítulo, tais conceitos aparecem na prática. Nesse sentido, o grande antagonismo presente no governo Jango é a infiltração comunista.

A DSN levou em conta, principalmente, o conflito entre a União Soviética e os Estados Unidos. Para a ESG, tratava-se de uma luta entre o “mundo livre”, representado pelo ocidente, e o “totalitarismo soviético”. A conjuntura mundial estabelecida no pós-segunda guerra, marcada pelo o que os militares chamavam de guerra total, fez com que a preocupação com o comunismo tomasse proporções cada vez maiores dentro da caserna. No interior das Forças Armadas, o anticomunismo não era restrito aos militares ligados a ESG. No pensamento militar em geral o comunismo é um problema antigo. Segundo Celso Castro:

“A frustrada revolta comunista de novembro de 1935 foi um evento-chave que desencadeou um processo de institucionalização da ideologia anticomunista no interior das Forças Armadas. Os comunistas brasileiros foram acusados de serem elementos "a serviço de Moscou" e, portanto, traidores da Pátria. Os militares que tomaram parte na revolta foram, em particular, acusados de uma dupla traição: não só do país como da própria instituição militar, ferida em seus dois pilares — a hierarquia e a disciplina. Foram também rotulados de covardes, devido principalmente à acusação, até hoje controversa, de que no levante do Rio teriam assassinado colegas de farda ainda dormindo.”

E segue o autor:

“O ritual de rememoração dos mortos leais ao governo, repetido a cada ano, tornava seu "sacrifício" presente, renovava os votos dos militares contra o comunismo e socializava as novas gerações nesse mesmo espírito. Foi no quadro dessa cultura institucional, marcadamente anticomunista, que se viveu a ditadura do Estado Novo e que se formaram os militares que, em 1964, assumiram o poder.”<sup>107</sup>.

---

<sup>106</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 2004; p. 20.

<sup>107</sup> CASTRO, Celso. *O anticomunismo nas Forças Armadas*. In: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>

Apesar de o comunismo não ter surgido na vida nacional durante o governo Jango, é neste momento que, para os militares, os comunistas estariam encontrando abertura e complacência. De maneira geral, os militares não se colocavam contra João Goulart, mas sim, contra a política de governo que passou a exercer com a volta do presidencialismo. Na incapacidade que aquele governo teria, de impedir o avanço do principal antagonismo. A atividade do Partido Comunista Brasileiro (PCB) era acompanhada pela ESG. A história do PCB na política brasileira foi debatida em uma das conferências da Escola. O texto da conferência iniciava da seguinte forma:

“No presente capítulo, apresentaremos um resumo da evolução da posição política do Partido Comunista Brasileiro, demonstrando a firmeza com que orienta a sua atuação, aproveitando-se das lutas partidárias para galgar os sucessivos degraus na consecução de seu objetivo de implantação em nosso País de uma ordem política enquadrada nos conceitos marxista-leninistas e nos padrões do internacionalismo proletário.”<sup>108</sup>.

Mesmo, na ilegalidade, o PCB estaria avançando a passos largos rumo ao objetivo de “bolchevisar” o país. Para a ESG, os comunistas não encontravam no governo João Goulart qualquer obstáculo para a disseminação de sua ideologia “nociva” aos Objetivos Nacionais. Segundo a ESG:

“Quando é manifesta a tolerância das autoridades, preocupações com a clandestinidade se tornam mais frouxas e a atividade e organização partidárias principiam a transparecer nas declarações e discursos. Os verdadeiros objetivos políticos começam a ser anunciados, e as manifestações já se escondem sob o vigor da férrea disciplina partidária. Assim, por exemplo, no governo de João Goulart, Prestes, em discurso no Congresso de Solidariedade à Cuba, não teve grandes inibições ao anunciar: ‘O Partido Comunista, com mais de 40 anos de vida, ainda é o partido dos perseguidos, é o partido que ainda hoje não conquistou a sua legalidade completa’. Com essa expressão - legalidade completa - Prestes denunciava todo o sistema de convivência criminosa e demagógica que caracterizou o governo Goulart, sob cuja proteção e amparo se difundia a propaganda subversiva, em conclaves públicos como esse Congresso.”<sup>109</sup>.

Desde a imposição do parlamentarismo, a ESG enxergava no PCB, representado pelo seu líder Luiz Carlos Prestes, a personificação da desordem e da anarquia. Os comunistas estariam empenhados em acabar com a estabilidade que o parlamentarismo oferecia ao país. O PCB exigia a volta do presidencialismo, vendo na figura de Jango uma possibilidade de influenciar nas decisões do presidente. Segundo a ESG:

---

<sup>108</sup> Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas. *O Comunismo no Brasil*. Escola Superior de Guerra, 1966. C2 – 31 66; p. 48.

<sup>109</sup> Idem.

“Em 1961 deu-se a inesperada renúncia de Jânio Quadros. No dia seguinte, o jornal *Novos Rumos* [publicação comunista] estampou o manifesto de Luiz Carlos Prestes, preconizando a posse de João Goulart. No editorial de 1º de setembro, aquele jornal atacava violentamente a emenda parlamentarista e concitava todos os cidadãos, homens e mulheres, para organizarem imediatamente, em cada fábrica, local de trabalho, escola ou rua, comitês de resistência democrática.”<sup>110</sup>

Para a ESG o PCB não se conformava com a medida parlamentarista. Mesmo na ilegalidade o partido se mostrava insatisfeito através de seus jornais. Os comunistas denunciavam a política de conciliamento que diziam ser permitida por João Goulart. Segundo a ESG, Prestes exigia uma posição do presidente no sentido de recuperar o presidencialismo e começar imediatamente um programa de reformas estruturais.

Entre setembro de 1961 e janeiro de 1963, período em que o Brasil experimentou o parlamentarismo, a postura de Jango foi conciliadora. Aproximou-se dos Estados Unidos, procurou manter relações cordiais com a oposição, mostrou-se preocupado com a ordem e a preservação das instituições. No entanto, o presidente fez isso sem perder o vínculo com sua base eleitoral, os sindicatos. Chegou a ser chamado pela direita de “João Bom Senso”, contrariando as expectativas dos ministros militares em 1961.

Porém, o clima no país era conflituoso: crise econômica, agitação social, expectativas de mudanças, reservas dos segmentos conservadores. Segundo a ESG, “a constante pressão do avanço esquerdista, cada vez mais audacioso em suas exigências, determinou a queda do gabinete Tancredo Neves”<sup>111</sup>. Na conferência da ESG sobre a história do comunismo foi analisado um Informe emitido pelo Comitê Central do PC. O Informe teria sido divulgado na ocasião da renúncia de Tancredo Neves. Entre outras resoluções o documento dizia o seguinte:

“A necessidade premente das reformas de estrutura coloca na ordem-do-dia, com maior vigor, a questão do governo dos Srs. João Goulart e Brochado da Rocha, tanto por sua composição como por seu programa, revela-se disposto a prosseguir na política de conciliação com o imperialismo e o latifúndio, acenando

---

<sup>110</sup> Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas. *O Comunismo no Brasil*. Escola Superior de Guerra, 1966. C2 – 36 66, p; 80.

<sup>111</sup> *Ibidem*; p. 84.

com algumas medidas de reforma que não correspondem, entretanto, às mudanças profundas que a situação exige.”<sup>112</sup>.

Mesmo a campanha de volta ao presidencialismo tendo sido apoiada por diferentes grupos com diferentes interesses, como por exemplo, o dos candidatos à presidência em 1965, os militares atribuíam o fim do parlamentarismo aos arranjos do PCB. Para a ESG, o PCB almejava a legalização do partido e o implemento de reformas estruturais, que só seriam possíveis com Jango governando em sistema presidencialista. A ESG analisava constantemente as publicações do PCB. Segundo a Escola:

“Logo verificaram os comunistas que o sistema parlamentarista dificultava sobremodo a sua possibilidade de envolvimento do Presidente João Goulart. E, através de Resolução Política de outubro de 1961, abriram o fogo de suas baterias contra o Gabinete Tancredo Neves, ameaçando com a luta armada.”<sup>113</sup>.

Como veremos a seguir, a atuação do PCB não estaria restrita ao partido. No entender da ESG os comunistas utilizavam uma estratégia capaz de influenciar amplos setores da oposição e de utilizar-se das esquerdas e das aspirações nacionalistas. Nesse sentido, o PCB se articulava procurando aglutinar os interessados na volta do presidencialismo. Com o fim do parlamentarismo, a próxima etapa preconizada pelo PCB seria uma reforma estrutural do Estado brasileiro. Segundo a ESG, ainda se referindo ao Informe:

“Nesse documento, que bem espelha o sentimento de autoridade assegurado aos comunistas pela crescente penetração nas mais elevadas esferas do governo, declaram: ‘O sentimento de euforia alimentado por importantes setores das classes dominantes durante o quinquênio “desenvolvimentista” do Sr. Juscelino Kubitschek e a expectativa favorável dos círculos dirigentes em torno da política de “austeridade” apregoada pelo Sr. Jânio Quadros cedem lugar, nos últimos tempos, a um acentuado temor diante do agravamento das dificuldades financeiras, das contradições políticas e dos antagonismos sociais.”<sup>114</sup>.

A partir desse documento a ESG entendia que os comunistas estariam encontrando na conjuntura e no governo Jango um ambiente favorável aos seus objetivos de “comunizar” o Brasil. Essa questão ficará mais clara quando tratarmos da estratégia do PCB para “fazer a revolução” no Brasil. Por enquanto, passaremos a expor a política de governo de Jango após o presidencialismo e, como a ESG concebia a relação desse governo com o PCB, já que

---

<sup>112</sup> Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas. *O Comunismo no Brasil*. Escola Superior de Guerra, 1966. C2 – 31 66; p. 92.

<sup>113</sup> Idem; p.81.

<sup>114</sup> Ibidem; p.84.

identificamos o comunismo como um antagonismo que preocupava a Escola naquele momento.

Outra questão constante nos discursos do Partido Comunista, segundo a ESG, era a relação do Brasil com Cuba. Os comunistas estariam otimistas com o “sucesso” da Revolução Cubana e queriam o mesmo desfecho para o Brasil. A expulsão de Cuba da OEA (Organização dos Estados Americanos), comandada pelos Estados Unidos, acabou por indispor o presidente Jango, tanto com os Estados Unidos quanto com o PCB. O motivo apresentado pelos Estados Unidos para isolar Cuba dos outros Estados americanos foi a declaração de Fidel Castro, caracterizando seu governo como marxista-leninista. O Brasil, representado pelo ministro San Tiago Dantas, mesmo com as pressões dos Estados Unidos, se absteve na votação. Não votou pela expulsão, mas condenou marxismo-leninismo. Enquanto isso, os discursos do PCB continuavam. Segundo a ESG, as resoluções do partido continuavam a discutir os rumos da política nacional. Em relação a Cuba o partido se pronunciava da seguinte forma:

“O mundo socialista avança. (...). E nosso Partido avança pelo caminho da revolução nacional e democrática, o mesmo caminho traçado pelo heróico povo irmão de Cuba, que já avança na construção de uma sociedade socialista.”<sup>115</sup>.

Uma sociedade socialista nos moldes de Cuba era um destino inaceitável para o Brasil na visão da ESG. Os planos do PCB contrastavam radicalmente com a doutrina da ESG. No entender da Escola, Jango não teria condições de barrar os “anseios” comunistas. Ao contrário, considerando sua história política, acabaria por instaurar no Brasil uma “república sindicalista” e posteriormente perderia todo o controle para o PCB.

No entanto, embora as críticas do partido apontassem o contrário, Jango tentava obter os plenos poderes de presidente, contribuindo para o desgaste do parlamentarismo. Depois de muitas campanhas em prol do restabelecimento do presidencialismo, Jango conseguiu antecipar o plebiscito para outubro de 1962. Com o plebiscito o povo decidiu pela volta ao presidencialismo. A pergunta era se o parlamentarismo deveria continuar: sim ou não? Segundo Caio Navarro de Toledo:

---

<sup>115</sup> Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas. *O Comunismo no Brasil*. Escola Superior de Guerra, 1966. C2 – 31 66; p 99.

“Era indiscutível para Jango que, após a vitória do ‘não’, ele se revestiria de plenos poderes presidenciais. Como sempre, procurou apoio militar. O general Kruehl, chefe do Gabinete Militar, declarou que o Exército estava coeso e ‘pronto pra garantir ordem a fim de que o governo possa desempenhar sua tarefa de guiar os destinos da nação’.”<sup>116</sup>.

É corrente nos depoimentos de militares que participaram do golpe indicar a volta ao presidencialismo como o momento em que começaram as conspirações. Na opinião de muitos militares, João Goulart e seus partidários boicotaram o parlamentarismo, sistema que consideravam ideal para a conjuntura conflituosa que se estabelecera. Para ilustrar a idéia, seguem dois depoimentos que apontam o início da conspiração golpista a partir da vitória do presidencialismo. Para o general Ernesto Geisel, ligado a ESG e futuro presidente do regime militar:

“A conspiração começou a tomar vulto quando o Jango derrubou o parlamentarismo, foi para o presidencialismo e passou a ser dominado pelo Dante Pellacani e uma série de outros líderes sindicais que mandavam e desmandavam. Vieram mais tarde o comício da Central do Brasil, com as reformas de base, e a revolta dos marinheiros. Um fato grave foi a posição dos fuzileiros navais, com o almirante Aragão, que era comunista. Por fim, houve o comparecimento ao Automóvel Club, para uma reunião com os sargentos. O clima tornou-se agitado e tenso, e muitos dos que estavam indecisos, como nós dizíamos, ‘em cima do muro’, decidiram-se pela revolução.”<sup>117</sup>.

Cordeiro de Farias estabelece o mesmo marco de início da conspiração:

“Durante aquela sucessão de gabinetes, quando os propósitos de Jango já estavam perfeitamente claros, começamos a nos impacientar. Mas creio que podemos situar o início da conspiração, como atividade política relativamente organizada, no momento em que Jango recuperou todos os poderes, após o plebiscito que restaurou o presidencialismo. Isto é, em janeiro de 1963, 14 meses portanto antes da Revolução. A partir desse momento, senti-me desobrigado de qualquer eventual compromisso com o governo. Ele, por sua vez, continuou sem tomar conhecimento de mim. Eu era o oficial mais antigo de todas as forças. Em disponibilidade, podia viajar tranquilamente. Como não me deram função, passei a me dedicar à conspiração em tempo integral. Repito que não conspiramos durante o primeiro ano do governo Jango. Ele não governava o país. Foi no período presidencialista que começou a tomar atitudes que ameaçavam levar o país para outros caminhos.”<sup>118</sup>.

O posicionamento desses dois generais é freqüente no depoimento dos demais militares que participaram do golpe. Em síntese, a “Política de Governo” de João Goulart só começaria com o presidencialismo. A política de Jango, na visão dos militares, estava em

---

<sup>116</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 2004; p. 90.

<sup>117</sup> CASTRO Celso; D'ARAUJO, Maria Celina (orgs). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro, FGV, 1997.

<sup>118</sup> CAMARGO, Aspásia ; GÓES, Walder de. (orgs). *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.

descompasso total com a “Política Nacional” da DSN. Essas citações já nos adiantam o clima que marcava a conjuntura nacional. Para os militares, tal situação não era nada atrativa. Trataremos mais adequadamente e no momento oportuno das questões levantadas nos depoimentos acima. Antes, torna-se necessário situar o grande problema que envolvia a volta do presidencialismo. Segundo Caio Navarro de Toledo:

“A pós o malogro da experiência parlamentarista, todas as indagações políticas resumiam-se na seguinte: conseguiria o governo presidencialista de Goulart superar a crise econômico-financeira, aliviar as tensões sociais e afastar as crises políticas que vinham continuamente desgastando a administração pública?”<sup>119</sup>.

Com a volta ao presidencialismo as pressões começaram a se intensificar, inquirindo um posicionamento e uma ação do presidente João Goulart. O apoio popular que recebera na campanha pela antecipação do plebiscito e a posterior decisão pelo presidencialismo, seria cobrado. João Goulart vivia em sua atuação política um dilema do qual se tornaria vítima em 1964. A sua base eleitoral era formada pelos sindicatos, seu apoio viria das massas. Em contrapartida, uma política apoiada no trabalhismo era insustentável. O presidente não encontrava no Congresso a aprovação de que precisava para a efetivação de seus projetos, mesmo com o aumento na bancada do PTB, em função da volta ao presidencialismo. A oposição UDN/PSD<sup>120</sup>, notadamente em maior número e expressão do que o PTB, era contrária ao projeto de reformas de Jango. Segundo Jorge Ferreira:

“Os conflitos entre as esquerdas e conservadores girava, sobretudo, em torno de como implementar a reforma agrária. Para as esquerdas, as alterações na estrutura agrária não poderiam acarretar indenizações prévias em dinheiro, como exigia a Constituição (...). O PSD, maioria no Congresso, concordava em ressarcir com títulos da dívida pública e, (...) aceitava que o princípio das desapropriações por interesse social que atingisse o latifúndio improdutivo ou inadequadamente cultivado.”<sup>121</sup>.

As reformas propostas por Jango ficaram conhecidas como Reformas de Base. As Reformas de Base, cujo somatório era denominado bandeira unificadora, foram consequência direta do pensamento progressista que fazia parte da realidade nacional desde fins da década

---

<sup>119</sup> TOLEDO. Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 2004; p. 41.

<sup>120</sup> “A insistência na reforma agrária foi o principal elemento do afastamento entre o PTB e o PSD, levando esse último para uma aliança com a UDN, velha inimiga de Vargas, Goulart e Brizola, rompendo com os líderes do Trabalhismo brasileiro.” SILVA, Francisco Carlos Teixeira. “Do golpe militar a redemocratização 1964/1984”. In: LINHARES, Maria Yedda. (org.) *História Geral do Brasil*. – 9 ed. – Rio de Janeiro: Campus 1990.

<sup>121</sup> FERREIRA. Jorge. *A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular*. Revista Brasileira de História, volume 24 numero 47 ISSN 0102-0188, 2004.

de 50 – de fato a discussão das reformas teve início, dentro do PTB, ainda no governo Juscelino Kubitschek. Abrangentes, as reformas previam modificações estruturais nos setores bancário, fiscal, político, agrário e universitário, refletindo algumas carências de discussão antiga na sociedade brasileira.

O programa de reformas, de fundamentos nitidamente “nacionalistas”, pretendia um “capitalismo nacional” capaz de desenvolver o país, de diminuir as desigualdades sociais e de preservar o apoio de grupos reformistas e conservadores, atendendo tanto às aspirações da classe média e dos trabalhadores quanto às dos empresários. Jango pedia o apoio do Congresso entendendo que a situação chegara a um estágio onde seria impossível conter os anseios populares. Na ocasião, dizia o presidente:

“Senhores Congressistas.

Estamos no limiar de nova e decisiva fase de nossa história política. Sob o impacto de um pronunciamento popular como nunca se registrara no Brasil, abriu-se para o nosso país um novo ciclo. O povo brasileiro chegou ao centro da cena política e impõe a sua vontade para reformas. Esta é uma vontade para o progresso. Fiel aos ideais de emancipação econômica justiça social legados por Getúlio Vargas expressos em sua carta-testamento, não faltarei aos meus compromissos com o povo que, renovando e legitimando de forma tão significativa, o mandato que anteriormente me conferiu, manifestou também solidariedade pela realização das reformas de estrutura que sempre defendi como indispensáveis à estabilidade social e ao progresso do país”<sup>122</sup>.

Em março de 1963, quando os poderes de presidente da República foram devolvidos a Jango por plebiscito, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural. O estatuto estendia aos trabalhadores do campo os direitos já conquistados pelos trabalhadores urbanos, incentivando a sindicalização e garantindo àqueles uma série de proteções legais até então inéditas. Em setembro do mesmo ano foi promulgada a lei 4.131, que restringia a remessa de lucros ao exterior, fonte de grande êxodo de capital. Essas medidas não agradavam aos EUA e poderiam fazer com que os norte-americanos deixassem de investir no Brasil. Para a ESG um rompimento com os EUA interferiria no alcance dos Objetivos Nacionais.

Em 13 de março de 1964, João Goulart divulgou em comício popular o decreto da *Supra*, que submetia determinadas áreas à desapropriação para fins de reforma agrária e expansão da Petrobrás. Dois dias depois, chegou ao Congresso a lei da reforma urbana, que

---

<sup>122</sup> GOULART, João. *Mensagem ao Congresso Nacional*. In: <http://brasil.crl.edu>

previa uma série de benefícios ao locatário de imóveis – como, por exemplo, o direito de compra do imóvel pelo inquilino – e permitia ao governo controle sobre os preços praticados e o crédito. No comício, Jango aderiu radicalmente às esquerdas.

Às polêmicas medidas de Goulart somaram-se a pesada inflação que afligia a economia nacional. Vários movimentos populares contrários ao governo (Liga das Mulheres Democráticas, Marcha da Família com Deus pela Liberdade) e um crescente número de greves contribuíram para aumentar a oposição ao presidente. Os descontentes, que enxergavam no governo uma tendência esquerdista, fizeram o grupo de apoio de Jango se reduzir apenas à Confederação dos Trabalhadores (CGT), a UNE (União Nacional dos Estudantes), ao PTB compacto e aos socialistas e comunistas. Os industriais e grandes proprietários rurais sofreram um grande revés com as reformas de Goulart, abandonando, assim, o apoio ao governo. Com tamanho descontentamento, estava pavimentado o caminho que levaria ao golpe de 31 de março de 1964. Segundo Cordeiro de Farias:

“Quem fez a revolução não fomos nós, foi Jango, com sua política, com suas atitudes. Não há exagero nenhum nisso. Ele colocou o Exército num dilema trágico: rendição à anarquia ou reação! O ânimo era tão exaltado que a oficialidade jovem não se conformava em evitar a luta armada.”<sup>123</sup>.

É comum na visão dos militares um certo ressentimento em relação à sociedade civil. O poder militar teria sido acionado para atender uma necessidade da sociedade civil. A desaprovação do governo Goulart era total. A imprensa anunciava as crises, a direita criticava, a esquerda pressionava. Goulart não contava com apoio do Congresso e a radicalização da esquerda aumentava. A política de Goulart não seria capaz de organizar a Nação e, na visão dos militares que obedeciam à doutrina da ESG, os Objetivos Nacionais estavam em risco. Os jornais não deixavam por menos. Segundo Alzira Alves de Abreu:

“Poucos jornais ficaram ao lado de Goulart, destacando-se entre eles a *Última Hora*, jornal que tinha grande penetração no meio sindical e estudantil, e o *Diário Carioca*. O *Semanário*, um dos órgãos mais representativos na veiculação de idéias e propostas comprometidas com a defesa dos interesses nacionais brasileiros, também apoiou o governo Goulart e denunciou, com alguma antecedência, a preparação do golpe militar. O jornal *Novos Rumos*, órgão semi-oficial do Partido Comunista Brasileiro, manteve igualmente posição favorável às medidas implementadas pelo governo e às reivindicações dos suboficiais militares e dos sindicatos.”.

---

<sup>123</sup> CAMARGO, Aspásia ; GÓES, Walder de. (orgs). *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.

E ainda:

“O Comício das Reformas, ocorrido no dia 13 de março de 1964, e o levante dos marinheiros, no dia 25 de março, levaram o *Jornal do Brasil*, o *Diário de Notícias*, o *Correio da Manhã*, e outros jornais a intensificar a campanha contra Goulart. O editorial de primeira página do *Jornal do Brasil*, da edição de 29/03/1964, lido nos quartéis, conclamava o Exército a manter a legalidade e o estado de direito e colocava o presidente da República na ilegalidade. Os editoriais do *Correio da Manhã* dos dias 31 de março ("Basta") e 1º de abril ("Fora") tiveram grande repercussão junto à população, uma vez que este jornal carioca era visto como um jornal menos envolvido no clima de crescente radicalização.”<sup>124</sup>.

Para os militares, a impopularidade do Governo Jango já era um indício de que sua política ia contra as aspirações nacionais. Nesse sentido, não existiria a essencial compatibilidade entre a Política Nacional e a Política de Governo. Além disso, ao tender radicalmente à esquerda, a política de Goulart não se adequava àquilo que a doutrina considerava o ideal para se evitar uma guerra. Ou seja, não estava realizando as corretas alianças que a Estratégia Nacional da ESG e de Golbery propunham para a manutenção da Segurança e alcance do Desenvolvimento.

Com isso, o que pretendemos mostrar foi o cenário assistido pelos militares, em 1964. Ao nosso ver, o quadro contrastava profundamente com a doutrina da ESG, chegando a por no mesmo lado setores divergentes das Forças Armadas. Mas o que unia esses grupos? É nesse ponto que deve ser enfatizada a importância da organização militar.

O princípio da hierarquia e os valores institucionais foram decisivos à adesão daqueles que não conspiravam ou, que, inclusive, apoiavam o governo, permanecendo ao lado da legalidade. A doutrina da ESG foi disseminada dentro das Forças Armadas e, não só dentro da caserna, mas por todos os setores da vida nacional. Até porque, essa seria a própria razão de ser da ESG: um núcleo estratégico incumbido em pensar o Brasil, e formar elites capazes de conduzir a Nação ao alcance do Bem Comum. Não só elites militares, mas também, em função da guerra total, elites de todos os setores que formam o país.

Se o grupo da ESG articulou-se em prol da defesa do que consideravam ser os Objetivos Nacionais, outros grupos foram aderindo, seja por respeito à hierarquia, seja pela

---

<sup>124</sup> ABREU, Alzira Alves de. *A imprensa e seu papel na queda de João Goulart*. In: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>

situação de caos. Nos últimos momentos, inclusive, aderiram ao golpe justamente por serem legalistas. Como veremos a seguir, a radicalização da esquerda, a exigência de que se fizessem as reformas “na lei ou na marra”, acabou unindo militares de diferentes tendências. O anticomunismo nas Forças Armadas, o temor de que o Brasil se transformasse em uma “nova Cuba”, deixou claro que não era só a ESG que enxergava no comunismo o grande inimigo interno.

Embora alguns autores defendam que houve uma exagerada propaganda sobre o risco da comunização do Brasil, entendemos que o PCB, na visão dos militares, principalmente aos ligados a ESG, era uma ameaça ao país. Usando categorias da ESG, o comunismo internacional representado no Brasil pelo PCB era um óbice classificado como antagonismo que poderia, sem uma política adequada do governo, passar a ser qualificado como pressão dominante. E, assim sendo, levaria a Nação à guerra. Segundo a ESG:

“O problema do Comunismo em nosso País assume uma surpreendente complexidade. Esse fato ocorre na maioria das nações do Mundo Livre, nas quais uma técnica altamente aperfeiçoada e uma tática sutil e inteligente são postas a serviço de uma Guerra Revolucionária, através da qual o Mundo Socialista procura ampliar constantemente a sua dominação”<sup>125</sup>.

Dessa forma, o problema não estava centrado na pessoa do presidente João Goulart e sim na forma em que o presidente conduzia sua política. A grande preocupação era não saber até que ponto o governo Jango conseguiria suportar as pressões do Partido Comunista e a conseqüente comunização do país. Na visão da ESG, a política de governo de Goulart, não correspondia aos interesses da Política Nacional. Como mostramos, para a doutrina, esse descompasso resultaria em crises, talvez catastróficas.

A política de Jango afastava o Brasil de um aliado forte que era os Estados Unidos, cuja aliança seria imprescindível para a sobrevivência do Estado em meio à guerra total, e, permitia a entrada de ideologias exógenas à comunidade nacional. É importante entender que para Golbery, dentro da sua concepção geopolítica, o Estado é um organismo. Nesse sentido, a infiltração comunista poderia significar a morte do Estado Nacional Democrático, regido por

---

<sup>125</sup> Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas. *O Comunismo no Brasil*. Escola Superior de Guerra, 1966. C2 – 31 66; p. 1.

valores do mundo ocidental. Logo, o que os militares viam no cenário nacional era a fraqueza do governo Jango frente aos antagonismos existentes.

### 3.2 A ameaça aos “Objetivos Nacionais” no governo Jango

É possível encontrar nos manuais da ESG, ou nas obras de seus ideólogos, uma série de Objetivos Nacionais. Entretanto, dois se destacam e, de certa forma, acabaram abarcando todos os outros. Esses dois Objetivos Nacionais formam o binômio segurança e desenvolvimento. Maria Selma de Moraes Rocha<sup>126</sup>, também pontua a ênfase que a Escola deu a esses dois Objetivos Nacionais. Ao analisar a evolução dos conceitos da DSN nas suas divergentes versões, a autora observou que dentre os objetivos nacionais enunciados pela ESG, sejam os permanentes ou os atuais, nenhum além dos componentes do binômio Segurança e Desenvolvimento foi desenvolvido pela doutrina antes de de 1979.

Segundo a DSN, os Objetivos Nacionais Permanentes são imutáveis e não dependem da vontade de um governo. Eles se encontram nas necessidades, interesses e aspirações da sociedade e, obedecem a características históricas da Nação. No caso do Brasil, é seu destino, pelos condicionantes históricos, pertencer e seguir as regras do mundo ocidental e cristão. Fugindo dessas perspectivas, o país estaria se distanciando do seu próprio destino. Nesse sentido, os objetivos de governo, para se adequarem aos Objetivos Nacionais, e, dessa forma impedir o aparecimento de crises prejudiciais à nação, deveriam estar ligados ao mundo ocidental cristão. Para a DSN, as ideologias exógenas como o comunismo, seriam nocivas a Segurança e ao Desenvolvimento do Brasil. Segundo a ESG:

“Ainda estamos longe da época de dirimir divergências entre os povos sem recurso à guerra; logo, não pode ela ser negligenciada ou ignorada, tal a presença das pressões a que estão sempre submetidas as nações, pondo em perigo o que elas tem de mais dignificante – seus Objetivos Nacionais.”<sup>127</sup>.

Ainda em 1961, Luis Carlos Prestes continuava criticando a política de conciliamento com os “entreguistas” e os Estados Unidos.

---

<sup>126</sup> ROCHA, Maria Selma. *A evolução dos conceitos da doutrina da Escola Superior de Guerra nos anos 70*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996. Dissertação de Mestrado.

<sup>127</sup> Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas. *Doutrina Militar*. Escola Superior de Guerra, 1966. C2 – 36 66; p. 2.

“Para livrar nosso país dos monopólios norte-americanos e de seus agentes internos, temos, ainda, que travar duros combates. Como ensina o grande Lenine, a história em geral, e a das revoluções em particular, é sempre muito mais rica do que imaginam os melhores partidos de vanguarda, donde a dupla conclusão de que o proletariado e particularmente seu partido, necessitam saber utilizar todas as formas de luta e colocar-se em condições de substituir, de maneira rápida e inesperada, uma forma por outra.”<sup>128</sup>.

As formas de luta a que Prestes se refere são as duas estratégias comunistas da guerra revolucionária. A guerra revolucionária substituía a guerra convencional sem precisar chegar ao ponto de uma guerra nuclear. A guerra nuclear, havia colocado em cheque o próprio sentido da conquista. A guerra revolucionária poderia ser executada por duas vias: a “via pacífica” e a “via ofensiva”. Tal divisão da guerra revolucionária se dava pela coexistência de duas linhas dentro do comunismo. A linha soviética, cuja estratégia era a “via pacífica” e a linha chinesa, que determinava um confronto rápido e decisivo. Entretanto, as duas estratégias pertenciam a grande estratégia da guerra revolucionária. Ambas se dedicavam a subversão e “contaminariam” a nação.

“Tal estratégia pode ser assim resumida: Empreender, de maneira flexível, planejada e de nossa própria iniciativa: ofensivas, numa guerra defensiva; batalhas de decisão rápida, numa guerra prolongada; e operações no exterior das linhas, numa guerra no interior das linhas”<sup>129</sup>.

E ainda:

“A agressão subversiva ou a ‘guerra revolucionária’ constitui, por conseguinte, um corolário da ‘coexistência pacífica’ ou do empate nuclear entre os dois mundos. Trata-se de uma forma nova de combate, adaptada às circunstâncias momentâneas do equilíbrio internacional e destinada a vencer a resistência do adversário sem ameaça excessiva de um confronto atômico.”<sup>130</sup>.

Para os militares o grande problema era a tranqüilidade com que os comunistas transitavam na política nacional. Como destacamos anteriormente, a ESG observava com atenção a atuação comunista. Estudavam minuciosamente as estratégias comunistas bem como a história do PCB. Talvez, esse *conhecimento do inimigo*, pode ter feito falta à esquerda. O

---

<sup>128</sup> Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas. *O Comunismo no Brasil*. Escola Superior de Guerra, 1966. C2 – 36 66; p. 80.

<sup>129</sup> Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas. *Estratégia no Campo Militar*. Escola Superior de Guerra, 1966. C2 – 36 66; p. 34.

<sup>130</sup> Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas. *Problemas Mundiais*. Escola Superior de Guerra, 1966. C2 – 24 66; p. 16.

golpe militar, embora alarmado para a sociedade, não preocupava parte da esquerda. Para a ESG:

“O problema do Comunismo em nosso País assume uma surpreendente complexidade. Esse fato ocorre na maioria das nações do Mundo Livre, nas quais uma técnica altamente aperfeiçoada e uma tática sutil e inteligente são postas a serviço de uma Guerra Revolucionária, através da qual o Mundo Socialista procura ampliar constantemente a sua dominação.”<sup>131</sup>.

Apesar de ter sido colocado na ilegalidade o PCB teria, segundo a ESG, uma influência em diversos setores da vida nacional. Diferentemente da maioria das esquerdas, como por exemplo, as lideradas por Brizola, o PCB seguia as ordens de Moscou e se movimentava através da “a via pacífica” da guerra revolucionária. A via pacífica proposta por Moscou defendia a tese de que o capitalismo acabaria se corroendo. Logo, a vitória da “Revolução” seria uma questão de tempo. Segundo Marco Antonio Villa:

“O Partido Comunista, depois das discordâncias em outubro de 1963, iniciou 1964 como aliado incontestado de Jango. (...). O apoio incondicional dos comunistas, porém, tinha um preço: desejavam determinar o rumo político do governo. Nessa época, eram freqüentes os encontros de líderes comunistas com Jango.”<sup>132</sup>.

Conscientes de tal estratégia, os militares da ESG também sabiam que a guerra revolucionária pela via pacífica não significava a inoperância dos comunistas. A liderança do PCB, atribuída a Luis Carlos Prestes, seguia, segundo fontes da ESG, as ordens de Moscou. A estratégia da União Soviética foi assim descrita nas conferências da ESG:

“Sem recorrer à guerra global, antes através de objetivos limitados, provoca conflitos localizados em diversas partes do mundo no desenvolvimento em larga escala da chamada ‘guerra fria’. Por meio de ações políticas, econômicas e psicológicas, pretende derrotar ‘pacificamente’ os ocidentais. Reserva, no entanto, para a guerra declarada, uma estratégia de aniquilamento.”<sup>133</sup>.

Conhecendo a estratégia soviética, os militares enxergavam no PCB o inimigo potencial. Era um antagonismo, passível de ser qualificado como pressão. Para os militares esguianos, o risco que o PCB significava aos Objetivos Nacionais aumentava, na medida em que a política de governo de João Goulart tendia para a esquerda. Para a ESG:

---

<sup>131</sup> Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas. *O Comunismo no Brasil*. Escola Superior de Guerra, 1966. C2 – 31 66; p. 1.

<sup>132</sup> VILLA, Marco Antônio. *Jango: um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004; p. 151.

<sup>133</sup> Curso de Estado Maior e Comando das Forças Armadas. *A estratégia no campo militar*. Escola Superior de Guerra, 1966. C2- 28-66; p. 33.

“Embora o Partido Comunista Brasileiro, entidade intimamente ligada ao comando do Movimento Comunista Mundial, se constitua como o núcleo dirigente ou incentivador de tôdas as atividades, os contornos de suas ações se diluem na clandestinidade ou se transfiguram nas manifestações mais diversificadas que, em grande parte, escapam à percepção comum e à capacidade preventiva ou repressiva do poder legal.”<sup>134</sup>.

A ESG fazia questão de frisar o caráter internacionalista das ações do PCB. Isso porque, a tática usada pelo partido para “cooptar” apoio em outras frentes seria a de se aproveitar das aspirações nacionalistas das esquerdas e de setores das Forças Armadas. Nesse sentido, apesar de o PCB não ser o único representante da esquerda, a estratégia que viria de Moscou orientaria a penetração dos comunistas em todos os campos de oposição.

A partir de documentos do PCB, a ESG definiu o partido como um organismo central relativamente pequeno, mas que conta com “organizações correlatas”, “organizações aliadas”, “organismos sob controle do PCB” e “frentes de mobilização de massas”. Essas últimas, segundo a ESG, podem ser internacionais, continentais e nacionais e, ainda, de tipo permanente ou transitório. A partir das observações da ESG poderemos perceber porque a ESG via nas esquerdas e mesmo em posições de centro, mas com aspirações “nacionalistas” o perigo do comunismo. Segundo a Escola o PCB abarcava se organizava da seguinte forma:

“a. Organismo Central - constituído pelo PCB, organização clandestina e ilegal, de quadros altamente selecionados e capazes. É uma organização relativamente pequena.

b. Organizações Correlatas - são entidades de mesmo fundo ideológico comunista que em muitos pontos se associam ou são capazes de associar ao PCB, mas que, em virtude de razões estratégicas ou táticas, mantêm linhas políticas independentes ou divergentes. É o caso do Partido Comunista do Brasil, do Movimento Trotquista e das Ligas Camponesas.

c. Organizações Aliadas - São organizações que tácitamente se unem ao PCB para a consecução de determinados objetivos intermediários, mas que, na realidade, visam a objetivos diversos, em sua maioria igualmente subversivos. É o caso da Ação Popular, movimento cristão socialista, do Movimento de Cultura Popular, do Movimento de Educação de Base, liderado pelos bispos, e outras associações de análoga natureza.

d. Frentes de Mobilização de Massas - São organizações de fachada ou entidades de mobilização de pessoal, infiltradas ou controladas por membros do PC. A política das organizações das frentes permite levar a ação subversiva ao encontro de todos os setores da vida nacional, sem expor a integridade do Partido, que se conserva à distância, emitindo a sua orientação através de frações destacadas no interior das próprias frentes.

As frentes podem ser internacionais, continentais e nacionais. Entre as frentes nacionais, dois tipos podem ser distinguidos: as permanentes, que

---

<sup>134</sup> Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas. *O Comunismo no Brasil*. Escola Superior de Guerra, 1966. C2 – 31 66; p. 3.

correspondem às organizações continentais ou mundiais, e as transitórias, criadas de acordo com as necessidades de atuação.

e. Organismos sob controle do PCB - através de frações destacadas como o CGT, o PUA, os Sindicatos, etc.”<sup>135</sup>.

Segundo a ESG, os comunistas, por atuarem na ilegalidade precisavam se infiltrar em outras “organizações legais e ostensivas”. Para a Escola, elementos do PCB ao entrarem nessas organizações passavam, aos poucos, tomando conta por completo. Era a configuração da “via pacífica” da guerra revolucionária. Para a ESG, esse conjunto só atuaria “através das brechas que nossa legislação lhes oferece”. Nesse sentido os cursos dizem que:

“A ação do Partido Comunista se exerce em todos os setores da vida nacional em um sem-número de organizações ostensivas ou clandestinas, legais ou ilegais, que constituem um complexo subversivo de extraordinária capacidade, à feição de um imenso polvo cujos tentáculos se lançam em várias direções.”<sup>136</sup>.

Na visão dos militares, João Goulart acabaria cedendo às pressões dos comunistas. Os últimos acontecimentos, ou seja, a adesão de Goulart à esquerda não deixa dúvida aos militares sobre o avanço do comunismo. Nesse ambiente de “desordem” e “incertezas” o “inimigo da Nação” e do “Mundo Livre” teria subsídios para implantar sua ideologia “exógena”, que acabaria com os Objetivos Nacionais. A comunização do país impediria o alcance e manutenção do binômio Segurança/Desenvolvimento.

### 3.3 Potencial Nacional x Poder Nacional em 1964

Chegou o momento de discutirmos sobre a relação do governo Jango com o Poder Nacional da ESG. O Poder Nacional, por sua vez seria manipulado pela Política Nacional. Embora tenhamos separado por tópicos os conceitos básicos da DSN, é impossível dissociá-los. Esses conceitos não obedecem a uma ordem, eles se complementam. Nesse sentido, ao analisarmos o Poder Nacional no governo Jango, estaremos novamente tratando de sua política de governo.

Vimos que a principal divergência da Política de Governo de Jango com a Política Nacional da ESG se deveu a incapacidade de abortar a infiltração comunista. Isso, porque Jango tendeu à esquerda afastando-se assim da potência norte-americana e abrindo a guarda

---

<sup>135</sup> Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas. *O Comunismo no Brasil*. Escola Superior de Guerra, 1966. C2 – 31 66; p.1.

<sup>136</sup> Idem.

aos “inimigos” soviéticos. Entretanto, faltou examinar o Poder Nacional com que contava o governo João Goulart e de que forma ele estava sendo explorado pela política desse governo. Passaremos a fazê-lo agora.

Relembrando, “Poder Nacional é a capacidade que tem o conjunto interagente dos homens e dos meios que constituem a Nação, atuando na conformidade da vontade nacional de alcançar em manter os Objetivos Nacionais”. Ou seja, a capacidade de contribuir por meio de suas expressões. Segundo a ESG:

“Enquanto se prepara para a chamada ‘guerra quente’, a U.R.S.S., na liderança dos países comunistas adota uma estratégia divisionista, de isolamento paulatino da nação norte-americana e de desmembramento do mundo ocidental. Sem recorrer à guerra global, antes através de objetivos limitados, provoca conflitos localizados em diversas partes do mundo no desenvolvimento em larga escala da chamada ‘guerra fria’. Por meio de ações políticas, econômicas e psicológicas, pretende derrotar ‘pacificamente’ os ocidentais. Reserva, no entanto, para a guerra declarada, uma estratégia de aniquilamento.”<sup>137</sup>.

No governo João Goulart, segundo a doutrina da ESG, o Poder Nacional estava sendo desmobilizado pelo inimigo interno. Na sua expressão econômica, estaria inviabilizado pela política nacional que insistia em desenvolver o potencial econômico, mas sem ter recursos financeiros para isso. Ou seja, a expressão econômica do Poder Nacional na visão da ESG ainda estava no estágio de Potencial Nacional, como disse Golbery, no “em ser”. Ao tender à esquerda e aos nacionalistas, se afastando assim de medidas mais liberais<sup>138</sup>, o governo Jango não conseguiria transformar o potencial econômico em Poder. A ESG continuava defendendo a mesma posição liberal como havia sido a questão do petróleo. Nesse sentido, observamos o conflito no destino dado por Jango ao Potencial Nacional.

Outra expressão do Poder Nacional era a política. Essa, segundo a ESG estava contaminada pela corrupção e pela ineficiência. Como vimos a ESG percebia a influência do comunismo nos partidos políticos. Estando o PCB na ilegalidade, os comunistas teriam buscado uma forma de levar seus projetos ao congresso através de outros políticos comunistas que se elegiam por outros partidos.

---

<sup>137</sup> Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas. *Estratégia no Campo Militar*. Escola Superior de Guerra, 1966. C2 – 36 66; p. 33.

<sup>138</sup> Mais uma vez enfatizamos que quando falamos em “medidas mais liberais”, estamos nos referindo ao caráter econômico, no sentido de aceitar investimentos externos, mas sem que isso ultrapasse os limites da economia.

A expressão psicossocial do Poder Nacional se fundamenta pela pessoa, pelo ambiente e pelas instituições sociais, onde a cultura, padrões de comportamento e níveis de bem estar são fatores a serem considerados, é necessário ter atenção aos órgãos dessa expressão do poder. Como vimos, segundo a ESG os comunistas contavam com outros recursos além do organismo central que era o PCB. Na visão da ESG, muitos organismos da expressão psicossocial estavam “impregnados” pelo comunismo. Entre eles, destacamos as escolas, os sindicatos e inclusive a igreja. Não são desconhecidas as influências de esquerda dentro desses órgãos. Na visão da ESG eles constituem uma expressão do Poder Nacional e deveriam contribuir com os Objetivos Nacionais.

Nesse sentido passaremos a analisar a atuação desses órgãos no governo João Goulart. É claro que nem todas as instituições que compunham o que a ESG chama de expressão psicossocial tendiam para a esquerda. Entretanto, nosso objetivo é demonstrar, justamente, a atuação das esquerdas, que para a ESG significavam organizações a serviço do comunismo, seja consciente ou inconscientemente. Por isso, não nos deteremos aos complexos como o IPES, por exemplo, pois este não seria uma ameaça aos Objetivos Nacionais e sim, uma considerável contribuição à Nação<sup>139</sup>. O movimento estudantil, bem como os sindicatos, será nosso foco.

Antes de adentrarmos aos fatos que envolveram a “expressão psicossocial” do Poder Nacional consideramos importante abrir um parêntese sobre o debate historiográfico a cerca da atuação das esquerdas no governo João Goulart. Segundo Jorge Ferreira existe uma tendência que exclui ou minimiza o papel das esquerdas do processo que culminou no golpe de 1964. Para o autor:

“Via de regra, as esquerdas surgem como vítimas de um movimento duplamente perverso: por um lado, estiveram em grande desvantagem por acreditarem nas instituições democráticas, enquanto as direitas utilizavam o recurso da conspiração para atentar contra o regime; por outro lado, quando poderiam ter a oportunidade de reagir e derrubar os conservadores, o presidente João Goulart decidiu não resistir. Portanto, criou-se a imagem da dupla traição: a dos golpistas de direita e a do próprio presidente da República.”<sup>140</sup>.

---

<sup>139</sup> O IPES concentrava militares e empresários, contando com Golbery do Couto e Silva.

<sup>140</sup> FERREIRA, Jorge. *A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular*. Revista Brasileira de História, volume 24 numero 47 ISSN 0102-0188, 2004.

Fizemos esse parêntese para sustentar a idéia da radicalização da esquerda como uma das variáveis que tiraram os militares dos quartéis e que preocupavam os “intelectuais” da ESG. Como diz Jorge Ferreira são muitas as versões que diminuem o papel da esquerda durante o governo João Goulart. A ESG entendia a radicalização da esquerda como sucesso da estratégia comunista.

Na visão da ESG, ao se infiltrar em organizações sociais o comunismo não apenas cooptava influências como deteriorava a expressão psicossocial do Poder Nacional, indispensável ao alcance dos Objetivos Nacionais. Segundo a escola a União Nacional dos Estudantes (UNE), Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), as Ligas Camponesas, o PC do B (Partido Comunista do Brasil), e inclusive uma ala do PTB, funcionavam como organizações que estariam servindo, conscientemente ou não, ao comunismo internacional.

“(…) sabia-se perfeitamente que a maioria dos sargentos não era comunista. Eles eram manipulados. É impressionante. A técnica soviética era muito interessante, muito bem executada. Como o nazismo quando andou por aqui, eles não brincavam. O partido comunista manipulava certas frentes. Tinham certas ligações, tudo muito reservadamente, não apareciam. Quem aparecia eram os sargentos, eram os cabos, era a associação disso, daquilo, etc. Trabalhavam a massa para depois dar o golpe. Isso era evidente. Existem documentos que falam disso. Por todas essas razões, 64 foi tipicamente um episódio da guerra fria. Foi a contrapartida de uma ofensiva comunista na guerra fria então em marcha.”<sup>141</sup>.

O perigo da comunização, como diziam os militares, ultrapassava os limites da caserna. Encontramos aqui, um dos principais fatores que moveram a ação. A desintegração da Forças Armadas e a organização de um exército vermelho eram temidas pelos “defensores” da Segurança Nacional. A preservação da hierarquia dentro da instituição militar significa a preservação da própria existência dos militares. Segundo Luiz Alberto Moniz Bandeira:

“Goulart perdeu, aí o controle da situação militar, e a conspiração começou a envolver maior número de oficiais brasileiros, atemorizados com o inconformismo dos sargentos, que espalhava dentro das próprias Forças Armadas, as contradições de classe. As notícias (algumas falsas, outras verdadeiras) sobre preparativos para guerrilhas, realizados, presumivelmente, ou por agentes provocadores ou por aventureiros e radicais de esquerda, alimentavam a guerra psicológica contra o governo.”<sup>142</sup>.

---

<sup>141</sup> Depoimento de Deoclécio Lima de Siqueira, coronel em 1964, concedido a Maria Celina D’Araújo e Gláucio Ary Dillon Soares em junho de 1993. In: p. 229.

<sup>142</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: Ed. UnB, 2001; p. 128.

Como destacamos no capítulo anterior um dos conceitos fundamentais da doutrina, o Poder Nacional, é composto pela expressão política, pela expressão econômica, expressão psicossocial, expressão militar e expressão científica e tecnológica. A rebelião dos marinheiros, como veremos a seguir, significou nesse sentido o abalo do poder nacional, cuja eficiência, segundo a doutrina, depende do funcionamento de todas as suas expressões.

Ao passo em que João Goulart estendia o prazo da prática das Reformas de Base, se intensificava no país a radicalização da esquerda. A segurança e o conseqüente desenvolvimento não seriam possíveis na visão da ESG com a comunização do País. O ideal de mundo para a ESG, baseado nos preceitos do mundo ocidental e cristão, no qual nação brasileira estava destinada a pertencer, pelos seus próprios condicionantes históricos, corria o risco de desmoronar. A democracia estaria sendo substituída pelo totalitarismo. Segundo a ESG:

“Ao infiltrar-se, a fração procura constituir dois tipos de elementos atuantes: o grupo do poder e o grupo de apoio. O primeiro, constituído apenas por militantes do Partido, é o elemento de direção. O grupo de apoio é formado de comunistas aliados. Entre êstes últimos, estão englobados os seguintes:

- ‘Companheiros de viagem’ ou ‘aliados’ - elementos não-comunistas, muitas vêzes mesmo de objetivos contrários aos comunistas, mas que a êles se aliam para a conquista de objetivos intermediários;

- ‘Simpatizantes’ - elementos condescendentes ou parcialmente adeptos da causa comunista que são aproveitados ou desprezados, consoante as circunstâncias;

- ‘Oportunistas’ - aquêles que, por interêses pessoais ou por receio, auxiliam a ação partidária;

- ‘Tontos’ ou ‘Bobos’ - os que, por vaidade ou boa fé, são iludidos e se prestam às manobras da fração comunista.

Quando o grupo de apoio já está estabelecido e atuante, os comunistas passam a dominar integralmente, comandando as massas que são conduzidas ao seu inteiro sabor, após desencorajar-se, através de medidas convenientes, tôdas as tentativas de reação. Conforme o grau de domínio, a organização se diz "infiltrada", controlada ou "dominada" e pode, de acordo com as necessidades, transformar-se em uma "frente" do Partido. Esse processo geral tem sido, com pequenas variações, aplicado em tôdas as agremiações estudantis, sindicatos operários e até em clubes carnavalescos ou esportivos. Tôda agremiação infiltrada passa, em geral, a ser utilizada para finalidades políticas, muitas vêzes interinamente diversificadas das que se coadunam com as suas finalidades e atribuições.”<sup>143</sup>

Além do “estrago” que fazia nas expressões econômica, política e psicossocial, a infiltração comunista teria abalado o campo mais sensível ao universo militar. Ao alcançar a

---

<sup>143</sup> Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas. *O Comunismo no Brasil*. Escola Superior de Guerra, 1966. C2 – 31 66

expressão militar do Poder nacional o inimigo atingiria não exclusivamente a ESG, mas sim as Forças Armadas de maneira geral. A Escola, que já vinha disseminando sua doutrina através dos cursos de Estado-Maior, encontrou no anticomunismo o apoio de outros grupos militares para o Golpe. Na visão dos militares, o comunismo ao se infiltrar na Forças Armadas realizava um completo estrago na hierarquia. Causava divisões e significava o enfraquecimento da instituição. Para a ESG, a infiltração nas Forças Armadas fazia parte do calculismo do PCB. Segundo a ESG:

“A intromissão na política como elemento dissociativo e enfraquecedor da disciplina, da moral e da capacidade combativa das Forças Armadas é assim exaltada. A cisão militar e a agitação de sargentos e suboficiais como veículo político do que denominou ‘forças mais conseqüentes’, é especificamente apresentada como recurso válido a salutar.”.

Segundo a ESG os documentos do PCB diziam o seguinte:

“Fato novo na vida do País, o movimento dos Sargentos e Suboficiais está-se convertendo em fatos capazes de pesar decisivamente na atuação das Forças Armadas. Pela sua origem social, por suas condições de vida, os sargentos e suboficiais reforçam no terreno militar e político, a frente nacionalista e democrática, tendendo a constituir ponto de apoio para as suas forças mais conseqüentes.”<sup>144</sup>

Nesse sentido, a ESG entendia que a agitação dentro das Forças Armadas era o reflexo da estratégia soviética. Infiltrar-se nas Forças Armadas, fazendo delas suas aliadas, ou desestruturando-as, seria uma forma de imobilizar o Exército. Para a ESG os comunistas haviam encontrado no descontentamento das praças uma forma de quebrar a hierarquia e desestabilizar o efetivo militar. A Escola via na revolta e na dos sargentos rebelião dos marinheiros o sucesso da estratégia comunista. Era a “via pacífica” da guerra revolucionária.

A Revolta dos Sargentos foi uma rebelião promovida por militares em 12 de setembro de 1963, em Brasília, contrária à decisão do Supremo Tribunal Federal de reafirmar a inelegibilidade dos sargentos para os órgãos do Poder Legislativo, conforme já previa a Constituição de 1946 (e como havia acontecido nos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo, onde militares eleitos em 1962 foram impedidos de tomar posse). Participaram da rebelião cabos, sargentos e suboficiais, em especial da Marinha e da Aeronáutica, que tomaram, pela madrugada, os prédios do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP),

---

<sup>144</sup> Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas. *O Comunismo no Brasil*. Escola Superior de Guerra, 1966. C2 – 31 66; p. 100

da Estação Central Rádio Patrulha, do Ministério da Marinha, da Rádio Nacional e do Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos. Os rebeldes, chefiados pelo Sargento da Aeronáutica Antônio de Prestes Paula, receberam o apoio de deputados da Frente Parlamentar Nacionalista, e aprisionaram vários oficiais, o Ministro do STF Vítor Nunes Leal e o presidente em exercício da Câmara dos Deputados, deputado Clóvis Mota.

A Rebelião dos Marinheiros foi como ficou conhecido o episódio ocorrido na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro a 25 de março de 1964, data em que se celebrava o segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, entidade que fugia às regras da Marinha e era controlada pelo PCB. A rebelião consistiu no amotinamento de marinheiros que reivindicavam a revogação de punições a militares, a substituição de almirantes considerados brutos, a melhoria das condições para os militares, a reformulação do regulamento disciplinar da Marinha e a luta para derrubar a “estrutura anacrônica” do país.

Cerca de dois mil marinheiros e fuzileiros navais liderados por José Anselmo dos Santos compareceram às comemorações, a despeito da proibição do ministro da Marinha Sílvio Mota. Também participaram do ato líderes estudantis, sindicalistas, o deputado Leonel Brizola e o marinheiro João Cândido, líder da Revolta dos Marinheiros de 1910. Seguiram-se discursos inflamados, mas a indisciplina chegou ao ápice quando os marinheiros saíram em passeata desuniformizados, carregando faixas de apoio da CGT, da Liga Feminina e dos Trabalhadores Intelectuais, e seus almirantes Aragão e Suzano nos ombros.

Apesar do pedido dos amotinados de que nenhuma medida punitiva fosse tomada contra os participantes da reunião, o ministro Sílvio Mota emitiu ordem de prisão contra os principais organizadores do evento, enviando um destacamento de fuzileiros navais ao local. Lá chegando, em lugar de cumprir a ordem, os fuzileiros aderiram ao movimento, permanecendo na sede do Sindicato dos Metalúrgicos – em um exemplo claro da polarização que se dava no interior das Forças Armadas em torno do apoio ao presidente João Goulart. O presidente proibiu a invasão da sede e, juntamente com a posição do comandante dos fuzileiros, Cândido Aragão, de não atacar os amotinados, provocou a demissão de Sílvio Mota, imediatamente substituído pelo almirante Paulo Mário Rodrigues.

“No dia 26 de março, o ministro do Trabalho Amauri Silva conseguiu um acordo com os marinheiros, que abandonaram o prédio do sindicato e foram em seguida presos e conduzidos a um quartel, em São Cristóvão. Horas depois, contudo, foram anistiados por Goulart. Essa anistia foi muito criticada pela alta oficialidade, agravando ainda mais a crise na área militar”<sup>145</sup>.

A anistia aos rebeldes foi o estopim da movimentação dos militares em 31 de março de 1964. A atitude de Jango ao interferir na hierarquia da Marinha comoveu os militares da corporação e, conseqüentemente das Forças Armadas como um todo. Além disso, depois da anistia, os sargentos convidaram o presidente para uma comemoração no Automóvel Club. Lá se reuniram a Jango, além dos rebelados, diversos representantes das esquerdas em geral e do PCB em particular. Estava encaminhada a “revolução”.

### 3.4 Golpe: a estratégia militar da “Estratégia Nacional”

Diante dos últimos acontecimentos e cientes da estratégia comunista – a guerra revolucionária, seja pela via pacífica, seja pela guerrilha – os militares se articulavam. Enxergando João Goulart como um líder passível de ser manipulado, os militares planejam uma intervenção. Nesse sentido, o golpe militar de 1964 foi um momento de aplicação da estratégia da ESG. Na visão dos militares se chegara a uma situação de completo caos. Na forma como João Goulart estava conduzindo a política de governo, não existia perspectiva de alcance dos objetivos nacionais. O estabelecimento destes estava posto em risco. Configurava-se, assim, uma Hipótese de Conflito. Com chances de se transformar em Hipótese de Conflito Armado, já q o Poder Nacional estava sendo atingido pela pressão comunista. Segundo Cordeiro de Farias:

“Ao mesmo tempo, havia o receio de que a revolução [da esquerda] viesse, e o povo começou a se armar. No Nordeste os proprietários de terras e de usinas se armaram e aos seus capangas contra os camponeses, que também se armaram. Na Bahia, idem. Em São Paulo se armaram, e também no interior do Paraná.”<sup>146</sup>.

A ESG via em João Goulart uma política de governo que contrastava com a Política Nacional idealizada pela Doutrina de Segurança Nacional. Para a Escola, o comunismo ameaçava os Objetivos Nacionais; o Poder Nacional corria o risco de ser deteriorado pela infiltração comunista. A Nação envolvia-se no caos e as Forças Armadas

---

<sup>145</sup> LAMARÃO, Sérgio. *A revolta dos marinheiros*. In: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>

<sup>146</sup> CAMARGO, Aspásia ; GÓES, Walder de.(orgs). *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.

sofriam um forte abalo na sua base de sustentação, a hierarquia. Além disso, a reação de descontentamento da sociedade acabou por dar impulso ao movimento dos militares. A perspectiva da desordem permitiu que muitos militares leais ao governo aderissem aos golpistas. No entanto, o elemento de peso foi o desequilíbrio das Forças Armadas. O marechal Humberto de Alencar Castello Branco, no fechamento de um ano de seu governo em 1965, fez as seguintes considerações em relação ao governo de seu antecessor João Goulart:

“Partes de um todo, as Forças Armadas não ficam endosses às perturbações de ordem política e social que porventura agitam o País. Natural, portanto, que, dentro do ambiente existente até à Revolução de 31 de março, no qual o governo via deteriorar-se a sua autoridade graças a fatores por ele próprio provocados, caminhássemos a passos largos para uma situação de desordem militar.”<sup>147</sup>.

O anti-comunismo, enraizado nas Forças Armadas, desde a “Intentona Comunista”<sup>148</sup> foi a principal motivação para a conspiração. Do anticomunismo deriva as outras preocupações militares como a situação de caos e a quebra de hierarquia na corporação. Segundo Cordeiro de Farias:

“Era imperioso que a conspiração se sediasse lá, envolvendo a indústria. Não se luta, não se faz guerra, sem uma base logística. O soldado, o tenente e o general não são nada sem uma boa retaguarda. Assim, a conspiração de 1964 precisou começar pela montagem da retaguarda. Foi um trabalho lento, que teve início 14 meses antes de 31 de março.”<sup>149</sup>

É possível encontrar em alguns autores a idéia de que a questão do comunismo foi utilizada pelos militares como justificativa para a derrubada de Jango. Concordamos que realmente foi uma justificativa. Entretanto, essa justificativa soa em algumas análises como desculpa. O anticomunismo teria sido implantado na sociedade pela propaganda da direita e aproveitado pelos militares na efetivação do golpe. A interpretação da doutrina, bem como a análise dos cursos, nos mostra o choque do pensamento militar com o comunismo. Segundo Leonardo Trevisan:

“As Forças Armadas como um todo assistiram impassíveis, acreditando que tudo viria a ser absorvido pelo próprio jogo político. Afinal de contas as eleições seriam no ano seguinte — 1965 — com uma certeza absoluta de vitória para os

---

<sup>147</sup> CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. *Mensagem ao Congresso Nacional*. In: <http://brasil.crl.edu>

<sup>148</sup> A tentativa de uma revolução comunista em 1935 foi chamada pejorativamente pelos militares vitoriosos de “Intentona”, que quer dizer intento louco. Essa questão será mais explicitada adiante.

<sup>149</sup> CAMARGO, Aspásia ; GÓES, Walder de.(orgs). *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.

conservadores. Portanto, era só ter um pouco de paciência com aquela agitação toda. Até que as coisas ganharam uma outra dimensão. E (atenção!) a Revolução de 1964 é filha desta outra dimensão: a quebra da hierarquia, o valor sagrado para os militares.”<sup>150</sup>.

Sem dúvida o que possibilitou o sucesso da investida golpista foi a doutrinação realizada pela ESG. Sem precisar pecar contra os princípios organizacionais, os mentores da ESG conseguiram pelo próprio sentido de ordem derrubar seu principal inimigo. A anistia aos rebeldes marinheiros e o comparecimento de Jango ao Automóvel Club foi o que deu início à “revolução”. Segundo Ernesto Geisel:

Quando se anunciou que haveria uma reunião do Jango com os sargentos, alguns companheiros vieram a mim com a proposta de cercar o acesso ao Automóvel Club com elementos de confiança, e assim impedir a realização da reunião. Fui contrário a isso, dizendo: “Deixem que se faça a reunião: agora, quanto pior, melhor para a nossa causa.”<sup>151</sup>.

Nesse sentido, continuamos entendendo que o golpe de 1964, mesmo contando com o apoio de setores civis foi essencialmente militar. Os próprios militares como Ernesto Geisel e Cordeiro de Farias sustentam a idéia da participação da sociedade civil. São interessantes os depoimentos desses militares quanto ao golpe. Eles concordam que a “revolução” seria uma questão de tempo. Os dois generais atribuem o golpe ao próprio Jango. Admitem que a conspiração existia, mas que não precisaram de muitos esforços para derrubar o governo. É significativa a análise de duas considerações do general Cordeiro de Farias. Na mesma entrevista o general, primeiro comandante da ESG, diz:

“Sempre faço questão de deixar claro que nós, os militares, fomos a retaguarda da Revolução de 1964. A vanguarda foi a opinião pública e, dentro dela, as mulheres. Minas Gerais terá sido a única exceção. Mesmo assim, a frente militar mineira somente se articulou em virtude da mobilização civil promovida pelo governador Magalhães Pinto. Nesse sentido, a Revolução não foi obra do Exército, mas uma reação espontânea iniciada pelas mulheres, e por elas alimentada até o fim. Em Minas e em São Paulo as mulheres fizeram o diabo!”

E mais à frente:

“Quem fez a revolução não fomos nós, foi Jango, com sua política, com suas atitudes. Não há exagero nenhum nisso. Ele colocou o Exército num dilema trágico: rendição à anarquia ou reação! O ânimo era tão exaltado que a

---

<sup>150</sup> TREVISAN, Leonardo. *O pensamento militar brasileiro*. Edição eletrônica. In: <http://www.ebooksbrasil.com>

<sup>151</sup> CASTRO Celso; D'ARAUJO, Maria Celina(orgs). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro, FGV, 1997.

oficialidade jovem não se conformava em evitar a luta armada. Mesmo assim a passividade era grande.”<sup>152</sup>.

Quando Cordeiro de Farias diz que “a passividade era grande” ele se refere à significativa parte das Forças Armadas que era legalista. Na primeira citação, o general atribui a iniciativa da sociedade civil, mas na segunda, fica claro o fator decisivo para a efetivação do golpe: a intervenção das Forças Armadas em reação a anarquia. Sem a adesão dos militares “legalistas”, as manifestações poderiam ser controladas pelo governo. Tanto, que o próprio João Goulart descartava a vitória do golpe, por acreditar no seu “dispositivo militar”. Mas como se deu o golpe? Qual a participação da ESG no movimento?

Jango não acreditava no golpe militar. O presidente sabia que existia um núcleo golpista no interior das Forças Armadas que se articulava com setores civis conservadores. Entretanto, confiava no famoso “dispositivo militar”. Jango contava com o espírito legalista das Forças Armadas, entretanto, não considerou o “espírito militar”. Além disso, confiou demasiadamente no apoio popular. Segundo Carlos Fico:

“Embora a expressiva vitória do presidencialismo, na consulta popular de 1963, tenha-se devido ao apoio de forças bastante heterogêneas (candidatos ao pleito presidencial de 1965 e empresários que almejavam um governo forte, por exemplo), Goulart interpretou-a como um triunfo eleitoral pessoal.”<sup>153</sup>.

No que diz respeito ao “dispositivo militar”, este não existia. Nem o presidente e nem seu ministro da guerra sabiam das dimensões que a conspiração tinha alcançado dentro das Forças Armadas. Sabia-se, como era denunciado pela esquerda e pelos “nacionalistas”, que se planejava um golpe. Entretanto, Jango e seus partidários desconheciam os diferentes focos de conspiração dentro da caserna. Segundo Adyr Fiúza de Castro, tenente-coronel em 1964:

“O Assis Brasil era chefe do Gabinete Militar de João Goulart e estava muito confiante no tal “dispositivo militar”, porque os generais eram dele. Mas nós estávamos minando por baixo, no nível de capitão, major e coronel. Não os generais,

---

<sup>152</sup> CAMARGO, Aspásia ; GÓES, Walder de.(orgs). *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.

<sup>153</sup> FICO, Carlos. *Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. São Paulo: Record, 2004; p. 16.

pois os generais promovidos pelo Goulart, que estavam no comando das brigadas e das regiões, eram de total confiança dele e do Assis Brasil.”<sup>154</sup>.

Questionado sobre o conhecimento do presidente sobre a amplitude da conspiração o militar diz o seguinte:

“O Jango não tinha boas informações, não havia ainda o SNI. Quer dizer a mesma falha que se deu com Collor, que extinguiu o SNI. Todo governo precisa ter um sistema de informações. Qualquer governo do mundo coloca seus homens de confiança nesse sistema. Tem que haver um sistema de informações para o governo saber o que está se passando. É claro que o Collor não sabia. O Jango também não sabia, porque ele só tinha notícias através dos seus áulicos, todas positivas e destinadas a agradar-lhe.”<sup>155</sup>.

Na verdade, existiam “ilhas” conspiratórias, mas entre essas ilhas se destacavam a conspiração esguiana, ou seja, da “Sorbonne” e a conspiração de oficiais insatisfeitos com o governo, que acabariam por constituir a chamada “linha dura”. Ainda segundo Fiúza:

“Na preparação para o golpe de 64, todos os grupos eram unânimes em saber o que não queriam: não queriam uma república popular instalada no Brasil. Quanto ao que queriam aí divergiam muito. Mesmo no interior de cada grupo haviam grandes divergências. Uns queriam apenas afastar o governo, afastar o Goulart e sua turma. Outros queriam instalar realmente um regime forte, ditatorial, que limpasse a sociedade e impedisse de uma vez por todas que o país voltasse àquele estado. Naquele tempo havia uma confusão tremenda, uma indisciplina muito grande. O principal motivo que unia todos os grupos conspiratórios, embora um desconfiando do outro, era afastar a hipótese do Brasil se transformar numa república sindicalista ou popular ou que seja. Isso era comum. Mas essas duas grandes correntes não tinham muito bom entrosamento. Ou aliás, não tinham quase nenhum.”<sup>156</sup>.

Mesmo sem articulação com os outros grupos conspiradores, a ESG, através de seus cursos soube amplificar os ideais anticomunistas das Forças Armadas. Para isso lhe serviram muito bem os valores da formação militar. A doutrinação da ESG foi importante principalmente no que diz respeito a guerra revolucionária. Como veremos a seguir, a guerra revolucionária não deixou de ser pauta nas conferências da ESG no pós-64, entretanto a Escola já difundia o perigo antes do golpe. Outro militar que participou do golpe diz que:

“Essas idéias [sobre a guerra revolucionária] passaram a se alastrar, passaram as três escolas de estado-maior, chegaram aos estados-maiores das três Forças Armadas. Elaborou-se farta documentação criaram-se cursos e estruturas sintonizadas com essa prioridade dada à contra-revolução. A prioridade agora não

---

<sup>154</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do Golpe: a memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004;

<sup>155</sup> Idem.

<sup>156</sup> Ibidem.

era mais para o infinitamente grande da guerra atômica, mas para o infinitamente pequeno das guerras insurrecionais e das guerrilhas. Tudo isso tornou-se obsessivo durante o governo Goulart, porque as perturbações da ordem nas cidades e nos campos configuravam, na ótica militar, os passos da revolução em marcha.”<sup>157</sup>.

A pesquisadora pergunta ao militar como se deu a reciclagem, ou seja, como os militares deixaram de pensar em guerra convencional e passaram a considerar a guerra interna insurrecional. O entrevistado diz o seguinte:

“Muito simples. Os documentos entram na ESG, realizam-se conferências e seminários. As idéias descem às escolas de estado-maior e começam a entrar nos currículos. Nos primeiros anos entram timidamente, depois tomam conta.”

A partir desse depoimento fica clara a influência da ESG no que tange à disseminação de preceitos militares. Mesmo que posições políticas e econômicas distanciem a ESG de outros grupos, quando o assunto receber um caráter militar a união se estabelece. Foi dessa conexão que sustentou-se o golpe. A preocupação com a estratégia comunista não era restrita aos quadros da ESG, eis o fio condutor. Entretanto, para os esguianos, a ameaça comunista não estava imobilizada, mesmo com os militares no poder não acabaram as pressões. A conjuntura interna vai marcar a dinâmica do primeiro governo militar.

---

<sup>157</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do Golpe: a memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004;

## IV ESG NO PODER: o governo Castelo Branco e a crise de sucessão

Neste capítulo chegamos a mais um momento da história da ESG. Passamos até agora pelos fatores que condicionaram a criação da Escola, pela fundação em 1949, apresentamos a linha de pensamento dos esguianos e, chegamos à análise da questão que norteou nosso trabalho: *O olhar dos militares sobre a conjuntura que se deu o Golpe de 64 e a participação da ESG no movimento*. Para isso nos apoiamos na tese de Edmundo Coelho que considera que os militares agem pelos seus próprios interesses institucionais, ou seja, a interpretação organizacional da atuação das Forças Armadas na política brasileira. Entendemos que a ESG teve participação decisiva no golpe, mas que não foi o único grupo golpista a conspirar contra o governo João Goulart.

Nesse sentido, é importante irmos um pouco além de 1964 e discutirmos quem deu e quais foram as primeiras ordens nos primeiros dias que sucederam ao golpe. Dentro dessa ótica, procuramos analisar a doutrina da ESG e as relações da Escola com os demais grupos golpistas. Lembremos que a ESG não subiu ao poder sozinha. Mesmo que nosso trabalho considere o Golpe de 64 como sendo uma ação militar, não negamos os fatores que possibilitaram a legitimação do movimento. A participação da ESG no golpe, considerando os fundamentos de sua doutrina só seria possível com o apoio da “nação”. No momento em questão, os militares ligados a ESG julgavam ter o apoio da sociedade.

Os “revolucionários de 1964” não representavam um grupo coeso. Participaram do golpe diversos setores da sociedade. A unidade não se constituía nem mesmo dentro da caserna. No entanto, como foi possível perceber, os pressupostos que moveram a ação estão relacionados a questões militares, cujos traços comuns, como hierarquia, disciplina e verticalidade desencadearam uma ação estratégica capaz de depor o presidente da República. Nesse sentido, concordamos com Celso Castro quando esse autor sugere a inexistência de unidade entre os golpistas. Para o autor:

“A falta de resistência ao golpe não deve ser vista como resultado da derrota diante de uma bem-articulada conspiração militar. Foi clara a falta de organização e coordenação entre os militares golpistas. Mais do que uma conspiração única, centralizada e estruturada, a imagem mais fidedigna é a de “ilhas de conspiração”, com grupos unidos ideologicamente pela rejeição da política pré-1964, mas com baixo grau de articulação entre si. Não havia um projeto de governo bem definido, além da necessidade de se fazer uma “limpeza” nas instituições e

recuperar a economia. O que diferenciava os militares golpistas era a avaliação da profundidade necessária à intervenção militar.”<sup>158</sup>.

Entretanto, se os demais grupos golpistas estavam desarticulados e desprovidos de um projeto, a ESG, grupo que de fato assumiu o poder, já vinha desde 1949 “pensando”, segundo a doutrina da Escola, nos rumos que deveria seguir o país. Como vimos nos capítulos anteriores, a ESG, elaborou uma doutrina que determinava o papel do Estado na condução da Política Nacional, a partir de um método formulado pela própria Escola. A partir do discurso da ESG queremos destacar qual foi a preocupação da Escola frente ao clima de incerteza em relação à radicalização da esquerda, que continuou mesmo com a queda de Goulart. A remoção do presidente, não “restaurou” totalmente a ordem visada pelos militares. Para a ESG, os antagonismos continuavam ameaçando os Objetivos Nacionais. Nesse sentido, torna-se necessário analisar a Escola no pós-golpe, justamente pelo caráter desconexo do movimento golpista. Segundo Eliezer Rizzo de Oliveira:

“(…) a DSN já surgira como um elemento aglutinador, na medida em que o ‘regime pluralista’ era tomado como um dos obstáculos à implementação dos objetivos da nação; segundo aquele tipo de pensamento militar a conciliação dos interesses partidários não garantiria, necessariamente, a defesa dos interesses nacionais. Também destacamos o papel articulador da ESG, que, nos primeiros momentos após o golpe, a colocou em posição estratégica para a negociação dos passos seguintes. De fato, alguns expoentes da ESG se responsabilizaram pela escolha do primeiro Presidente, contra o desejo manifesto de outros grupos militares.”<sup>159</sup>.

Não bastasse os antagonismos identificados a partir da doutrina, a falta de coesão entre os golpistas criou divergências na política do primeiro governo militar. Em um primeiro momento, poderíamos supor que essas divergências se davam entre civis e militares. Entretanto, como demonstrou João Roberto Martins Filho, a “cizânia” se dava dentro caserna. Para o autor:

“Se no campo ‘político’ o primeiro ano do período militar presenciava os esforços da área ‘civil’ para se adaptar aos novos tempos, na área militar essa fase iria testemunhar inusitado ativismo. Seja na precoce e sonora oposição de líderes militares que se julgaram marginalizados no novo arranjo de poder, seja nas constantes pressões dos oficiais insatisfeitos com o ritmo e o alcance da ‘depuração’

---

<sup>158</sup> CASTRO, Celso. *O golpe de 1964*. In: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>

<sup>159</sup> OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978; p. 59.

do sistema político, logo ficou evidente que as relações do governo militar com os quartéis marcar-se-iam por agudas tensões”<sup>160</sup>.

João Roberto Martins Filho estudou os primeiros anos do regime militar analisando como se davam às relações entre os diferentes grupos que compunham as Forças Armadas. Esse autor criticou nas análises sobre o regime militar brasileiro àquilo que denominou “paradigma elitista burocrático”. Esse paradigma representaria uma “subestimação característica tanto da especificidade militar do regime como dos militares como categoria social específica”<sup>161</sup>. Para Martins Filho:

“Em termos bastante simples, a perspectiva aqui defendida enfatiza o aspecto *militar* das burocracias militares. Em contraposição às teses elitistas burocráticas – cuja ênfase recai na homogeneidade – procuro trazer à luz as características de heterogeneidade, divisão e fluidez especificamente militares que caracterizam as práticas políticas castrenses”<sup>162</sup>.

Como já explicitamos no decorrer do trabalho, ao estudarmos o Golpe de 64, acompanhamos as análises que dão ênfase ao aspecto militar da questão. Martins Filho observou as crises políticas na ditadura no período 1964-1969 e verificou que, depois de tomarem o poder, os golpistas divergiam em muitas questões. Segundo o autor essa desavença se dava entre os próprios militares. A princípio, os golpistas civis, os “herdeiros civis do golpe”, não significavam um importante problema às decisões do grupo esguiano. Como veremos a seguir, a resistência vinha dos quartéis.

Em clima de insatisfação e discórdia dentro da instituição militar assumiu a presidência da república o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Além de Castelo Branco, ocuparam posições importantes no governo os generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva. Era a ESG no poder. Além das perseguições aos “inimigos da revolução”, a preocupação do novo governo foi legitimar a “revolução”. Assim, é editado o AI – 1, o primeiro ato institucional do regime militar, que, na verdade se chamou somente Ato Institucional. O Ato Institucional, baixado em 9 de abril de 1964 se dirigia à Nação da seguinte forma:

“É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e

---

<sup>160</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: EDUFSCar, 1995; p. 52.

<sup>161</sup> Idem; p. 26.

<sup>162</sup> Ibidem; p. 36.

continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução”<sup>163</sup>.

Este documento insistiu em atribuir um caráter legítimo à “revolução”, baseando-se no apoio que recebeu da sociedade. Para os militares “A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação”<sup>164</sup>.

“A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constitucional. Êste se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como o Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o govêrno anterior e tem a capacidade de constituir o nôvo govêrno. Nela se contém a fôrça limitada pela normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas, sem que nisto seja normatividade emitida pela anterior à sua vitória. Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Fôrças Armadas e o apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o povo é o único titular”.<sup>165</sup>[*Grifos nossos*].

Os militares viam na insatisfação da população que se envolveu nas marchas em todo o país e nas manchetes que criticavam o presidente Jango uma forma se sustentar à ação. Observamos que o sucesso da “revolução” na visão dos golpistas se deveu as Forças Armadas. Nesse sentido, apesar da base heterogênea que teve a conspiração, reforçamos a idéia de que o golpe foi militar. Além da preocupação da legitimação, os golpistas trataram de anunciar à que vinham. Ou seja, a missão era fazer uma “limpeza” no país afastando do Brasil a ameaça comunista.

“Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de Constituição do novo governo e atribuir-lhes os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do govêrno, como nas suas dependências administrativas”<sup>166</sup>.

---

<sup>163</sup> Ato Institucional número 1.

<sup>164</sup> Ibidem.

<sup>165</sup> Ibidem.

<sup>166</sup> Ibidem.

Logo de início já se pôde perceber que a ala civil dos golpistas estava enganada quanto à tradicional atuação dos militares de dar o golpe e fazer a devolução aos civis. Segundo Leonardo Trevisan:

“Os políticos que ajudaram a conspiração, os udenistas históricos, sonhavam com um serviço rápido: os militares saem do quartel, ‘destronam’ Goulart, são cumprimentados efusivamente e voltam às suas funções (...). Cedo, bem cedo mesmo, os políticos acordaram do sonho, ou melhor, foram acordados. A Revolução era militar, de comando militar antes de tudo. E se alguém ia voltar às suas funções seriam os políticos, para suas querelas infundáveis, pois, quanto ao poder (...)”<sup>167</sup>.

Ao assumir a presidência, Castelo e seus companheiros esguianos passaram a por em prática a Doutrina de Segurança Nacional. O presidente Castelo rompeu relações diplomáticas com Cuba, iniciou a perseguição aos “inimigos da revolução” e tratou de estreitar as relações com os Estados Unidos. Tudo em nome da Segurança e do Desenvolvimento. Quatro meses após a vitória da “revolução”, em discurso proferido em ocasião da formatura dos diplomatas do Instituto Rio Branco, o presidente Castelo Branco falava sobre sua política de governo:

“A formulação de nossa política externa, norteadas pelos objetivos nacionais, busca também o robustecimento do poder nacional e, em particular, o dos instrumentos que nos permitem alcançar o pleno desenvolvimento econômico e social. Além desses objetivos visamos a outro que os condiciona: a existência de paz mundial”<sup>168</sup>.

Castelo Branco deixou clara a postura da ESG quanto à política externa. O discurso obedece à lógica da doutrina, que coloca o Brasil em alinhamento *natural* com os Estados Unidos. O presidente se referiu ao conceito de “política externa independente”. Para o presidente esguiano, o Brasil não poderia ficar alheio ao embate entre as duas potências mundiais, a União Soviética e os Estados Unidos. Castelo defendia que a estratégia de governo deveria atender aos preceitos da geopolítica. Dentro do quadro mundial nenhum dos mundos poderia defender-se sozinho da investida do outro. Para Castelo:

“No caso brasileiro, a política externa não pode esquecer que, fizemos uma opção básica, da qual decorre uma fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental. Dentro dessa condicionante geral, nossa dependência se manifestará na aferição de cada problema específico, estritamente em termos de interesse nacional, com margem de aproximação comercial técnica e financeira com países socialistas, desde que estes não procurem invalidar nossa opção básica”<sup>169</sup>.

---

<sup>167</sup> TREVISAN, Leonardo. *O pensamento militar brasileiro*. Edição eletrônica. In: <http://www.ebooksbrasil.com>

<sup>168</sup> Apud. CRAVO, Arnaldo Abílio Godoy Barreira. *A política nacional da revolução: 1964-1985*. (Anexo I).

<sup>169</sup> Idem.

Entretanto, e até pelo caráter heterogêneo da “revolução”, vem a tona os primeiros problemas do governo Castelo Branco. Começa a se destacar um grupo representado pela jovem oficialidade, reivindicando o imediato “saneamento” prometido pelo Comando da Revolução. Tratava-se daquele mesmo grupo de oficiais que conspirava em paralelo com a ESG dentro das Forças Armadas, entre eles coronéis, tenentes-coronéis e majores. Como se sabe, as primeiras medidas do “governo revolucionário” foram as perseguições das esquerdas e, também, à ala nacionalista das Forças Armadas. Embora esse processo tenha ocorrido logo em seguida à queda de Goulart, dentro dos quartéis, o grupo passou a acusar o governo Castelo Branco de não tratar com eficiência das questões de “depuração” dos organismos nacionais. Este grupo passou a ser chamado de “linha dura”.

Além da linha dura, outra oposição declarada a Castelo Branco foi o marechal Costa e Silva. Esse militar não tinha qualquer ligação com o grupo da ESG, mas foi ele quem logo após o levante de Mourão Filho se intitulou chefe geral das Forças Armadas, posição antes conferida ao presidente da República. Assumiu o ministério da guerra e almejava o lugar de Castelo Branco. Segundo Martins Filho:

“Nascida e nutrida nos quartéis – com o fermento das insatisfações que o governo Castelo fora criando na caserna – , amparada numa frente heterogênea que incluía ‘duros’, vários setores militares contrariados e um grupo de oficiais ‘costistas’ que não parecia se destacar pelas virtudes intelectuais tão acalentadas pelo grupo da ‘Sorbonne’, a candidatura Costa e Silva, evidentemente, não configurava a mínima garantia para a planejada ‘institucionalização’.”<sup>170</sup>

O governo Castelo Branco também chamado de “liberal” – um contraponto a “linha dura” – passava por um dilema. Ao tentar ser “liberal” criava uma relação desconfortável com os quartéis. Seus planos de governo não se adequavam à expectativa da “linha dura”. Entretanto, o governo fez concessões à oposição caracterizando iniciativas que foram consideradas autoritárias. Nossa hipótese para explicar a conduta de Castelo, é novamente a preservação da unidade militar. Além disso, para colocar em prática o projeto da ESG, seria necessário dar continuidade à revolução. Na visão da ESG, mesmo com a “vitória da revolução”, a guerra fria estava longe de acabar e os antagonismos estariam planejando um contra-golpe. Passaremos a analisar até que ponto era real a preocupação da ESG.

---

<sup>170</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: EDUFSCar, 1995; p. 74.

## 4.1 O Brasil e a Guerra Fria

No entender da ESG, mesmo com a vitória da “revolução de 31 de março”, o Brasil continuava envolvido na disputa ideológica estabelecida pela guerra fria. Logo, a mercê dos perigos da “guerra total”. Na época, como estava sendo debatido nas conferências da ESG, existia uma visão que sustentava a hipótese de um abrandamento do caráter ideológico da guerra dos mundos, ou mesmo enfoques diferentes nas relações internacionais. Segundo a ESG, na Assembléia Geral das Nações Unidas em 1963, o representante do Brasil defendia, a partir da ótica do abrandamento, uma idéia que contrariava o ponto de vista da Escola. O representante do Brasil dizia o seguinte:

“Nem tudo é Este ou Oeste nas Nações Unidas em 1963. O mundo possui outros pontos cardiais. Esses termos, que dominavam toda a política internacional até há pouco tempo, poderão eventualmente ser devolvidos à área da geografia. O esmaecimento do conflito ideológico e a progressiva despolitização dos termos Este e Oeste vieram, também, trazer algumas conseqüências – tanto políticas quanto semânticas – nos conceitos de neutralismo ou não-alinhamento. O neutralismo e o não-alinhamento vão perdendo sua solidez e sua consistência à medida que se tornam menos rígidos os pólos que o sustentavam.”<sup>171</sup>.

Para a ESG os sinais que se apresentavam naquele contexto não anunciavam qualquer possibilidade de se chegar a um “ideal de mundo único”. A Escola criticou a liderança diplomática brasileira na conferência da ONU, dizendo que o representante do Brasil, enviado pelo governo João Goulart, estava equivocado, motivado por doutrinas contraditórias que não teriam qualquer sustentação empírica. O conflito entre as ocidentais e comunistas teria raízes muito profundas para ser considerando algo conjuntural e passageiro. Segundo a ESG:

“Baseada numa visão fundamentalmente destorcida ou mentirosa da realidade mundial, essa afirmativa oficial de 1963 configura uma barbaridade histórico-filosófica. Sete meses depois, os acontecimentos no próprio país iam, aliás, lançar contra ela o mais formal desmentido, pois a divisão ideológica interna, ao invés de esmaecer, atingiu justamente então, um tal grau de intensidade que resultou na crise que está na memória de todos nós.”<sup>172</sup>.

As doutrinas contraditórias, a que se refere à conferência que ora analisamos, pregavam as “positivas” perspectivas de um “mundo único”. Segundo tais doutrinas, existiria

---

<sup>171</sup> Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas. *Problemas Mundiais*. Escola Superior de Guerra, 1966. C2 – 24 66; p. 4.

<sup>172</sup> Idem; p. 5.

uma tendência no cenário mundial de que se reduzisse a tensão entre a União Soviética e os Estados Unidos. E, que isso se mostrava por “uma série de interesses comuns” entre as duas potências. Além disso, o conflito leste-oeste “não seria nem único, nem exclusivo” porque já se esboçavam “novos conflitos” orientados por “outros pontos cardeais”.

A ESG considerou essa posição otimista um tanto quanto contraditória. No entender da Escola, se o ideal para o mundo fosse a união, essa não poderia depender apenas do conflito entre o oriente e o ocidente. Para a ESG, as doutrinas otimistas ao desejarem o mundo único, onde o conflito ideológico entre a União Soviética e os Estados Unidos fosse suplantado por outros tipos de conflitos, estariam se desviando do próprio ideal, pois “a multiplicação dos conflitos costuma agravar e não abrandar a situação.”<sup>173</sup>.

Para a ESG, naquele contexto, a tão desejada “Paz Mundial” não apresentava sinais de concretização. Era uma utopia que não se adequava à realidade do mundo marcado pela guerra fria. A tese à que se refere a ESG, entenderia que a divisão do mundo não estava demarcada ideologicamente entre ocidente e oriente, e sim, economicamente entre norte e sul, colocando em cheque as políticas orientadas pela guerra fria. Sobre a tese a ESG diz:

“A nova visão bipolar da ênfase à distinção Norte-Sul, isto é, ao critério que separa os países subdesenvolvidos dos países industrializados da Europa e América do Norte. O próprio Secretário-Geral das Nações Unidas, o birmanês U Thant, preferiu fechar os olhos à cisão fundamental nos quadros das Nações Unidas, abalando-se a insistir na bipolaridade Norte-Sul. Somos, portanto, forçados a analisar essa tese, para desmenti-la.”<sup>174</sup>.

O que a Escola tenta “desmentir” é a o critério de avaliação que coloca o Brasil no mesmo bloco de países como os da África subsaariana. Seria necessário relativizar o “subdesenvolvimento”, considerando elementos que abrangessem os condicionantes histórico-culturais desses povos. A tese bipolar Norte-Sul não encontraria sustentação, por desconhecer a evolução e situação em que se encontrariam as nações naquele contexto. Usando como exemplo o Brasil, a ESG considerou que não existiria a possibilidade de enquadrar esse país dentro de um mesmo bloco de desenvolvimento. O Brasil estaria dividido

---

<sup>173</sup> Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas. *Problemas Mundiais*. Escola Superior de Guerra, 1966. C2 – 24 66; p. 5.

<sup>174</sup> Idem; p. 6.

entre o “Brasil arcaico” e o “Brasil Moderno”. Para a Escola, a ênfase na variável materialista atingia, inclusive, os norte-americanos. Segundo a ESG:

“(…) forçoso é dizê-lo, o problema do desenvolvimento tem tido o seu estudo viciado por premissas de fundo materialista. Não são apenas os marxistas e os economistas radicais que incidem em erro de apreciação. A ‘diplomacia do dólar’ seguida pelo Departamento de Estado americano – com a sua noção simplista de que o comunismo pode e deve ser combatido através de ajuda econômica, empréstimos e investimentos monetários; e que se pode ‘comprar’ a lealdade de um país graças a tais empréstimos e auxílios financeiros – parece aceitar, em termos embora dedutivos, o postulado materialista.”<sup>175</sup>.

A conclusão da ESG quanto à diplomacia norte-americana é interessante para entendermos a visão da Escola e a política externa que procurou conduzir com o governo Castelo Branco. A política externa e os discursos dos representantes da ESG em relação ao alinhamento com os Estados Unidos, deram à Escola e aos seguidores da DSN a denominação “entreguista”. Segundo a ala oposta, chamada “nacionalista” o grupo da ESG propunha que o Brasil fosse tutelado pelos Estados Unidos. Como vimos, a discussão se deu principalmente quanto a problemática da Petrobrás.

Na verdade, o problema ia além da questão econômica. A relação com os Estados Unidos era no entender da ESG uma necessidade histórico-cultural, que talvez, nem o Estado norte-americano estava considerando. A Escola entendia qual era o interesse dos EUA no Brasil. Os esguianos não desconheciam que o auxílio financeiro dos vizinhos do norte viria em troca do apoio incondicional do Brasil aos Estados Unidos. Entretanto esse alinhamento precisa ser relativizado. Principalmente no que diz respeito à guerra fria. Para os Estados Unidos o apoio do Brasil significava uma forma de frear a União Soviética no sentido de proteger seus mercados e sua área de influência. Para a ESG, a proximidade era vital para a manutenção dos Objetivos Nacionais. O alinhamento tinha uma conotação geopolítica. O interesse na aproximação com os Estados Unidos iria além dos possíveis empréstimos oriundos da potência americana. O apoio do Brasil aos Estados Unidos não configuraria uma relação vertical e sim uma troca de interesses, ou ainda a união por interesses comuns. Do alinhamento entre as duas nações dependeriam a Segurança e o Desenvolvimento do Brasil. Segundo a ESG:

---

<sup>175</sup> Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas. *Problemas Mundiais*. Escola Superior de Guerra, 1966. C2 – 24 66; p. 7.

“O binômio Segurança e Desenvolvimento constitui um todo e seus dois termos representam objetivos solidários que se concretizam e fortalecem mutuamente, de modo que quem aspira um, aspira necessariamente o outro”<sup>176</sup>.

Contrariando as teorias materialistas, e, inclusive a diplomacia norte-americana, a conquista de aliados contra o comunismo internacional, no caso do Brasil, não se resumiria na obtenção de investimentos no vizinho subdesenvolvido. Para a ESG, existiam fundamentos filosóficos, que obedeciam ao desenvolvimento histórico, tanto do Brasil quanto dos Estados Unidos, que pertenciam ao mesmo mundo por apresentarem os mesmos traços culturais característicos do mundo ocidental.

No entanto, era clara a política econômica pensada pela ESG. Abrir o capital para investimentos estrangeiros em detrimento das aspirações “nacionalistas” de desenvolvimento. Uma política econômica alinhada aos Estados Unidos, inviabilizada pelo governo Goulart, foi característica do Governo Castelo Branco. Para a ESG, como percebemos na questão da exploração do petróleo, o Brasil não tinha condições de tal empresa sem o investimento estrangeiro. Essa afirmativa era clara nos discursos de Castelo Branco. O presidente dizia que:

“Na medida em que é manipulado por certos grupos para evitar a concorrência e manter posições de mercado, em que é usado para dificultar a importação de tecnologia externa, em que se mantém aprisionados no solo recursos minerais enquanto não se tem capital para explorar, em que é manipulado pela esquerda alienada para impedir o fortalecimento do sistema econômico capitalista e as instituições democráticas do ocidente – o nacionalismo viciado passa a ser altamente negativo, não só do ponto de vista do desenvolvimento econômico senão também do de segurança nacional.”<sup>177</sup>.

Constantemente chamada de liberal, a política econômica de Castelo Branco também encontra fundamento na DSN. Continuando análise da conferência da ESG encontramos a relação da conduta diplomática brasileira com os Objetivos Nacionais. Segundo a ESG:

“(…) já que os problemas do desenvolvimento econômico tem recentemente tomado um papel de crescente amplitude na vida internacional, em geral, e na vida brasileira em particular – somos forçados a aceitar a noção de

---

<sup>176</sup> Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas. *Problemas Mundiais*. Escola Superior de Guerra, 1966. C2 – 24 66; p.8.

<sup>177</sup> Apud. OLIVEIRA. Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978; p. 79.

subdesenvolvimento como um dado completo da nossa realidade política atual. Vamos incluí-la em nosso esquema. Fa-lo-emos com a ressalva das críticas já feitas à aplicação de critérios exclusivamente econômicos e quantitativos na elaboração da política externa. (...) procuramos ressaltar a estrutura geopolítica e geo-econômica do planeta, através de um sistema de duas coordenadas que permitem colocar o Brasil em face do binômio Segurança e Desenvolvimento, cujas contradições explicam em parte as sinuosidades de nossa recente conduta diplomática.”<sup>178</sup>.

A primeira coordenada coloca o Brasil no bloco dos Estados Unidos, clareando a condição geopolítica das duas nações e justificando a adequação dessa unidade à Segurança. Segundo a ESG “trata-se da ‘opção básica’ que fizemos e que decorre, como afirmou o Senhor Presidente da República [Castelo Branco], da nossa ‘fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental’.”<sup>179</sup> Já a segunda coordenada separa os países industrializados daqueles “da faixa tropical que a prática tem denominado subdesenvolvido”. Para a ESG:

“Cresce (...) a impressão que os russos, detidos frontalmente pela estratégia de dissuasão americana e havendo verificado a impossibilidade de prosseguir na sua expansão militar sem graves riscos de um conflito nuclear, decidiram executar uma vasta manobra de flanco dirigida contra o chamado soft underbelly dos Estados Unidos, utilizando-se da tática de penetração política e de guerra revolucionária naquele que é um dos elos vulneráveis das defesas do ocidente, na América Latina.”<sup>180</sup>.

O que tentamos esclarecer com essas palavras é que a configuração da guerra fria continuava ameaçando as aspirações do “mundo livre” na visão da ESG. A paz mundial estaria longe de se consolidar. Tal constatação exigia da política de governo dos Estados Nacionais uma vigilância constante. A interdependência dos países aliados pelos aspectos ideológicos compartilhados por condicionantes histórico-culturais seria a garantia para o Brasil alcançar e manter seus Objetivos Nacionais. Nesse sentido, aliar-se aos Estados Unidos mantendo uma relação econômica e social de interdependência era a única forma de combater o “inimigo interno” que permanecia atuando no país.

---

<sup>178</sup> Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas. *Problemas Mundiais*. Escola Superior de Guerra, 1966. C2 – 24 66; p. 9.

<sup>179</sup> *Idem*; p. 10.

<sup>180</sup> *Ibidem*; p. 22.

## 4.2 A Guerra Revolucionária no governo Castelo Branco

Ao estudarmos o governo Castelo Branco, procuramos fazê-lo através do olhar da ESG. Percebemos nas conferências da Escola e nos discursos de Castelo Branco que a tendência esguiana no contexto do primeiro governo militar, assim como ocorreu no governo João Goulart, encontrava no confronto da guerra fria a constante ameaça que o conflito significava para o mundo ocidental.

Segundo a doutrina da ESG, ao pertencer ao mundo ocidental, o Brasil estava profundamente envolvido no conflito ideológico. Conflito que se mostrava, no entender da Escola, cada vez mais presente no país, ameaçando os seus *sagrados* Objetivos Nacionais. Nesse sentido, é possível entender a indignação da ESG com as teorias que colocavam em cheque a linha vertical ideológica que dividia o mundo. A ESG via um mundo onde a guerra era total e onde a preservação do ocidente dependeria do combate ao comunismo. Segundo a ESG:

“Claude Delmas, em seu artigo “reflexões sobre a Guerra”, diz que Lenine vislumbrou uma verdade quando afirmou: ‘Na guerra, a melhor estratégia consiste em adiar as operações até que a desintegração do adversário permita assestar-lhe mais facilmente o golpe mortal’.”

E segue:

“Este pensamento explica a sutil e artificiosa estratégia soviética e define a importância que os comunistas atribuem ao rompimento da estabilidade moral. Toda técnica de penetração ideológica e de corrosão moral, utilizada na ‘guerra fria’, encontra base nesse objeto primordial.”<sup>181</sup> (*A estratégia no campo militar*, p. 27).

Na esfera mundial o “grande tormento” continuava. Logo, no Brasil, a tentativa de destruição do “mundo livre” era uma questão ainda não resolvida. Passamos agora a observar como se comportou o Partido Comunista Brasileiro, e quais as políticas do governo Castelo podemos relacionar com a atuação do partido. Segundo a ESG

“A influência dos comunistas, e principalmente do Partido comunista Brasileiro, na política nacional, é notória e indiscutível. Embora representando um grupo minoritário que atua em condições restritas de ilegalidade e clandestinidade, o PCB dispõe de instrumentos capazes de lhe proporcionar uma notável capacidade de

---

<sup>181</sup> Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas. *A estratégia no campo militar*. Escola Superior de Guerra, 1966. C2 – 28 66; p. 27.

ação, amplamente reconhecida pelos políticos, que não se acanham de lhe cortejar freqüentemente o apoio, em troca de concessões e recompensas.”<sup>182</sup>.

Da mesma forma que fomentou o descompasso entre o grupo da ESG e a política de governo de João Goulart, o binômio segurança/desenvolvimento, moveu o governo Castelo Branco. A política do governo Castelo se pautou nos conhecidos Objetivos Nacionais estabelecidos pela ESG. É a partir do entendimento da doutrina que será possível explicar atitudes aparentemente contraditórias do presidente esguiano. Para analisarmos a importância do comunismo na condução do governo Castelo torna-se necessário fazer algumas considerações.

Observamos anteriormente referência às divergências internas da caserna, onde diferentes grupos passam a pressionar o governo para medidas que atendam seus interesses. Nesse sentido, podemos dizer que, assim como articularam a queda de Goulart – afastando o perigo da suposta instalação de uma república sindicalista ou da ditadura do proletariado – no pós-64, os esguianos cedem a algumas prerrogativas dos opositores militares, a fim de controlar a atuação do PCB. Na linguagem da DSN, a estratégia utilizada para imobilizar o antagonismo foi manter ilesa a expressão militar do Poder Nacional. Segundo informações sobre o comunismo passadas à Inglaterra pelo embaixador britânico no Brasil, Sir Leslie Fry:

“Em todos os outros aspectos o PCB opera livremente e tem tido acesso a quase todas as esferas da vida brasileira. (...) O partido publica o seu jornal semanalmente, *Novos Rumos*, que tem uma tiragem de cerca de 40 mil exemplares e que talvez venha a se tornar diário em decorrência do rumo dos acontecimentos. Cada um dos principais Estados tem um jornal do PCB com algum outro nome, como, por exemplo, *Folha do Povo* em Pernambuco, que tem uma ampla circulação”<sup>183</sup>.

A ESG, como vimos no capítulo anterior, considerava a eficiência da estratégia comunista. Entendiam que o PCB, embora na ilegalidade era capaz de cooptar diferentes organizações que, intencionalmente ou não, serviriam à guerra revolucionária. Conheciam também, através de documentos apreendidos na perseguição aos “comunistas”, as instruções de Moscou para “comunizar” o Brasil. Antes de analisar a atuação dos “aliados” do comunismo trataremos dos documentos a que se refere a Escola. Dentre esses documentos a ESG apresentou na conferência que tratou do comunismo uma série de teses que seriam

---

<sup>182</sup> Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas. *O Comunismo no Brasil*. Escola Superior de Guerra, 1966. C2 – 31 66; p. 48.

<sup>183</sup> Apud. CANTARINO, Geraldo. *1964: a revolução para inglês ver*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999; p. 101.

debatidas pelo partido em um Congresso que se realizaria em novembro de 1964. Segundo a Escola:

“Foram apreendidas numerosas ‘teses para discussão’ que constituíam a base da Resolução Política a ser aprovada pelo congresso. Essas teses nos apresentava, conseqüentemente, uma noção bem precisa das idéias que inspiravam o ambiente dos debates.”<sup>184</sup>.

A partir dessas teses citaremos os pontos destacados pela ESG:

“A exposição mostra a importância da Rússia Soviética na implantação do socialismo comunista em todo o planeta: “O socialismo se afirma e ganha terreno com os Êxitos econômicos da U.R.S.S. e dos demais países socialistas.”.

“A tese pormenoriza essa reforma agrária radical e preconiza uma série de medidas preparatórias. Em seguida, refere-se às reformas de caráter político preconizando a legalização do Partido Comunista, a revogação da Lei de Segurança e do decreto contra as greves, a concessão do direito do voto aos analfabetos e às praças, e a elegibilidade dos sargentos.”.

“O documento estuda o ambiente nacional, procura traçar o roteiro da revolução comunista para empolgar o poder e estabelece os encargos iniciais do Governo Revolucionário.”.

“Para a mobilização e o acionamento das forças sociais, exacerbadas por essas contradições, encaram os comunistas a necessidade de constituir-se uma frente única, sob a ‘hegemonia do proletariado’.”.

“Após a vitória, prevêem os comunistas um período denominado de ‘acumulação de forças’, cujo objetivo é modificar a correlação das forças, em favor do povo, e preparar as condições para a realização completa das transformações radicais exigidas pela atual etapa histórica.

Êsse período, sob a denominação eufemística que a tese apresenta, corresponde à fase da limpeza revolucionária.

Nessa fase, também se acha previsto o espurgo natural dos elementos da burguesia, aproveitados inicialmente até a conquista do Poder. Essa tática é confessada claramente, na descrição do processo de consolidação da vitória.”

“Esta ligação, êsse entrelaçamento internacional é claramente exposto, sem grandes disfarces, denunciando o caráter global do movimento comunista em todo \_ planeta. Em outro trecho do mesmo documento [tese “As tarefas, as forças motrizes e o caminho da revolução”, discutida no texto], essa confissão é reprisada em outros termos”

“Passa depois a tese para discussão a estudar o problema da agitação e propaganda, encarando, inclusive, a questão do jornal diário.

Finalizam o documento considerações sobre a existência legal do Partido, manifestando profunda esperança na conquista desse objetivo.”<sup>185</sup>.

---

<sup>184</sup> Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas. *O Comunismo no Brasil*. Escola Superior de Guerra, 1966. C2 – 36 66; p. 101.

<sup>185</sup> Idem; p. 102.

Cientes dos planos do PCB, a ESG enxergava em todos os movimentos contestatórios a mão do comunismo. Nesse sentido, pontuaremos a movimentação das esquerdas durante o governo Castelo, destacando a atuação de Brizola, que tão logo chegou ao exílio deu início aos planos de contra-golpe. Segundo Denise Rollemberg:

“Tão logo Brizola chegou ao Uruguai, depois do golpe civil-militar de 1964, começou a articular, com refugiados que afluíam a Montevideu, um contra-golpe. As memórias de Flávio Tavares dão a atmosfera da capital uruguaia, ‘meca da revolução nacionalista-popular do Brasil’.”<sup>186</sup>.

Brizola defendia uma articulação entre os setores nacionalistas e planejava um imediato contra-golpe, mobilizando seus contatos no Brasil. O ex-governador gaúcho acreditava no sucesso de um levante popular. Nesse sentido, Brizola “resistia a teoria cubana do foco, tão em moda na época (...)”<sup>187</sup>. Desejava, como fizera em 1961, reorganizar os setores militares nacionalistas e iniciar uma reação ao golpe. Entretanto, a luta armada e a formação de “grupos de 11” não obteve êxito. Segundo Denise Rollemberg:

“Fracassado o projeto da ‘quartelada’ e sem alternativa, Brizola acabou ‘aderindo’ à teoria do foco guerrilheiro cubano. A partir daí, os planos da luta armada ganhavam novos rumos. Seriam implantados três focos: um na Serra de Caparão, na divisa de Minas Gerais e Espírito Santo, sob o comando de Amadeu Felipe, que aliás, não tinha treinamento em Cuba; um no norte do Mato Grosso (fronteira com a Bolívia), comandado por Marco Antônio da Silva Lima, ex-fuzileiro naval, liderança da Associação dos Marinheiros, com treinamento; e outro na região norte de Goiás, que acabou se concentrando em Imperatriz, oeste do Maranhão, sob o comando de José Duarte, ex-marinheiro, também treinado em Cuba. Haveria mais ‘um grupo de apoio na região fronteira do RS até MT’.”<sup>188</sup>.

---

<sup>186</sup> ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001; p. 27.

<sup>187</sup> Idem; p. 28.

<sup>188</sup> Ibidem; p. 29. Segundo notas da autora, “sobre a quantidade de guerrilheiros treinados em Cuba, há, no Fundo DEOPS-SP, o documento 30-Z-160-11.891, da Secretaria de Segurança Pública, DEOPS, Serviço de Informações, São Paulo, 28 de fevereiro de 1972. Trata-se da transcrição do boletim *lès informations politiques et sociales*: ‘2.500 agentes subversivos treinados em Cuba em 10 anos. Cuba formou cerca de 2.500 agentes de toda a América Latina, entre 1960 e 1969, continuando seu apoio ativo aos movimentos revolucionários dos países latino-americanos. Esses detalhes sobre as atividades subversivas cubanas na América Latina foram apresentados por importantes funcionários do Pentágono à Subcomissão latino-americana da Câmara de Representação, presidida por Dante Pascall, senador democrata da Flórida (EUA). Segundo o comandante Gerald Cassel, da Agência de Informações Militares, a instigação dos soviéticos e o papel dos cubanos na subversivação latino-americana é mais difícil de apresentar desde algum tempo. Porém, segundo M. Philpott, diretor da dita Agência, entre 1960 e 1969, se formaram em Cuba de 2.150 a 2.500 agentes subversivos”.

Em relação a Cuba documentos da embaixada canadense em Havana diziam o seguinte:

“Logo depois do golpe contra Goulart, a imprensa considerou os líderes militares brasileiros como fascistas e nazistas que agiam com apoio da CIA e do Pentágono. A imprensa acreditava no sucesso do presidente e deu destaque à sua declaração de que iria lutar até o fim. Quando Goulart deixou o país em direção ao Uruguai, a imprensa publicou com destaque uma entrevista com o sobrinho de Goulart, que tinha acabado de chegar a Cuba, vindo do II Congresso Latino-Americanos da Juventude, no Chile. Foi publicada, também, uma entrevista muito emocionada com a esposa de Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, que estava em Havana visitando seus quatro filhos, que estudam aqui com bolsas de estudo do governo cubano”<sup>189</sup>.

Segundo a ESG:

“A presença de Cuba como um estado comunista no seio do continente continuará tendo conseqüência e é fácil prever que ainda estamos bastante longe do fim da história. Cuba representa um catalisador de todos os ressentimentos das populações atrasadas e ignorantes da América meridional: é um fator dinâmico das transformações profundas por que estamos passando.”<sup>190</sup>.

Diferentes grupos de esquerda continuavam se articulando na tentativa de acabar com a ditadura. Representando a esquerda revolucionária que atuava no governo Jango estavam a Organização Revolucionária Marxista – que editava o jornal “Política Operária” (ORM-POLOP); o Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR-T) e a Ação Popular (AP). Todas essas organizações, que no governo Jango se aglutinavam na Frente de Mobilização Popular (FMP) de Brizola, no pós-64, foram recebidas pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR).

O MNR era liderado por Brizola e contava com o grupo dos sargentos e dos marinheiros. Segundo Avelino Bioen Capiani, um dos marinheiros perseguidos pela ditadura, o PCB e o PC do B não faziam parte do MNR, mas também não impediam os planos dos guerrilheiros. Segundo o guerrilheiro, o PCB se limitava a oferecer bolsa de estudo no meio socialista. Para os militares, no entanto, que consideravam na atuação do PCB a estratégia de Moscou, toda e qualquer movimentação de contestação a “revolução” era provocada, de alguma forma, pelo comunismo internacional. Obedecendo a dinâmica da guerra fria.

---

<sup>189</sup> CANTARINO. Geraldo. *1964: a revolução para inglês ver*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999; p. 85.

<sup>190</sup> Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas. *Problemas Mundiais*. Escola Superior de Guerra, 1966. C2 – 24 66; p. 20.

#### 4.3 Sai a ESG, mas os militares continuam

Evidenciamos, que na visão da ESG, PCB continuava atuando no governo Castelo Branco. Com a configuração do golpe a esquerda acabou se radicalizando ainda mais. Em contrapartida a “linha-dura” exigia de Castelo Branco o controle da “subversão”. Criado o impasse, Costa e Silva ganhava terreno, surgindo como um líder mais adequado às aspirações da “linha-dura”. Nesse contexto é que se dá a sucessão presidencial. Segundo Martins Filho:

“O mais ligeiro exame da disputa sucessória basta para mostrar a distância que se estabeleceu entre o projeto e o processo. Sem bases militantes nos quartéis, embora com forte apoio num Parlamento que então nada contava, ao presidente não pareciam restar muitas alternativas. No início de 1966, vários episódios se encarregavam de mostrar que a candidatura Costa e Silva era irreversível. (...) Os indícios finais nesse sentido foram oferecidos pela gradual passagem de parte do próprio dispositivo civil castelista para a alternativa Costa e Silva, vista como única forma de manter a coesão militar,”<sup>191</sup>.

Exemplo de concessão à “linha dura” foi o Ato Institucional número 2. Entretanto, mais do que uma derrota de Castelo, o AI-2, tornou-se necessário para a continuidade da “revolução”. O decreto posto em vigor pelo presidente Castelo Branco no dia 27 de outubro de 1965. O AI-2 foi baixado em consequência dos resultados das eleições de 65, na qual venceram o PTB e o PSD. A vitória alarmou os quartéis que acreditavam na configuração do contra-golpe, a partir do sucesso da oposição nas urnas.

Em linhas gerais, ato conferiu mais poderes ao presidente, permitiu à Justiça Militar entrar na competência da Justiça Civil, deu a maioria no Superior Tribunal Federal à situação, e definiu uma série de outras diretrizes que ajudaram a formar a imagem do regime militar. Através do AI-2 foi extinto o pluripartidarismo no país, resumindo a cena partidária do país a somente dois partidos criados pelo ato: ARENA e MDB. A eleição para a presidência da República passou a ser indireta o que, somado ao receio dos opositores em se contrapor ao governo, permitia a vitória da situação. Os adversários do regime foram ameaçados com a perda dos direitos políticos, e o poder executivo ganhou o direito de decretar estado de sítio sem consultar o Congresso Nacional. A partir do AI-2 os funcionários públicos, civis e militares, perderam uma série de garantias previstas no Estatuto do Funcionário Público,

---

<sup>191</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: EDUFSCar, 1999; p. 76.

podendo ser demitidos sumariamente se suas atividades fossem consideradas “incompatíveis com a revolução”. O governo federal passou a ter direito de intervir nos estados e municípios sem aviso prévio, assim como fechar o Congresso a qualquer momento.

Foram, ainda, institucionalizados os Atos Complementares, que poderiam ser baixados sempre que, aos olhos do governo, a segurança nacional fosse ameaçada. Os Atos Complementares subordinavam, assim, todas as instituições ao Conselho de Segurança Nacional. O AI-2 ficou vigente até 15 de março de 1967, quando foi substituído pela nova Lei de Segurança Nacional, complementada pela Constituição de 1967.

Com a ascensão de Costa e Silva, os “duros” foram tomando conta do governo. Com a saída de Castelo Branco, a ESG perde a influência na política de governo. Entretanto, se considerarmos a dinâmica militar, a ascensão de Costa e Silva não pode ser considerada uma derrota da ESG. Mesmo contra a vontade dos esguianos, a continuação de um governo militar forte era necessária para a consolidação da ordem.

Martins Filho pontuou uma questão decisiva na condução do governo Castelo Branco. O autor contesta a idéia corrente de que ações autoritárias ainda no governo Castelo Branco tenham sido uma vitória dos “duros” sobre os “castelistas”. Muitas medidas aceitas ou mesmo propostas pelo governo Castelo visavam, não endurecer o regime e sim abrandar os ânimos dos quartéis. Para Castelo a preservação da instituição militar seria a garantia da continuidade da “revolução”. O segundo ato institucional é exemplo da conduta de Castelo. Na ótica dos “castelitas”, o importante era a institucionalização da “revolução”, mesmo que para isso fosse necessário ceder aos demais grupos militares. Segundo Martins Filho:

“(…) no segundo semestre de 1965, o risco de ‘volta ao passado’ parece ter trazido à luz uma característica dos momentos críticos: nessas conjunturas, o apoio à política de ordem suplanta as divergências quanto à política de desenvolvimento”<sup>192</sup>.

O risco da “volta ao passado” se declarava na articulação das forças contrárias ao regime. Os cursos da ESG mostraram que mesmo depois da tomada do poder o comunismo e a radicalização da esquerda significam ameaça à segurança interna. Somente com o controle

---

<sup>192</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: EDUFSCar, 1995. Idem; p. 79.

e o estabelecimento da Segurança se iniciaria o processo desenvolvimentista. Esse plano acabou por descontentar outra parcela dos golpistas.

Concordamos com a tese de Martins Filho reforçada por Eurico de Lima Figueredo de que, as concessões do esguiano Castelo Branco à “linha dura” não significam uma derrota da ESG e sim uma estratégia para o alcance e manutenção dos Objetivos Nacionais.

Entendemos que o governo Castelo Branco foi um período de transição entre o governo democrático e o endurecimento da ditadura. No governo proposto pela “revolução”, a bandeira levantada era pela defesa da democracia e da ordem no país. A intenção era realizar um saneamento nas instituições, garantindo assim a segurança e, por conseguinte, ser capaz de promover o desenvolvimento. Castelo Branco Segundo Leonardo Trevisan:

“(...) era um homem da ESG, acreditava em seus princípios essenciais. O seu discurso de posse, ainda em abril de 1964, destacava alguns elementos — o papel das elites: demos ao povo o exemplo e ele nos seguirá; a questão do trabalho: a revolução não foi feita contra o direito dos trabalhadores; quanto a método de desenvolvimento: precisaremos de capitais nacionais e estrangeiros; quanto à proposta política: uma revolução sem donos. Frente à primeira oposição parlamentar às suas medidas, mandou um recado para qualquer entendedor: (...) *a Revolução, no entanto, é definitiva e, com os cursos d’água, abrirá o seu caminho inelutavelmente (...)*”<sup>193</sup>.

Nossa pretensão com essas palavras não foi aprofundar o governo Castelo Branco, tarefa já realizada por tantos estudiosos, mas identificar o pensamento da ESG no contexto desse governo. O governo composto pelo grupo esguiano encontrou além do inimigo clássico a resistência dos próprios companheiros de farda. O problema da cizânia na caserna, colocado por José Martins Filho explicou as medidas mais autoritárias do governo Castelo.

A partir dessa leitura, consideramos que a adesão às demandas da “linha dura” e mesmo à candidatura de Costa e Silva, se justificavam pela presente ameaça do inimigo comum, o comunismo. Daí a idéia de José Martins Filho de que as medidas mais repressivas do governo Castelo não podem ser entendidas como a vitória da linha dura e sim como estratégia do marechal presidente para que se garantisse a continuidade de institucionalização

---

<sup>193</sup> TREVISAN, Leonardo. *O pensamento militar brasileiro*. Edição eletrônica. In: <http://www.ebooksbrasil.com>

da revolução. Ou seja, na visão da ESG, antes o Costa e Silva do que o Prestes; antes a repressão do que a bolchevização. O anticomunismo como ponto de coesão deve ser sempre enfatizado. Segundo Martins Filho:

“Trata-se da idéia de que um rompimento da unidade militar abriria caminho para o retorno à situação anterior a 1964, a derrota do bloco golpista e o fim da ‘Revolução’. É nesse marco mais amplo que proponho examinar os conflitos, tensões e contradições que resultaram na consolidação de uma candidatura militar em franca oposição ao grupo dirigente, mas nos estritos limites da continuidade do regime.”<sup>194</sup>.

Nesse sentido, não entramos profundamente na discussão das lutas internas das Forças Armadas dentro do governo Castelo. Essa questão, tão bem explorada por Martins Filho, nos serviu de base para entender como se deu a relação entre a ESG e a conjuntura do Golpe, problematizando a disparidade da doutrina da ESG e a ideologia comunista. Logo, nossa análise não se deteve a cizânia na caserna e sim no choque entre a DSN e o comunismo.

Procuramos compreender a avaliação que a ESG fazia da conjuntura mundial do pós-64. Além disso, buscamos identificar, no entender da ESG, até que ponto existia uma ameaça aos Objetivos Nacionais a partir do comunismo. Essas duas questões se interligaram para explicar nosso problema central, ou seja, analisar o olhar da ESG sobre a conjuntura em que se deu o golpe de 64.

---

<sup>194</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: EDUFSCar, 1995; p.71.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho analisamos a atuação das Forças Armadas na política brasileira, fazendo o esforço de partir dos ideais militares. Escolhemos como pano de fundo a conjuntura em que se deu o Golpe de 1964. Dentro das Forças Armadas, destacamos a postura de um grupo em especial, a Escola Superior de Guerra. Caracterizamos a doutrina da Escola, problematizando a relação entre a ESG e o contexto nacional. Percebemos que os esguianos eram movidos pelo posicionamento que assumiram frente à guerra fria. Na verdade, na concepção da ESG, o alinhamento com os Estados Unidos e o combate ao comunismo internacional era uma premissa básica para a Doutrina de Segurança Nacional.

Para entendermos a criação da Escola Superior de Guerra e a formulação Doutrina de Segurança Nacional apresentamos o processo de modernização das Forças Armadas. Ao traçarmos a trajetória dos militares no Brasil, percebemos que as bases da DSN já vinham sendo construídas muito antes de 1949, ano da criação da ESG. O que a Escola fez foi sistematizar um pensamento já presente entre os militares. Destacamos que as Forças Armadas receberam influências estrangeiras dos exércitos Alemão e Francês. O profissionalismo permitiu um certo distanciamento das amarras da política oligárquica. No entanto, se por um lado a modernização beneficiou o profissionalismo militar, por outro, possibilitou a contestação do sistema político.

Sublinhamos a importância de Góis Monteiro na organização da corporação militar após a Revolução de 30. Góis Monteiro, percebendo a convulsão que a política provocava nos quartéis, tratou de dar ênfase ao profissionalismo, a unidade e a hierarquia dentro da caserna. Entretanto, a política que Góis desejava abolir era a política partidária e não a “grande política” como ele costumava dizer. Para o general, o Exército era um órgão essencialmente político, mas que deveria manter a unidade abolindo a “politicagem”, para desenvolver a *sua* política.

Mostramos que os teóricos da ESG, por influência de autores autoritários e do positivismo presente no pensamento militar, acreditavam que o Brasil teria que ser guiado por uma elite capaz de assegurar as aspirações do povo. Ao estudar o Brasil, os esguianos percebiam que as elites brasileiras refletiam o atraso cultural do país, resultante da estrutura

arcaica em que se firmara o Estado brasileiro. Nesse sentido, a função da ESG seria formar elites civis e militares competentes, que compreendessem os problemas que ameaçavam a *segurança* e impediam o *desenvolvimento* do Brasil.

Dentro do bloco de influências, além da Alemanha, da França e de Góis Monteiro, estava os Estados Unidos. Entendemos que os Estados Unidos assumiram um papel importante na criação da ESG, mas não decisivo. Quando houve o contato com os norte-americanos as bases do pensamento esguiano já estavam construídas. A interlocução entre as Forças Armadas do Brasil e dos Estados Unidos se deu pelo viés da guerra total. O que atraía os militares brasileiros às *College Wars* norte-americanas era a organização e a estrutura de guerra das Forças Armadas nos Estados Unidos. Com a formação da FEB, as relações se estreitaram. Terminada a Segunda Guerra Mundial, surgiu o novo conflito, a Guerra Fria. Por questões geopolíticas, a ESG propunha o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos.

A ESG acreditava que o conflito poderia significar o fim do “mundo livre”. A onda comunista ameaçava, na visão dos esguianos, o mundo ocidental. Para a ESG, o Brasil, a partir de seus condicionantes históricos, pertenceria naturalmente ao mundo ocidental cristão. Nesse sentido, os esguianos justificavam sua política de governo e suas estratégias que, muitas vezes, pareciam divergir dos próprios fundamentos da doutrina.

Verificamos que a formulação da doutrina da ESG está intrinsecamente ligada ao conceito de guerra total, onde a *defesa nacional* passou a chamar-se *segurança nacional*. A defesa da Nação, relegada exclusivamente às Forças Armadas, deveria ser responsabilidade de todos os setores da sociedade. Para isso, seria necessário “instruir” a sociedade, para que esta vivesse sob a prontidão exigida pela guerra total.

Foi do alinhamento com os Estados Unidos que se deu o principal cisma entre os militares. Vimos que a ESG entendia que o Brasil, por pertencer genuinamente ao “mundo ocidental”, deveria aliar-se aos Estados Unidos para alcançar os Objetivos Nacionais. Em relação a segurança, precisava livrar-se da infiltração comunista; quanto ao desenvolvimento, considerava a necessidade de investimentos estrangeiros. A política internacional da ESG, nesse sentido, fez com que a Escola recebesse de seus adversários a denominação “entreguista”. Os adversários, por sua vez, passaram a ser referenciados como “nacionalistas”.

Sobre essa questão, constatamos que a denominação nacionalista e entreguista deve ser relativizada. Ao considerarmos a visão da ESG, percebemos que o as relações Brasil/Estados Unidos era uma forma de fazer do Brasil uma potência. Os discursos da ESG esclareceram as pretensões desenvolvimentistas dos esguianos e justificaram, a partir da DNS, os motivos da aliança entre o Brasil e os Estados Unidos. Nesse sentido, não se tratava de “entreguismo” e sim, da Estratégia nacional. Seguindo os preceitos da doutrina, destacamos o que os esguianos pensavam sobre os “nacionalistas”. Chamamos atenção para a posição da ESG em relação à Política Econômica Independente. Para a Escola o discurso “nacionalista” não passava de demagogia, sendo incoerente com a realidade brasileira.

A divisão entre a ESG e os “nacionalistas” não era restrita aos quartéis. Fora da caserna esses grupos se aproximavam de partidos políticos distintos. Em relação ao varguismo, tanto a ESG quanto a UDN não queriam a continuidade do projeto nacionalista-desenvolvimentista de Getúlio Vargas. Não aceitavam a participação das massas no processo político. Logo, voltaram-se contra os representantes da linha trabalhista e aos setores chamados “nacionalistas” das Forças Armadas. Após suicídio de seu líder maior, o varguismo continuou assombrando os militares da ESG e grupos conservadores como a UDN. O trabalhismo sobrevivera na política de João Goulart. Quando Jango assumiu a presidência da República, principalmente quando recupera os poderes castrados pelo parlamentarismo, a conspiração contra seu governo ganhou um grande impulso.

Evidenciamos que a política de Jango encontrava-se pressionada pela esquerda e criticada pela direita. Ao voltar-se para a esquerda, a política de governo chocou-se radicalmente com a Política Nacional da ESG. O rumo do governo Jango afastou-se do projeto nacional da Escola que, segundo os esguianos, era o ideal para o desenvolvimento do Brasil. A ameaça que o comunismo representava à segurança não permitiria o conseqüente desenvolvimento do país. Frente à política de governo de Jango, à Esg articulou o Golpe.

Não deixamos de considerar a participação civil no Golpe de 64. Entretanto, sustentamos a ênfase no caráter militar da intervenção. Foi uma ação militar, fomentada pela quebra de hierarquia dentro das Forças Armadas. Não fosse pelos princípios militares em choque com a infiltração comunista, a conspiração não teria contado com a quase totalidade

das Forças Armadas. Como disseram alguns golpistas, “muitos militares dormiram janguistas em 31 de março e acordaram revolucionários”. Existiam diferentes grupos dentro das forças Armadas. Nesse sentido, procuramos deixar clara a importância da formação castrense na tomada de posição dos militares em relação ao golpe.

Ao tomarem o poder, os esguianos passaram a aplicar seu projeto de segurança e desenvolvimento. Os militares voltaram a se dividir e o governo Castelo Branco teve que lidar com dois problemas claros: a cizânia na caserna e a possibilidade do contra-golpe.

Entendemos que após o golpe a conduta de Castelo Branco na sucessão presidencial, aceitando a candidatura de Costa e Silva, só vem a sustentar nossa idéia que a unidade militar é prioridade e necessidade dentro da caserna. Prioridade porque dela depende a própria sobrevivência da instituição. Necessidade por considerarem as Forças Armadas uma expressão do Poder Nacional. Na conjuntura em que se deu o golpe, seria a única expressão capaz de conduzir a Política Nacional.

Nosso objetivo foi mostrar como os militares pensavam. Sem querer fazer uma defesa da prática esguiana, procuramos interpretar os pressupostos que moveram as ações militares. Consideramos que militares devem ser estudados a partir de suas próprias convicções. Convicções que se formam dentro da caserna. Seus princípios, em muitos sentidos de distinguem da visão civil. Daí a dificuldade de entender suas atitudes, principalmente no período que nos propomos a investigar. Ainda existe muito a ser contado dessa história. Procuramos contribuir com isso, analisando uma das partes envolvidas neste momento histórico, desvelando como esta parte viu, a partir de sua ótica institucional, este momento.

Buscamos interpretar, sugerir novas propostas, apresentar novas visões. Ouvimos os militares, um dos personagens da história. Entendemos que o Golpe de 1964, estritamente interpretado pela ESG, constituiu uma ação militar que pretendia evitar a infiltração do comunismo. Exagero ou não, nos ficou claro a importância que os militares da ESG davam ao comunismo internacional, fazendo deste, o maior inimigo da nação.

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Alzira Alves de et all. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 5 vols. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- AFONSO, Almino. *Raízes do golpe: da crise da legalidade ao parlamentarismo*. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- ARAÚJO, Maria Celina d'; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do Golpe: a memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do golpe (1962-1964)*. Rio de Janeiro: MAUAD/FAPERG, 2001.
- BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BARBOZA, Vivaldo. *A Rebelião da Legalidade: documentos, pronunciamentos, noticiário, comentários*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- BARROS, Edgard Luiz de. *Os governos militares*. São Paulo: Contexto, 1991.
- BOITO Jr., Armando. *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da universidade do Rio Grande do Sul, 1992.
- CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walder de. (orgs). *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- CARVALHO. José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina (orgs). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- CASTRO, Celso; D'Araújo, Maria Celina. (org.) *MILITARES e política na Nova República*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2001.
- CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: Um antropólogo na caserna*. – 2ª ed. revista. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

- CASTRO, Celso Castro. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- CANTARINO, Geraldo. *1964: a revolução para inglês ver*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- CHIAVENATO, Júlio José. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. . – 2ª ed. Reform. – São Paulo: Moderna, 2004.
- COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política: Discursos sobre o Território e o Poder*. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.
- COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura. Brasil 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- CRAVO, Arnaldo Abílio Godoy Barreira. *A política nacional da revolução: 1964-1985*.
- D’ALESSIO, Márcia Mansor; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *A esfera do político na produção acadêmica dos programas de pós-graduação (1985 -1994)*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: n. 17, 1996.
- D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do Golpe: a memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ediuouro, 2004.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- DENYS, Odylio. *Ciclo revolucionário brasileiro*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1993.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FELIZARDO, Joaquim José. *A legalidade: último levante gaúcho*. 4ª ed. – Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2003.
- FERREIRA, Jorge. *A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular*. Revista Brasileira de História, volume 24 numero 47 ISSN 0102-0188, 2004.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FERREIRA, Oliveiros. *O fim do poder civil*. São Paulo: Ed. Convívio, 1996.
- FICO, Carlos. *Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. São Paulo: Record, 2004.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1988.

- FRÓES, Hemílcio. *Véspera do primeiro de abril ou nacionalistas x entreguistas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GOMES, Ângela de Castro. *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1998.
- LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia-volta, volver: um estudo antropológico sobre a instituição militar*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- LINHARES, Maria Yedda. (org.). *História Geral do Brasil*. – 9ª ed. – Rio de Janeiro: Campus 1990.
- LOPES, José Machado. *O III Exército na crise da renúncia de Jânio Quadros*. Rio de Janeiro, Alhambra, 1979.
- LOPEZ, Luiz Roberto. *João Goulart*. Porto Alegre: IEL, 1996.
- MARANHÃO, Ricardo. *O governo Juscelino Kubitschek*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- MARKUN, Paulo. HAMILTON, Duda. *1961: que as armas não falem*. 3. ed. – São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: EDUFSCar, 1995.
- MATTOS, Carlos de Meira. *A Geopolítica e as projeções de poder*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e Destino*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e Poder no Brasil*. Campinas: Papyrus, 1995.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EdUnB, 2001.
- NETO, Lira. *Castello. A marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- PANDOLFI, Dulce Maria (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- PINHEIRO, Luiz Adolfo. *A república dos golpes (de Jânio a Sarney)*. São Paulo, Best Seller, 1993.
- REIS FILHO, Daniel Araújo (org.). *Intelectuais, história e política: Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000.

REIS FILHO, Daniel Araújo. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

REIS FILHO, Daniel Araújo; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (orgs.) *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. São Paulo: Edusc, 2004.

RÉMOND, René. (org.) *Por uma história política*. – 2 ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROCHA, Maria Selma. *A evolução dos conceitos da doutrina da Escola Superior de Guerra nos anos 70*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996. Dissertação de Mestrado.

ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001.

ROUQUIÉ, Alain. *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder*. 2 vols. São Paulo: Global, 1979/1981.

SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

SILVA, Hélio. *1964: Golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SILVA, José Wilson. *O tenente vermelho*. Porto Alegre: Tchê, 1987.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SOARES. Gláucio Ary Dillon. *A Democracia Interrompida*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SODRÉ. Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1970.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O Governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

VESENTINI, José William. *Novas geopolíticas*: São Paulo: Contexto, 2005.

VILLA, Marco Antônio. *Jango: um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004.

Fontes documentais

Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas. *Doutrina Militar*. Escola Superior de Guerra, 1966. C2 – 36 66.

Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas. *Estratégia no Campo Militar*. Escola Superior de Guerra, 1966. C2 – 36 66.

Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas. *O Comunismo no Brasil*. Escola Superior de Guerra, 1966. C2 – 31 66.

Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas. *Órgãos Combinados*. Escola Superior de Guerra, 1966. C2 – 22 66.

Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas. *Problemas Mundiais*. Escola Superior de Guerra, 1966. C2 – 36 66. [C2 – 24 66]

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (BRASIL). *Fundamentos da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: A Escola, 1988.

Revistas da ESG

Páginas de Internet

ADESG (acessos a 22/07/2007)

<http://www.adesg.com.br/adesg.htm>

<http://www.adesg.org.br/>

Carta das Nações Unidas (acesso a 24/07/2007)

<http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/carta-onu.htm>

Clube Militar (acesso a 22/07/2007)

<http://www.clubemilitar.com.br/site/pres/historia.htm>

CPDOC

[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jk/htm/O\\_Brasil\\_de\\_JK/O\\_ISEB\\_e\\_o\\_desenvolvimentismo.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/O_Brasil_de_JK/O_ISEB_e_o_desenvolvimentismo.asp)

[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jgoulart/htm/6Na\\_presidencia\\_republica/O\\_plano\\_triennial\\_e\\_a\\_politica\\_economica.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/6Na_presidencia_republica/O_plano_triennial_e_a_politica_economica.asp)

[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jgoulart/htm/7A\\_conjuntura\\_radicalizacao/A\\_revolta\\_dos\\_sargentos.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/7A_conjuntura_radicalizacao/A_revolta_dos_sargentos.asp)

[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jgoulart/htm/7A\\_conjuntura\\_radicalizacao/A\\_revolta\\_dos\\_marineiros.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/7A_conjuntura_radicalizacao/A_revolta_dos_marineiros.asp)

Ministério das Relações Exteriores (acesso a 24/07/2007)

<http://www2.mre.gov.br/dai/tiar.htm>

Radiobrás (acesso a 22/07/2007)

[http://www.radiobras.gov.br/integras/01/integra\\_2109\\_3.htm](http://www.radiobras.gov.br/integras/01/integra_2109_3.htm)

UNICAMP (acesso a 21/07/2007)

[http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/ju/agosto2005/ju296pag11.html](http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/agosto2005/ju296pag11.html)

Wikipédia (acessos a 22/07/2007)

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Reformas\\_de\\_base](http://pt.wikipedia.org/wiki/Reformas_de_base)

[http://en.wikipedia.org/wiki/On\\_War](http://en.wikipedia.org/wiki/On_War)

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolta\\_dos\\_sargentos](http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolta_dos_sargentos)

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Quest%C3%A3o\\_militar](http://pt.wikipedia.org/wiki/Quest%C3%A3o_militar)

<http://pt.wikipedia.org/wiki/TIAR>

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Ato\\_Institucional\\_N%C3%BAmero\\_Dois](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ato_Institucional_N%C3%BAmero_Dois)

[http://pt.wikisource.org/wiki/Ato\\_Institucional\\_N%C3%BAmero\\_Dois](http://pt.wikisource.org/wiki/Ato_Institucional_N%C3%BAmero_Dois)

[http://en.wikipedia.org/wiki/Carl\\_von Clausewitz](http://en.wikipedia.org/wiki/Carl_von Clausewitz)

Webartigos (acesso a 22/07/2007)

<http://www.webartigos.com/articles/653/1/Brizola-o-Ultimo-dos-Maragatos/Pagina1.html>

Outros

<http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>

<http://brasil.crl.edu>

<http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>

<http://www.ebooksbrasil.com>